

Direção-Geral de Alimentação e Veterinária

Relatório de Atividades 2016

I. Nota introdutória	7
1.1 Breve análise conjuntural	7
1.1.1 Ambiente externo.....	7
1.1.2 Ambiente interno	8
1.2 Orientações gerais e específicas prosseguidas pelo Organismo	9
1.2.1 Organização interna	9
1.2.2 Missão	10
1.2.3 Atribuições.....	10
1.2.4 Estrutura Organizativa.....	13
1.2.5 Organograma.....	16
1.2.6 Instalações.....	17
1.2.7 Regulamentação.....	20
1.2.8 Conteúdo funcional dos serviços.....	25
1.3 Enquadramento / alinhamento nível estratégico vs nível político	51
II. Auto-avaliação do QUAR 2016.....	56
2.1 Análise dos resultados alcançados	57
2.1.1. Parâmetro – EFICÁCIA	57
2.1.2 Parâmetro – EFICIÊNCIA	60
2.1.3 Parâmetro – QUALIDADE.....	64
2.2 Análise quantitativa e qualitativa das taxas de realização global	68
2.2.1 Taxa de realização dos indicadores de desempenho dos objetivos	68
2.2.2 Taxa de realização dos objetivos por Parâmetro	69
2.2.3 Taxa de realização dos objetivos Relevantes	71
2.2.4 Análise do impacto dos resultados dos objetivos operacionais nos objetivos estratégicos	72
2.2.5 Resultados dos parâmetros	74
2.3 Avaliação Final do Organismo	74
III. Recursos afetos	75
3.1 Recursos Humanos	75

3.2 Recursos Financeiros	76
IV. Balanço Social	77
V. Síntese da atividade desenvolvida	78
5.1 Controlos de Saúde Animal	78
5.2 Registo de identificação animal.....	79
5.3 Medicamentos Veterinários (MV)/Produtos de Uso Veterinário (PUV)/ Biocidas de Uso Veterinário (BUV)	81
5.3.1 Licenciamentos.....	81
5.3.2 Autorizações de Introdução no Mercado /Alterações /Revisões / Renovações /Revogações /Certificados /Ensaio Clínicos /Autorizações de Utilização Especial.....	82
5.3.3 Inspeções.....	83
5.3.4 Farmacovigilância	83
5.4 Controlos de Segurança Alimentar	84
5.4.1 Inspeção de géneros alimentícios de origem animal	84
5.5 Controlos às Trocas intra-união – Importação - Exportação	85
5.5.1 Controlos /certificados - Animais vivos	85
5.5.2 Importação	86
5.5.3 Exportação.....	86
5.6 Pareceres – Abertura de Mercados	93
5.7 Controlos de Fitossanidade	95
5.7.1 Controlos analíticos e certificação de produtos de origem vegetal	95
5.7.2 Pareceres sobre importação.....	97
5.7.3 Pareceres – Abertura de Mercados	98
5.8 Produtos Fitofarmacêuticos	98
5.8.1 – Autorizações de produtos fitofarmacêuticos	98
5.8.2 – Autorizações de produtos biocidas preservadores de madeira	99
5.8.3 – Licenciamento de Operadores Económicos e reconhecimento de habilitações no âmbito da Lei nº 26/2013	100
5.8.4 – Aplicações aéreas de produtos fitofarmacêuticos no âmbito da Lei nº 26/2013	100
5.8.5 – Certificados de Inspeção dos equipamentos de aplicação de produtos fitofarmacêuticos	101

5.8.6 - Manual de Controlo Condicionalidade Ambiental	101
5.9 Controlos executados no âmbito dos alimentos	101
5.9.1 – Alimentos destinados a consumo humano	101
5.10.2 – Alimentos destinados à alimentação animal	103
Controlos oficiais de Alimentação animal	103
Controlos (protocolo QUALIACA)	103
5.10 Formação	104
5.10.1 Formação INTERNA	104
5.10.2 Formação externa.....	109
5.11 Comunicação	114
5.11.1 Eventos	114
5.11.2 Representação oficial	127
5.11.3 Informação/Divulgação – Publicações.....	135
5.12 Portal	145
5.13 Grupos de trabalho.....	147
5.13.1 Nível nacional	147
5.13.2 Nível internacional.....	148
5.14 Outras atividades.....	155
VI. Sistemas de controlo da instituição	156
6.1 Avaliação do Sistema de Controlo Interno	156
6.2 Núcleo de Auditorias - Auditorias internas.....	158
6.2.1 Auditorias de Rotina	159
6.2.2 Auditorias de seguimento	160
6.2.3 Auditorias Extraordinárias	161
6.3 Auditorias realizadas por entidades externas	162
6.3.1 Auditoria do IGAMAOT	162
6.3.2 Comissão Europeia	162
6.3.3 Países Terceiros	164
6.3.4 OIE	164

6.3.5 - Auditoria do ISTA.....	165
6.4 Reconhecimento por entidades externas.....	165
VII. Audição de dirigentes intermédios e dos demais trabalhadores	167
VIII. Monitorização do QUAR 2016.....	169
IX. Apreciação por parte dos utilizadores	170
XI. Medidas tomadas para um reforço positivo do funcionamento e do desempenho da DGAV	173
XII. Medidas de Modernização e Simplificação Administrativa.....	177
XII Plano de Melhorias – princípios basilares	183
XIV. Avaliação final	184
14.1 Breve análise sobre a execução global do Plano de Atividades e seu reflexo na articulação com o Programa do Governo	184
14.2 Apreciação qualitativa e quantitativa dos resultados alcançados.....	184
14.3 Menção proposta pelo dirigente máximo do serviço como resultado da autoavaliação, de acordo com o n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28.dez	184
Ficha Técnica.....	186
WWW.DGAV.pt	186

Relatório de Atividades 2016

I. Nota introdutória

1.1 Breve análise conjuntural

1.1.1 Ambiente externo

Contexto económico Internacional

Em 2016, Portugal, registou uma trajetória de recuperação moderada, tendo-se assistido a um processo de ajustamento da economia portuguesa.

A contínua modernização do setor agroalimentar suportado por mão de obra mais jovem e qualificada, tem constituído uma das estratégias nacionais para a redução da dependência energética e o alcance de um nível de excedente agroalimentar.

Contudo, a crise sentida nos setores dos suínos e leite, segmentos importantes da Indústria Alimentar, conjugados com a entrada dos excedentes de produção de outros países no mercado nacional, originaram uma quebra acentuada dos preços à produção, agravados pela evolução dos preços dos alimentos para animais.

No final do ano 2016, no âmbito da proteção animal foi aprovada a legislação para a alteração do estatuto jurídico dos animais, no sentido de evitar o abandono a animais de companhia, criminalizando os maus tratos, com execução de condenações e de penas efetivas.

Relatório de Atividades 2016

1.1.2 Ambiente interno

A publicação do despacho nº 8685 A/2016, de 30 de junho, veio determinar a cessação da comissão de serviços do Diretor Geral em funções, porquanto foi entendido como prioritário ser necessário imprimir nova orientação à gestão da DGAV, de forma a assegurar a sua capacidade em integrar toda a informação e interações com recurso às TIC.

Esta orientação será refletida na definição e realização de todos os objetivos estratégicos do serviço, tanto na promoção da saúde pública e animal, na segurança alimentar, no desenvolvimento de processos de apoio à internacionalização, na proteção vegetal e fitossanidade, impondo parâmetros de eficácia, eficiência e qualidade aferidos por indicadores operacionais mais exigentes.

Assim, toda a gestão documental e procedimentos administrativos da DGAV deverão ser assegurados por meios informáticos, recorrendo, para o efeito, à implementação célere de projetos de modernização administrativa, o que implica um novo paradigma de funcionamento da instituição. Adicionalmente, devera ser determinada uma nova orientação da gestão da Direção Geral de Alimentação e Veterinária que assegure aos agentes económicos que a disponibilização de serviços *online* constitua o meio preferencial de interação do operador com o serviço.

Relatório de Atividades 2016

1.2 Orientações gerais e específicas prosseguidas pelo Organismo

Tendo em conta o planeamento efetuado para 2016, constante nos objetivos estratégicos e operativos da DGAV, alinhado com as Grandes Opções do Plano (GOP) traçadas para o período 2016-2019 e com Programa do XXI Governo Constitucional, com o despacho anteriormente referido, foi destacado pela tutela a necessidade de serem prosseguidas metas mais arrojadas e reformadoras, na prossecução de ações que visem o contributo efetivo para as medidas associadas ao alcance de - UM ESTADO FORTE, INTELIGENTE E MODERNO, (MPP3) , tendo por objetivo *fortalecer, simplificar e digitalizar a administração* (submedida 6)

1.2.1 Organização interna

A Direção-Geral de Alimentação e Veterinária, é um organismo de administração direta do Estado, dotado de autonomia administrativa, de estrutura verticalizada, e que integra todas as atividades relacionadas com a segurança alimentar, proteção e sanidade animal e proteção vegetal.

A estrutura dirigente da Direção-Geral de Alimentação e Veterinária é constituída por um diretor-geral coadjuvado por dois subdiretores-gerais, cargos de direção superior de 1.º e 2.º grau, respetivamente, nos termos do n.º 3 do artigo 9.º do Decreto -Lei n.º 18/2014, de 4 de fevereiro, e do artigo 3.º do Decreto Regulamentar n.º 31/2012, de 13 de março

A orgânica da Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV) é maioritariamente composta por serviços centrais e por serviços desconcentrados, tendo na dependência direta da Direção Superior, o Gabinete Jurídico, o Núcleo de Auditorias, o Gabinete de Recursos Genéticos Animais e Divisão de Gestão e Avaliação de Medicamentos.

Relatório de Atividades 2016

1.2.2 Missão

A Direção-Geral de Alimentação e Veterinária, conforme definido no artigo 9º do Decreto-Lei n.º 18/2014, de 4 de fevereiro, tem por missão a definição, execução e avaliação das políticas de segurança alimentar, de proteção animal e de sanidade animal, proteção vegetal e fitossanidade, sendo investida nas funções de autoridade sanitária veterinária e fitossanitária nacional, de autoridade nacional para os medicamentos veterinários e de autoridade responsável pela gestão do sistema de segurança alimentar.

1.2.3 Atribuições

A DGAV prossegue as seguintes atribuições:

- a) Participar na definição e aplicação das políticas públicas referidas no número anterior e na elaboração e execução de políticas de saúde pública veterinária e de produção animal;
- b) Assegurar a representação junto das instâncias nacionais, comunitárias e internacionais nos domínios relativos às suas atribuições, bem como a coordenação do Sistema de Alerta Rápido, das missões do serviço alimentar e veterinário da Comissão Europeia, e dos grupos do *Codex Alimentarius*;
- c) Proceder à validação e ao pagamento decorrente do financiamento da aplicação das medidas definidas a nível nacional e comunitário no âmbito do sistema de segurança alimentar, proteção e sanidade animal, proteção vegetal e fitossanidade, no âmbito das competências próprias;
- d) Coordenar a elaboração do plano nacional de controlo plurianual integrado, relativo aos controlos oficiais realizados para assegurar a verificação do cumprimento da legislação relativa aos alimentos para animais

Relatório de Atividades 2016

e aos géneros alimentícios e das normas relativas à saúde e ao bem-estar dos animais;

e) Definir e coordenar as estratégias de promoção da segurança dos géneros alimentícios, de alimentos para animais e materiais em contacto com géneros alimentícios, em articulação com a Autoridade de Segurança Alimentar e Económica, bem como da fitossanidade e proteção e sanidade dos animais;

f) Elaborar, coordenar e avaliar a execução dos planos de controlo oficial relativos à produção e transformação dos géneros alimentícios, das respetivas matérias -primas, ingredientes e aditivos, dos materiais em contacto com géneros alimentícios e dos subprodutos de origem animal e dos alimentos para animais;

g) Elaborar, coordenar e avaliar a execução dos planos de controlo oficial no âmbito da fitossanidade e dos resíduos de pesticidas, bem como os planos de controlo oficial relativos à proteção e sanidade animal, incluindo as ações de inspeção higio-sanitária dos produtos de origem animal e a implementação de programas de prevenção e luta relativamente a epizootias ou doenças de carácter zoonótico;

h) Coordenar e auditar a execução dos diversos planos de controlo oficial pelas direções regionais de agricultura e pescas no âmbito das suas competências;

i) Coordenar e regulamentar as atividades técnicas relativas ao controlo e certificação de materiais de multiplicação de plantas, incluindo o cultivo de variedades vegetais geneticamente modificadas;

j) Assegurar a elaboração dos Catálogos Nacionais de Variedades (CNV) de espécies hortícolas, agrícolas, de videira e de fruteiras, e a articulação com os Catálogos Comuns da União Europeia e com a Lista de Variedades

Relatório de Atividades 2016

admitidas à Certificação da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE);

k) Proceder à autorização, controlo e inspeção do fabrico, da comercialização e da utilização dos medicamentos veterinários, biocidas de uso veterinário, alimentos medicamentosos para animais e produtos fitofarmacêuticos;

l) Definir, coordenar e avaliar as ações relativas à certificação para exportação e controlos à importação no âmbito das suas atribuições;

m) Assegurar a coordenação da informação relativa aos registos de operadores do sector alimentar, no âmbito do sistema da indústria responsável, enquanto autoridade responsável pela gestão do sistema de segurança alimentar;

n) Coordenar o funcionamento do sistema nacional de informação e registo animal;

o) Assegurar a proteção e a valorização dos recursos genéticos animais terrestres e vegetais, designadamente através da coordenação da execução e de ações que visem a defesa, a gestão, o melhoramento e a conservação do património genético nacional, em articulação com o Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I P;

p) Assegurar a regulamentação nacional das normas de comercialização dos produtos agroalimentares, articulando a representação a nível comunitário com outras entidades;

q) Definir e colaborar na formação nas suas áreas de competências.

Relatório de Atividades 2016

1.2.4 Estrutura Organizativa

A Direção-Geral de Alimentação e Veterinária foi criada pelo Decreto-Lei n.º 7/2012, de 17 de janeiro, e a sua estrutura nuclear foi definida pela Portaria n.º 282/2012, de 17 de setembro, e posteriormente, alterada pelos Despacho n.º 15262/2012, de 28 de novembro de 2012, Despacho n.º 2342/2015 de 18 de janeiro, Despacho n.º 12496/2015, de 5 de novembro e Despacho n.º 8877/2016 de 27 de junho, respetivamente.

O Despacho n.º 295/2015, de 12 janeiro, veio determinar a conclusão do processo de fusão e reestruturação da Direção-Geral de Alimentação e Veterinária, contempla 7 unidades orgânicas centralizadas e 5 desconcentradas de âmbito regional, com um total de 39 unidades orgânicas flexíveis.

1.2.4.1 Serviços Centrais

Os Serviços centrais constituídos estão associados às respetivas unidades orgânicas flexíveis:

Direção de Serviços de Gestão e Administração (DSGA)

- Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial (DGFP)
- Divisão de Recursos Humanos, Formação e Expediente (DRHFE)
- Divisão de Sistemas de Informação (DSI)

Direção de Serviços de Estratégia, Comunicação e Internacionalização (DSECI)

- Divisão de Planeamento e Estratégia (DPE)
 - ◆ Divisão de Internacionalização e Mercados (DIM)
 - ◆ Divisão de Comunicação e Informação (DCI)

Relatório de Atividades 2016

Direção de Serviços de Proteção Animal (DSPA)

- ◆ Divisão de Epidemiologia e Saúde Animal (DESA)
- ◆ Divisão de Bem-Estar Animal (DBEA)
- ◆ Divisão de Identificação, Registo e Movimentação Animal (DIRMA)

Direção de Serviços de Sanidade Vegetal (DSSV)

- ◆ Divisão de Inspeção Fitossanitária e de Materiais de Propagação Vegetativa (DIFMPV)
- ◆ Divisão de Variedades e Sementes (DVS)

Direção de Serviços de Nutrição e Alimentação (DSNA)

- ◆ Divisão de Alimentação Humana (DAH)
- ◆ Divisão de Alimentação Animal (DAA)

Direção de Serviços de Segurança Alimentar (DSSA)

- ◆ Divisão de Controlo da Cadeia Alimentar (DCCA)
- ◆ Divisão de Saúde Pública (DSP)

Direção de Serviços de Meios de Defesa Sanitária (DSMDS)

- ◆ Divisão de Gestão e Autorização de Produtos Fitofarmacêuticos (DGAPF)

1.2.4.2 Serviços Regionais

Os Serviços regionais contemplam 5 Direções de Serviços de Alimentação e Veterinária Regionais – DSAVR:

Direção de Serviços de Alimentação e Veterinária da Região NORTE

- ◆ Divisão de Alimentação e Veterinária do Porto
- ◆ Divisão de Alimentação e Veterinária de Braga
- ◆ Divisão de Alimentação e Veterinária de Viana do Castelo
- ◆ Divisão de Alimentação e Veterinária do *Vila Real e Douro Sul*

Relatório de Atividades 2016

- ◆ Divisão de Alimentação e Veterinária de *Chaves-Mirandela*

Direção de Serviços de Alimentação e Veterinária da Região CENTRO

- ◆ Divisão de Alimentação e Veterinária de Viseu
- ◆ Divisão de Alimentação e Veterinária da Guarda
- ◆ Divisão de Alimentação e Veterinária de Castelo Branco
- ◆ Divisão de Alimentação e Veterinária de Coimbra
- ◆ Divisão de Alimentação e Veterinária de Aveiro
- ◆ Divisão de Alimentação e Veterinária de Leiria

Direção de Serviços de Alimentação e Veterinária da Região de LISBOA E VALE DO TEJO

- ◆ Divisão de Alimentação e Veterinária do Oeste
- ◆ Divisão de Alimentação e Veterinária do Ribatejo
- ◆ Divisão de Alimentação e Veterinária de Setúbal

Direção de Serviços de Alimentação e Veterinária da Região do ALENTEJO

- ◆ Divisão de Alimentação e Veterinária do Alto Alentejo
- ◆ Divisão de Alimentação e Veterinária do Alentejo Central
- ◆ Divisão de Alimentação e Veterinária do Alentejo Litoral
- ◆ Divisão de Alimentação e Veterinária do Baixo Alentejo

Direção de Serviços de Alimentação e Veterinária da Região do ALGARVE

1.2.4.3 Serviços na dependência do Diretor-Geral

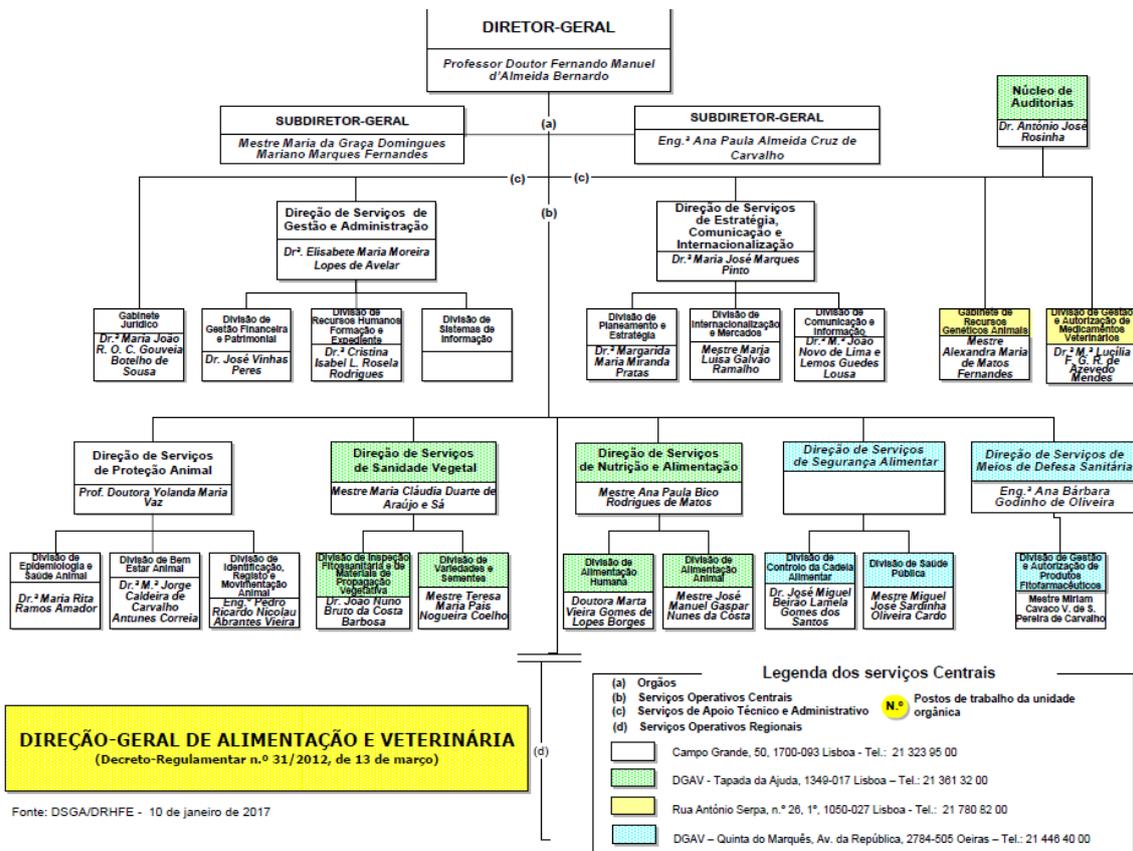
- ◆ Gabinete Jurídico
- ◆ Gabinete de Recursos Genéticos Animais
- ◆ Núcleo de Auditorias
- ◆ Divisão de Gestão e Autorização de Medicamentos Veterinários

Relatório de Atividades 2016

1.2.5 Organograma

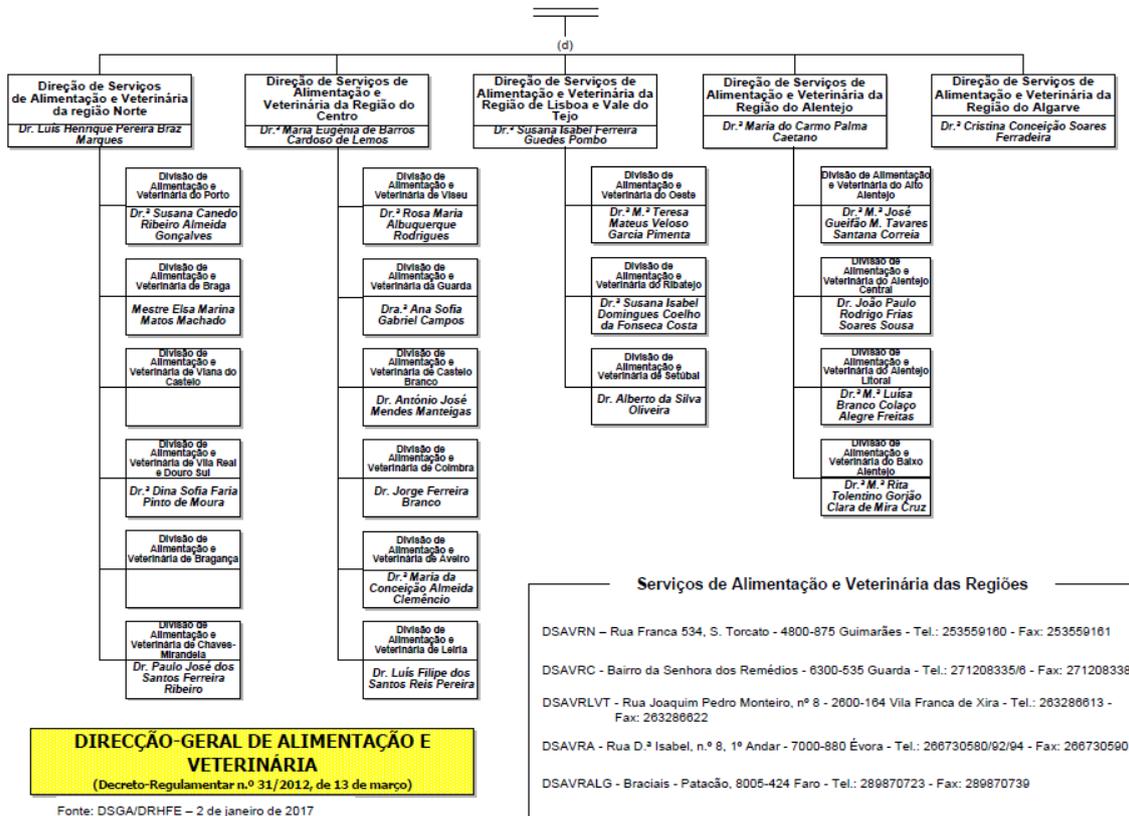
O Organograma da DGAV, ilustra as diferentes unidades orgânicas hierarquizadas, nas figuras 1 (Serviços Centrais) e 2 (Serviços Desconcentrados):

a) Figura 1 - Organograma - Serviços Centrais



Relatório de Atividades 2016

b) Figura 2 - Organograma - Serviços Regionais



1.2.6 Instalações

Em 2016 as instalações dos serviços da DGAV são

1.2.6.1 Instalações das Direções de Serviços Centrais

Os serviços centrais, têm as suas instalações situadas em Lisboa (no Campo Grande, Avenida António Serpa e na Tapada da Ajuda) e em Oeiras.

Relatório de Atividades 2016

Na sede, sita no Campo Grande, em Lisboa, estão localizados os seguintes serviços:

- ◆ Direção de Serviços de Gestão e Administração (DSGA)
- ◆ Direção de Serviços de Estratégia Comunicação e Internacionalização (DSECI)
- ◆ Direção de Serviços de Proteção Animal (DSPA)
- ◆ Gabinete Jurídico

Na Avenida António Serpa, em Lisboa estão situados os serviços:

- ◆ Divisão de Gestão e Autorização de Medicamentos Veterinários (DSMDS)
- ◆ Gabinete de Recursos Genéticos Animais (GRGA)
- ◆ Direção de Serviços de Alimentação e Veterinária da Região de Lisboa e Vale do Tejo (DSAVRLVT) - Gabinete de atendimento da DIV Oeste

Na Tapada da Ajuda, em Lisboa estão localizadas:

- ◆ Direção de Serviços de Sanidade Vegetal (DSSV)
- ◆ Direção de Serviços de Nutrição e Alimentação (DSNA)
- ◆ Núcleo de Auditorias (NA)

Na Quinta do Marquês, em Oeiras está instalada:

- ◆ Direção de Serviços de Segurança Alimentar (DSSA)
- ◆ Direção de Serviços de Meios de Defesa Sanitária (DSMDS)

1.2.6.2 Instalações das Direções de Serviços de Alimentação e Veterinária Regionais - DSAVR

Os serviços descentralizados encontram-se sediados nas respetivas regiões, a saber:

Relatório de Atividades 2016

- ◆ Direção de Serviços de Alimentação e Veterinária da Região Norte (DSAVRN) – São Torcato, Guimarães;
- ◆ Direção de Serviços de Alimentação e Veterinária da Região Centro (DSAVRC) – Bairro Nossa Senhora dos Remédios, Guarda;
- ◆ Direção de Serviços de Alimentação e Veterinária da Região de Lisboa e Vale do Tejo (DSAVRLVT) – Vila Franca de Xira;
- ◆ Direção de Serviços de Alimentação e Veterinária da Região do Alentejo (DSAVRA) – Évora;
- ◆ Direção de Serviços de Alimentação e Veterinária da Região do Algarve (DSAVRALG) – Braciais – Patacão

Relatório de Atividades 2016

1.2.7 Regulamentação

1.2.7.1 Decretos

- Decreto-Lei n.º 251-A/2015, de 17 de dezembro - Lei orgânica do XXI Governo Constitucional. No ponto 2 do seu artigo 27.º, decreta: «O Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural exerce as competências legalmente previstas sobre os serviços, organismos, entidades e estruturas identificados no Decreto-Lei n.º 18/2014, de 4 de fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 236/2015, de 14 de outubro, à exceção daqueles que transitam para o âmbito de competências da Ministra do Mar»;
- Decreto-Lei n.º 171/2014, de 10 de novembro, procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 109/2013, de 1 de agosto, que extingue a Fundação Alter Real, e à segunda alteração ao Decreto Regulamentar n.º 31/2012, de 13 de março, que aprova a orgânica da DGAV, transferindo para esta Direção Geral as atribuições relativas à preservação das raças equinas Sorraia e Garrano e redefinindo o prazo de liquidação da Fundação;
- Decreto-Lei n.º 18/2014, de 4 de fevereiro - Lei Orgânica do Ministério da Agricultura e do Mar;
- Decreto-Lei n.º 109/2013, de 1 de agosto - Extingue a Fundação Alter Real e vem alterar o Decreto Regulamentar n.º 31/2012, de 13 de março, que aprovou a Lei orgânica da Direção-Geral de Alimentação e Veterinária;
- Decreto Regulamentar n.º 31/2012, de 13 de março - Lei orgânica (aprova a criação da Direcção-Geral de Alimentação e Veterinária,
- Decreto-Lei n.º 7/2012, de 17 de janeiro – diploma da criação da Direcção-Geral de Alimentação e Veterinária

Relatório de Atividades 2016

1.2.7.2 Despachos

- Despacho n.º 12602/2016, de 19 de outubro - Delegação de competências nos dirigentes intermédios;
- Despacho n.º 12601/2016, de 19 de outubro - Delegação de competências nos dirigentes superiores de 2.º Grau;
- Despacho n.º 8877/2016, de 11 de julho, que altera competências de unidades orgânicas flexíveis da DGAV;
- Despacho n.º 8716-B/2016, de 7 de julho, de nomeação do Professor Fernando Manuel d'Almeida Bernardo como Diretor-Geral de Alimentação e Veterinária, em regime de substituição;
- Despacho n.º 8685-B/2016, de 5 de julho – Designa a Mestre Maria da Graça Domingues Mariano Marques Fernandes, para exercer o cargo de Subdiretora-geral de Alimentação e Veterinária, em regime de substituição;
- Despacho n.º 8685-A/2016, de 5 de julho – Determina a cessação da comissão de serviços do Diretor-Geral de Alimentação e Veterinária, Professor Doutor Álvaro Luís Pegado Lemos de Mendonça, cargo para o qual foi designado pelo Despacho n.º 6804/2014, de 13 de maio, da Senhora Ministra da Agricultura e do Mar, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 99, de 23 de maio;
- Despacho n.º 2243/2016, de 1 de fevereiro de 2016, estabelece o quadro de funcionamento e de delegação de competências do Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural;
- Despacho n.º 12496/2015, de 5 de novembro, altera o artigo 1.º do Despacho n.º 15262/2012 de 21 novembro, com a redação que lhe foi dada pelo Despacho n.º 2342/2015 de 18 janeiro (Divisão de Gestão e Autorização de Medicamentos Veterinários);

Relatório de Atividades 2016

- Despacho n.º 2342/2015, de 18 janeiro, que procede à primeira alteração ao Despacho n.º 15262/2012, que aprovou a estrutura orgânica flexível da DGAV;
- Despacho n.º 295/2015, de 12 janeiro, que conclui o processo de fusão e reestruturação da Direção-Geral de Alimentação e Veterinária;
- Despacho n.º 7085/2014, de 20 de maio - designa a Engenheira Ana Paula de Almeida Cruz de Carvalho para, em comissão de serviço, e pelo período de cinco anos, exercer o cargo de subdiretora-geral de Alimentação e Veterinária;
- Despacho n.º 15262/2012, de 28 de novembro que aprovou as Unidades Orgânicas Flexíveis que integram a Estrutura Nuclear da DGAV.

Despachos internos

- Despacho n.º 39-G-2016, de 14 de dezembro de 2016 – Constituição do Grupo de trabalho – Serviços Complementares de inspeção Sanitária Grupo de Trabalho-Inspeção Sanitária
- Despacho n.º 37-G-2016, de 11 de novembro de 2016 - Assessoria ao Gabinete do Diretor-Geral
- Despacho n.º 36-G-2016, de 8 de novembro de 2016 - Nomeação do júri do período experimental
- Despacho n.º 31-G-2016, de 28 de setembro de 2016 - Organização Funcional
- Despacho n.º 30-G-2016, de 29 de setembro de 2016 - Acumulações de Funções - Quadro Valorativo
- Despacho n.º 29-G-2016, de 23 de setembro de 2016 - Constituição do Conselho Coordenador de Avaliação - CCA
- Despacho n.º 28-G-2016, de 26 de setembro de 2016 - Gabinete Jurídico

Relatório de Atividades 2016

- Despacho n.º 23-G-2016, de 1 de agosto de 2016 - Inspeção Sanitária - Designação do Veterinário Aprovado
- Despacho n.º 22-G-2016, de 1 de agosto de 2016 - Inspeção Sanitária - Colaboração com as Câmaras Municipais
- Despacho n.º 20-G-2016, de 2 de novembro de 2016 - Gabinete da Direção
- Despacho n.º 18-G-2016, de 11 de julho de 2016- Doença da Flavescência Dourada
- Despacho n.º 17-G-2016, de 27 de junho de 2016 - Alteração das competências de Unidades Orgânicas Flexíveis
- Despacho n.º 16-G-2016, de 03 de junho de 2016 - Acumulação de Funções
- Despacho n.º 14-G-2016, de 03 de junho de 2016 - Passaportes de Bovinos – Retificação do Modelo
- Despacho n.º 13-G-2016, de 16 de agosto de 2016 - Critérios para a Aplicação da Majoração das Subvenções a Atribuir às OPP
- Despacho n.º 11-G-2016, de 20 de maio de 2016 - Estratégia de Atuação para a Redução da Resistência Antimicrobiana
- Despacho n.º 10-G-2016, de 31 de março de 2016 - Apoio ao desenvolvimento aplicacional e interoperabilidade com o SNIRA
- Despacho n.º 08-G-2016, de 01 de abril de 2016 – coordenadora do Sistema (Standard Sample Description)- SSD2 - Recolha e Reporte de Dados à EFSA
- Despacho n.º 05-G-2016, de 23 de maio de 2016 - Abate para autoconsumo
- Despacho n.º 04-G-2016, de 10 de Fevereiro, 2016 - Define o Procedimento para a Autorização de Acumulação de Funções

Relatório de Atividades 2016

- Despacho n.º 04-A-G-2016, de 10 de Fevereiro, 2016 - Criação de Grupo de Trabalho para acompanhamento de auditoria à European Chemicals Agency – ECHA
- Despacho n.º 03-G-2016, de 8 de fevereiro de 2016 Designa a Coordenadora Nacional para a Classificação de Carcaças

1.2.7.3 Portarias

- Portaria n.º 282/2012, de 17 de setembro - Determinou a Estrutura Nuclear e estabeleceu o número máximo de Unidades Orgânicas Flexíveis do serviço e as competências das respetivas Unidades Orgânicas Nucleares da DGAV.

1.2.7.4 Outros atos legislativos produzidos em 2016

- Plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas - Aprovado pelo Diretor Geral de Alimentação e Veterinária; versão 01/2016 de janeiro e versão 02/2016, de 11 de março
- Código de Ética e de Conduta da Direção Geral de Alimentação e Veterinária, versão 01 de 20 de outubro de 2016

Relatório de Atividades 2016

1.2.8 Conteúdo funcional dos serviços

No ano de 2016, a DGAV desenvolveu, as atividades referentes ao conteúdo funcional dos serviços:

1.2.8.1 GABINETE JURÍDICO

- a) Apoio técnico-jurídico ao diretor -geral e aos serviços da Direção -Geral de Alimentação e Veterinária, na resolução das questões suscitadas no exercício das respetivas competências;
- b) Elaboração de projetos legislativos e colaboração nas ações de natureza legislativa relativas às áreas de competência da DGAV; proposta de medidas necessárias para a simplificação, harmonização e atualização legislativa;
- c) Coordenação da transposição da legislação comunitária, e interlocução com o Gabinete de Planeamento e Políticas;
- d) Tramitação dos processos de contra ordenação relativos à atividade da DGAV na fase da decisão e posteriores;
- e) Representação da DGAV nos processos contenciosos em que esteja em causa a atuação ou omissão desta;
- f) Acompanhamento de todas as ações interpostas contra atos ou omissões da DGAV e que sejam patrocinadas pelo Ministério Público ou pela ex-Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura e do Mar [atual Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP)].

1.2.8.2 GABINETE DE RECURSOS GENÉTICOS ANIMAIS

- a) Proteção e a valorização dos recursos genéticos animais, designadamente através da coordenação da execução de ações que visem a defesa, a gestão, o melhoramento e a conservação do património genético nacional;
- b) Elaboração de normas técnicas respeitantes a ações de melhoramento e de conservação dos recursos genéticos animais, quer domésticos, quer selvagens desde que criados numa exploração, à exceção das espécies cinegéticas;

Relatório de Atividades 2016

- c) Salvaguarda dos recursos genéticos animais, quer das espécies domésticas, quer selvagens, quando criadas numa exploração, à exceção das espécies cinegéticas ameaçadas de extinção;
- d) Elaboração dos regulamentos para a execução das ações de melhoramento animal, incluindo os livros genealógicos, contrastes funcionais e testagem de reprodutores;
- e) Classificação dos concursos pecuários e leilões de reprodutores, aprovação dos respetivos regulamentos e constituição dos júris de classificação;
- f) Controlo da atividade delegada às associações de criadores, respeitante à gestão dos livros genealógicos; controlo do registo da filiação de animais inscritos ou a inscrever nos livros genealógicos; participação na caracterização genética das raças e populações de animais autóctones e em programas de seleção genética;
- g) Emissão de pareceres zootécnicos sobre pedidos de importação e exportação de animais, sémen, oócitos e embriões de ou para países terceiros;
- h) Emissão de pareceres no licenciamento dos centros de colheita de sémen, centros de armazenagem de sémen, centros de inseminação artificial e equipas de transferência de embriões e controlo do exercício da sua atividade;
- i) Coordenação da atividade do Banco Português de Germoplasma Animal e constituição de reservas de sémen, embriões e ADN para a preservação do património genético das raças nacionais;
- j) Colaboração na avaliação andrológica de reprodutores, na avaliação da qualidade do sémen, na avaliação da qualidade reprodutiva de fêmeas e na transferência de embriões;
- k) Certificação de cursos de formação de agentes de inseminação artificial e de responsáveis técnicos por centros de inseminação artificial.

1.2.8.3 NÚCLEO DE AUDITORIAS

- a) Elaboração do programa anual de auditorias, com base em critérios de risco previamente definidos;

Relatório de Atividades 2016

- b) Realização de auditorias internas em conformidade com o disposto no n.º 6 do artigo 4.º do Regulamento (CE) n.º 882/2004, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril, respeitante aos controlos oficiais realizados para assegurar a verificação do cumprimento da legislação relativa aos alimentos para animais e aos géneros alimentícios e das normas relativas à saúde e ao bem-estar dos animais;
- c) Realização de outras auditorias bem como de todas as inspeções que sejam superiormente determinadas, sobre todas as matérias da competência da DGAV;
- d) Acompanhamento de auditorias e inspeções externas, incluindo as efetuadas pelas Instituições da União Europeia, que se refiram a matérias da competência da DGAV.

1.2.8.4 DIVISÃO DE GESTÃO E AUTORIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS VETERINÁRIOS

- a) Assegurar a gestão e outras atividades inerentes à avaliação da qualidade, segurança e eficácia, dos medicamentos veterinários, para concessão de autorização de introdução no mercado, sua manutenção, alterações aos seus termos e renovações pelos procedimentos nacional, descentralizado e de reconhecimento mútuo;
- b) Participar na avaliação de medicamentos veterinários pelo procedimento centralizado, atribuir o número de código nacional e realizar a revisão linguística dos textos aprovados;
- c) Gerir as atividades relativas à intervenção da DGAV, no procedimento de reconhecimento mútuo e descentralizado, nomeadamente como Estado membro de referência e nos procedimentos centralizado e de arbitragem comunitária;
- d) Assegurar as atividades necessárias aos procedimentos de avaliação e autorização dos pedidos de autorização de utilização especial e excecional, bem como de importações paralelas, de medicamentos veterinários;
- e) Gerir os procedimentos relativos aos pedidos de autorização e de alteração de ensaios clínicos com medicamentos experimentais ou medicamentos veterinários, assim como todos os procedimentos necessários ao controlo e monitorização dos mesmos;

Relatório de Atividades 2016

- f) Assegurar o secretariado do Grupo de avaliação de Medicamentos veterinários;
- g) Assegurar a gestão e outras atividades inerentes à avaliação da qualidade, segurança e eficácia, dos produtos de uso veterinário, para concessão de autorização de venda, suas alterações e renovações;
- h) Coordenar e avaliar os pedidos de autorização de fabrico, importação, exportação, distribuição, comercialização, utilização especial e ensaios de produtos de uso veterinário;
- i) Assegurar a gestão e outras atividades inerentes à avaliação da qualidade, segurança e eficácia, dos biocidas de uso veterinário, para concessão de autorização de colocação no mercado e suas alterações;
- j) Participar no procedimento para criação a nível comunitário de uma lista positiva de substâncias ativas que podem ser utilizadas nos biocidas veterinários, controlar o seu cumprimento;
- k) Definir e assegurar as atividades necessárias ao licenciamento e controlo dos agentes económicos do setor e o cumprimento das normas a que devem obedecer o fabrico, a importação, a exportação, a distribuição, a comercialização, as autorizações especiais, os ensaios clínicos e a publicidade de medicamentos veterinários, produtos e biocidas de uso veterinário e definir e assegurar o cumprimento das condições de fabrico, colocação no mercado e utilização de matérias-primas utilizadas no fabrico de medicamentos veterinários;
- l) Garantir a tramitação dos pedidos de licenciamento e o controlo dos laboratórios produtores de autovacinas e vacinas de rebanho e de bancos de sangue veterinários;
- m) Assegurar as atividades inerentes ao sistema de alerta rápido relativo a medicamentos veterinários;
- n) Assegurar a representação e a colaboração da DGAV, nas ações de inspeção a nível internacional, incluindo os acordos de reconhecimento mútuo;
- o) Emitir e reconhecer certificados de avaliação oficial do protocolo de libertação do lote (OBPR) e reconhecer certificados oficiais de libertação do lote (OCABR);

Relatório de Atividades 2016

- p) Proceder à amostragem de medicamentos veterinários para controlo oficial;
- q) Regulamentar a aquisição, detenção, posse e utilização de medicamentos veterinários, designadamente no que respeita à proibição da utilização de certas substâncias em produção animal;
- r) Definir o Plano Nacional de Controlo de Utilização de Medicamentos e colaborar noutros planos nacionais e internacionais de controlo no âmbito das suas atribuições, nomeadamente na elaboração do Plano Nacional de Controlo de Resíduos;
- s) Assegurar a coordenação e funcionamento do Sistema Nacional de Farmacovigilância Veterinária, colaborar com outras entidades internacionais e assegurar a participação no sistema de alertas europeu e articular com outros programas de informação, monitorização e gestão de risco;
- t) Assegurar a elaboração de normas e orientações relativas a medicamentos veterinários, biocidas e produtos de uso veterinário destinadas aos utilizadores dos serviços da DGAV, no âmbito das suas atribuições;
- u) Elaborar pareceres de âmbito regulamentar e técnico-científicos relativos às atribuições da unidade;
- v) Coordenar e promover a implementação da legislação nacional e comunitária e assegurar a representação a nível nacional e internacional da DGAV, no âmbito das competências da unidade, nomeadamente na Agência Europeia do Medicamento e outras Organizações internacionais e nacionais.

1.2.8.4 DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO

- a) Preparação de propostas de orçamento da DGAV;
- b) Gestão dos recursos financeiros e controlo orçamental; escrituração dos movimentos contabilísticos;

Relatório de Atividades 2016

- c) Elaboração e acompanhamento da execução anual do orçamento do Programa de Investimento e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central;
- d) Elaboração da conta anual de gerência e do relatório anual sobre a gestão efetuada;
- e) Assegurar o movimento de receitas e despesas e respetiva escrituração;
- f) Gerir as receitas do Fundo Sanitário e de Segurança Alimentar Mais, aplicando-as aos respetivos encargos, elaboração do seu orçamento, bem como de um relatório anual de atividades, e prestação de contas da sua gerência;
- g) Escrituração dos movimentos contabilísticos da despesa e respetivo enquadramento orçamental;
- h) Elaboração e execução dos processos de aquisição de bens e serviços; gestão do aprovisionamento de stocks e distribuição pelas diversas unidades orgânicas; atualização do inventário;
- i) Conservação das instalações e gestão do parque de viaturas;
- j) Assegurar o funcionamento dos serviços de limpeza e segurança e coordenação da atividade do pessoal auxiliar;
- k) Gestão de recursos humanos da DGAV, recrutamento, seleção e admissão de pessoal, e atualização do cadastro de pessoal;
- l) Elaboração do balanço social;
- m) Coordenação do processo de avaliação do desempenho;
- n) Processamento dos vencimentos e demais abonos, dos descontos para as diversas entidades que sobre eles incidam;
- o) Instrução dos processos relativos às deslocações ao estrangeiro, aposentações, prestações sociais e acidentes em serviço;
- p) Programação, elaboração e coordenação do plano de formação profissional dos recursos humanos;

Relatório de Atividades 2016

- q) Organização, coordenação e garante das ações de formação profissional contínua, generalista e especializada, incluindo os estágios profissionais;
- r) Assegurar as tarefas inerentes à gestão documental, incluindo a receção, classificação, expedição e arquivo do expediente, bem como uma adequada circulação de documentos pelas diversas unidades orgânicas da DGAV;
- s) Gerir a infraestrutura informática e de comunicações de voz e dados, definindo e aplicando mecanismos de segurança, confidencialidade e integridade da informação disponibilizada em rede;
- t) Planear, coordenar e executar os trabalhos de conceção e implementação de sistemas de informação, definindo as normas para o desenvolvimento das aplicações, bem como administrar os sistemas e bases de dados assegurando a coerência e a fiabilidade dos dados;
- u) Administrar os sistemas e bases de dados centrais, bem como a componente nacional do sistema TRACES (Trade Control and Expert System);
- v) Garantir o apoio informático na utilização das estações de trabalho e das aplicações.

1.2.8.5 DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE ESTRATÉGIA, COMUNICAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO

- a) Propor as orientações para a definição dos objetivos estratégicos da DGAV e planear as medidas adequadas para os implementar;
- b) Preparar o Plano Nacional de Controlo Oficial Plurianual Integrado e assegurar a sua coordenação a nível nacional;
- c) Acompanhar as auditorias externas nas matérias da competência da DGAV;
- d) Efetuar ações de acompanhamento e formular propostas e recomendações relativas ao controlo de Programas Nacionais e Comunitários, incluindo a coordenação e a gestão do Programa Medidas Veterinárias;

Relatório de Atividades 2016

- e) Assegurar a coordenação da elaboração dos instrumentos de planeamento, gestão e avaliação da DGAV nomeadamente do Plano, Relatório de atividades e QUAR;
- f) Controlar a conformidade legal da acreditação e certificação das entidades prestadoras de serviços no âmbito do Regulamento 882/2004;
- g) Verificar a conformidade e acervo dos procedimentos internos da DGAV;
- h) Coordenar a informação no âmbito da DGAV com entidades internacionais, nomeadamente EU, OIE, OMC, OMS, FAO e OCDE;
- i) Representar a DGAV no Programa da Rede Rural Nacional;
- j) Conceber, estruturar e organizar um sistema de informação estatística da DGAV que seja reconhecido como fonte oficial de dados junto do Instituto Nacional de Estatística (INE);
- k) Assegurar a representação nacional em grupos de trabalho específicos na comunidade europeia e junto de instâncias da União Europeia e de outras Organizações Internacionais;
- l) Definir e coordenar o sistema de certificação sanitária e de salubridade de animais, produtos animais, subprodutos de origem animal destinados a importação e exportação;
- m) Definir, coordenar e avaliar o funcionamento dos Postos de Inspeção Fronteiriços (PIF) bem como dos postos de entrada de viajantes (PEV) e as medidas de gestão de risco das atividades relacionadas com a importação e exportação de animais, produtos animais, géneros alimentícios de origem animal e subprodutos de origem animal, tendo em vista a proteção da sanidade animal e a salvaguarda da saúde pública;
- n) Definir e coordenar o sistema de certificação dos géneros alimentícios de origem animal destinados ao consumo humano, com vista à importação e exportação;
- o) Coordenar as ações no âmbito da DGAV respeitantes à apresentação de dossiers conducentes à negociação de acordos com países terceiros com vista à exportação de animais, produtos animais, produtos de origem animal e subprodutos de origem animal;

Relatório de Atividades 2016

- p) Organizar e acompanhar as inspeções de países terceiros com vista à habilitação à exportação;
- q) Acompanhar o desenvolvimento das políticas internacionais, nomeadamente no âmbito das relações bilaterais e acordos com países terceiros;
- r) Promover a articulação com as organizações associativas dos setores com vista à partilha de informação e incremento da atividade de exportação;
- s) Acompanhar o desenvolvimento das políticas da União Europeia relacionadas com as áreas de competência da DGAV e coordenar a emissão de pareceres e respostas às solicitações externas;
- t) Preparar e coordenar as Missões do Serviço Alimentar e Veterinário da União Europeia (FVO);
- u) Atribuir o número e manter atualizadas as listas de operador/recetor de trocas intracomunitárias da cadeia alimentar, do comércio de animais, dos produtos e subprodutos animais;
- v) Definir e coordenar o sistema de certificação sanitária e de salubridade de animais e de produtos animais, destinados a trocas intracomunitárias;
- w) Garantir a uniformidade de realização dos controlos veterinários oficiais aleatórios nos animais, produtos animais, subprodutos de origem animal, oriundos de países da União Europeia;
- x) Coordenar o Sistema de Alerta Rápido (RASFF), enquanto Ponto de Contacto Nacional;
- y) Monitorizar o funcionamento do Sistema TRACES;
- z) Definir e avaliar os sistemas de controlo oficial sob sua jurisdição;
- aa) Conceber e coordenar a elaboração de plataformas de informação e manuais técnicos relativos aos sistemas implementados no âmbito das suas competências;
- bb) Coordenar e apoiar a intervenção dos serviços da DGAV nas instâncias comunitárias;

Relatório de Atividades 2016

- cc) Emitir pareceres relacionados com as respetivas atribuições e apoiar os serviços veterinários operacionais;
- dd) Assegurar a representação nacional nas matérias da sua competência nos grupos de trabalho específicos na comunidade europeia e junto das diferentes instâncias da União Europeia e de outras Organizações Internacionais;
- ee) Gerir a imagem da DGAV e assegurar a recolha, produção e disponibilização de conteúdos informativos por forma a garantir informações gerais, científicas e técnicas no âmbito da atividade da DGAV nomeadamente nas páginas da intranet e da internet e noutras plataformas eletrónicas/portais;
- ff) Coordenar e organizar iniciativas, a nível nacional e internacional, relacionadas com a divulgação de atividades da DGAV ou em que esta tenha interesse;
- gg) Gerir os acervos bibliográfico e fotográfico da DGAV, promovendo a sua conservação, divulgação e tratamento arquivístico;
- hh) Coordenar, racionalizar e impulsionar os contactos com outros serviços nacionais ou internacionais para permuta de informação científica e técnica;
- ii) Assegurar o funcionamento das atividades de produção gráfica;
- jj) Tratar a informação e gerir a comunicação organizacional;
- kk) Assegurar o relacionamento da DGAV com o Gabinete de Imprensa do MAFDR.

1.2.8.6 DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO ANIMAL

- a) Promover a regulamentação e a regulação no âmbito da prevenção e da saúde animal;
- b) Elaborar, coordenar e supervisionar o Plano Nacional de Saúde Animal (PNSA);
- c) Conceber, elaborar e coordenar os programas de prevenção, controlo e erradicação das doenças infetocontagiosas e parasitárias dos animais, incluindo os planos de contingência e a promoção das ações necessárias à sua implementação;

Relatório de Atividades 2016

- d) Elaborar, coordenar e supervisionar os programas nacionais de vigilância e monitorizar as doenças dos animais em particular de carácter zoonótico;
- e) Recolher e analisar os dados de natureza epidemiológica, de saúde animal e outros relacionados, tendo em vista a implementação dos programas de prevenção, controlo e erradicação;
- f) Preparar e fornecer a informação nosológica às autoridades nacionais, Comissão Europeia e Organização Mundial de Saúde Animal (OIE);
- g) Conceber e coordenar os sistemas de informação de suporte do Plano Nacional de Saúde Animal;
- h) Definir os procedimentos de reconhecimento dos médicos veterinários na realização de ações oficiais no âmbito do Plano Nacional de Saúde Animal;
- i) Preparar e participa na representação da DGAV nas instâncias nacionais, comunitárias e internacionais no âmbito da prevenção e saúde animal;
- j) Assegurar a emissão de pareceres relativos aos alojamentos e manutenção de animais, nomeadamente nas explorações, nos centros de agrupamento, nas unidades destinadas à experimentação animal, quintas pedagógicas e parques zoológicos;
- k) Estabelecer os requisitos sanitários com vista à certificação sanitária de animais e classificação sanitária de efetivos pecuários;
- l) Coordenar o funcionamento do sistema de recolha de cadáveres de ruminantes e suínos e de outras ações que garantam a biossegurança das explorações;
- m) Estabelecer os requisitos sanitários exigíveis à movimentação animal nomeadamente entre explorações, centros de agrupamento e centros de inseminação artificial;
- n) Coordenar e supervisionar o programa informático de saúde animal (PISA);
- o) Articular com outras entidades, públicas ou privadas, as ações relativas à deteção, tratamento ou prevenção e luta contra as doenças

Relatório de Atividades 2016

- emergentes zoonóticas e epizoóticas e ainda aplicar as medidas regulamentares e programáticas no âmbito do PNSA, designadamente na promoção dos conceitos de “Uma só Saúde” e “Prevenir é Melhor que Curar”;
- p) Promover a regulamentação e a regulação relativas ao bem-estar dos animais de interesse pecuário, de companhia, de circo e outros espetáculos e os usados para fins científicos, assim como os destinados ao abate ou occisão e durante o transporte;
 - q) Elaborar, coordenar e supervisionar o Plano de Controlo de Bem-Estar Animal, definir e promover os controlos no âmbito do bem-estar dos animais utilizados para fins científicos, em parques zoológicos, de companhia, circo e outros espetáculos;
 - r) Validar, na perspetiva das exigências de bem-estar animal, os processos de licenciamento dos alojamentos dos centros de hospedagem com e sem fins lucrativos, quintas pedagógicas e parques zoológicos e emitir as respetivas autorizações de funcionamento mantendo um registo atualizado das mesmas;
 - s) Assegurar a emissão de pareceres relativos aos alojamentos e manutenção de animais, nomeadamente nas explorações, nos centros de agrupamento, nas unidades destinadas à experimentação animal, quintas pedagógicas e parques zoológicos;
 - t) Preparar e participar na representação da DGAV nas instâncias nacionais, comunitárias e internacionais no âmbito do Bem-Estar Animal;
 - u) Avaliar os requisitos técnicos exigíveis aos criadores, fornecedores e utilizadores de animais para fins científicos e emitir as respetivas autorizações, mantendo um registo atualizado das mesmas;
 - v) Regular as condições técnicas exigíveis aos centros de atendimento médico veterinário (CAMV) e emitir as licenças de funcionamento mantendo um registo atualizado das mesmas;
 - w) Validar os processos e emitir as autorizações de transporte e transportador e proceder ao registo dos mesmos, bem como das instalações de limpeza e desinfeção;

Relatório de Atividades 2016

- x) Conceber e coordenar os sistemas de informação de suporte do Plano de Controlo de Bem-Estar Animal e dos indicadores técnicos neste âmbito;
- y) Articular com outras entidades, públicas ou privadas, a aplicação das medidas legais ou administrativas conducentes ao bem-estar dos animais no que se refere ao alojamento, maneiio, utilização, transporte, abate e occisão;
- z) Promover a regulamentação e a regulação dos sistemas de identificação e movimentação animal e definir as normas técnicas de identificação e movimentação animal;
- aa) Estabelecer as normas técnicas e coordenar o funcionamento do Sistema Nacional de Informação e Registo Animal (SNIRA) e do Sistema de Identificação de Canídeos e Felídeos (SICAFE);
- bb) Conceber e propor um sistema de compatibilização das diferentes bases de dados de suporte aos programas de Saúde e Bem-estar Animal e Segurança Alimentar;
- cc) Conceber e coordenar a emissão da documentação de identificação e movimentação animal;
- dd) Definir as regras de registo das explorações e efetivos, com base na marca de exploração mantendo atualizados os mesmos, com vista à salvaguarda da Saúde e Bem-Estar Animal e Segurança Alimentar;
- ee) Preparar e participar na representação da DGAV nas instâncias nacionais, comunitárias e internacionais no âmbito da identificação, registo das explorações e movimentação animal;
- ff) Articular com outras entidades, públicas ou privadas, a aplicação das medidas legais ou administrativas conducentes à boa execução da identificação, registo de explorações e movimentação animal e ainda as relativas ao exercício da atividade pecuária.

1.2.8.7 DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE SANIDADE VEGETAL

- a) Estudar, propor e promover a aplicação da legislação fitossanitária e de medidas de proteção fitossanitária destinadas a evitar a introdução, a

Relatório de Atividades 2016

- dispersão e o estabelecimento no País de organismos de quarentena para os vegetais e produtos vegetais;
- b) Estudar, propor e promover a aplicação da legislação relativa à produção, ao controlo, à certificação e à comercialização de materiais de propagação vegetativa;
 - c) Organizar e coordenar as ações de formação e de divulgação nas áreas da fitossanidade e dos materiais de propagação vegetativa e propor a nomeação de inspetores fitossanitários das áreas agrícola e florestal e de qualidade de materiais de propagação vegetativa, assim como o reconhecimento de técnicos autorizados e de laboratórios para a realização de análises fitossanitárias;
 - d) Proceder aos atos inerentes ao regime de registo e licenciamento dos operadores económicos nas áreas da fitossanidade e dos materiais de propagação vegetativa, coordenar e promover o respetivo controlo e acompanhamento;
 - e) Implementar e coordenar as atividades de inspeção fitossanitária, incluindo com vista à importação e exportação de mercadorias de natureza vegetal, assim como os procedimentos necessários à emissão de passaportes e dos certificados fitossanitários;
 - f) Assegurar o acompanhamento das unidades industriais de tratamento térmico de madeira e de casca de coníferas e de material de embalagem de madeira;
 - g) Elaborar e propor planos de ação nacionais para o controlo de organismos nocivos às plantas, assim como os programas de prospeção nacionais aplicáveis à produção, circulação, importação e exportação de vegetais e produtos vegetais;
 - h) Assegurar o apoio técnico à rede de postos de inspeção fitossanitários fronteiriços (PIFF);
 - i) Proceder à certificação e coordenação do controlo de materiais de propagação vegetativa e execução dos respetivos ensaios de controlo;
 - j) Coordenar a colheita de amostras de material vegetal a submeter a análises laboratoriais, quer no âmbito do controlo fitossanitário, quer no âmbito da certificação e controlo dos materiais de propagação vegetativa;

Relatório de Atividades 2016

- k) Realizar e implementar as ações necessárias à supervisão oficial de atividades desenvolvidas no domínio do controlo e certificação de materiais de propagação vegetativa;
- l) Elaborar e promover a aplicação de procedimentos técnicos fitossanitários destinados a facilitar as exportações de vegetais e produtos vegetais;
- m) Emitir pareceres sobre a importação de materiais de propagação vegetativa e sobre a importação e os movimentos de organismos prejudiciais aos vegetais e produtos vegetais para fins experimentais ou científicos e trabalhos de seleção de variedades;
- n) Elaborar propostas de posição nacional, no âmbito das áreas especializadas, relativamente a propostas de legislações e ou normas internacionais, nomeadamente propostas por instituições da União Europeia, pela Organização Europeia e Mediterrânica de Proteção das Plantas (OEPP), pela Convenção Fitossanitária Internacional (CFI-FAO) e pela United Nations-Economic Commission for Europe (UN/ECE), assim como elaborar as notificações e relatórios oficiais a enviar a essas entidades;
- o) Estudar, propor e promover a aplicação da legislação relativa à produção, ao controlo, à certificação e à comercialização de sementes, à avaliação de variedades vegetais e ao cultivo de variedades geneticamente modificadas;
- p) Organizar e coordenar as ações de formação e de divulgação nas áreas da amostragem de semente, inspeção de campo, ensaios e análises de sementes, e propor a nomeação de inspetores de qualidade de semente e de técnicos de amostragem e de inspetores de campo autorizados, assim como propor o reconhecimento de laboratórios para a realização de ensaios e análises de sementes;
- q) Promover e realizar ações de formação e divulgação nas áreas relativas ao cultivo de variedades geneticamente modificadas e da avaliação de variedades vegetais;
- r) Proceder aos atos inerentes ao regime de licenciamento de produtores, acondicionadores e agricultores multiplicadores, de semente, coordenar e promover o respetivo controlo e acompanhamento;

Relatório de Atividades 2016

- s) Organizar e instruir os processos tendentes à atribuição de direitos do obtentor e à inscrição de variedades no Catálogo Nacional de Variedades (CNV), assegurar a articulação com os Catálogos Comuns e Lista de Variedades Admitidas à Certificação da OCDE e elabora o CNV e os Boletins de Registo de Variedades Protegidas;
- t) Organizar e avaliar os processos, no que se refere às espécies de fruteiras e videira, relativos aos pedidos de inscrição no Catálogo Nacional de Variedades e assegurar a respetiva articulação com os respetivos catálogos comuns;
- u) Emitir pareceres relativos a pedidos de importação de sementes e gere a Base de Dados de Semente produzida segundo o modo de produção biológico;
- v) Assegurar a gestão do Núcleo de Ensaio e de Controlo do Escaroupim (NECE);
- w) Proceder à realização das análises e ensaios de sementes necessários à determinação e verificação dos parâmetros de qualidade das sementes, nomeadamente no âmbito do processo de certificação, com emissão dos respetivos certificados e de boletins da ISTA (Associação Internacional de Ensaio de Sementes), e do controlo de qualidade de lotes em comércio;
- x) Programar, executar ou coordenar a execução por outras entidades dos ensaios de controlo varietal no âmbito dos esquemas de certificação de semente e de controlo de qualidade de lotes em comércio;
- y) Realizar e implementar as ações necessárias à supervisão oficial de atividades desenvolvidas no domínio do controlo e certificação de sementes e da avaliação de variedades;
- z) Coordenar, promover e executar, diretamente ou em colaboração com outras entidades oficiais ou privadas, os ensaios de distinção, homogeneidade e estabilidade (DHE), de valor agrónomico e de utilização (VAU) e definir critérios de avaliação necessários à inscrição de variedades no CNV e ao registo de novas obtenções vegetais no Registo Nacional de Variedades Protegidas;

Relatório de Atividades 2016

- aa) Elaborar as normas técnicas específicas por espécie no âmbito da coexistência entre culturas geneticamente modificadas e outros modos de produção e coordenar, acompanhar e prestar apoio ao cultivo de variedades vegetais geneticamente modificadas no País, assegurando as respetivas atividades de controlo e de acompanhamento;
- bb) Elaborar propostas de posição nacional, no âmbito das áreas especializadas, relativamente a propostas de legislações e ou normas internacionais, nomeadamente propostas por instituições da União Europeia, pela OCDE, pela União Internacional de Proteção das Obtenções Vegetais (UPOV) e pela ISTA, assim como elaborar as notificações e relatórios oficiais a enviar a essas entidades.

1.2.8.8 DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE NUTRIÇÃO E ALIMENTAÇÃO

- a) Assegurar a regulamentação e tomada da posição nacional nas políticas comunitárias respeitantes aos géneros alimentícios e aos materiais e objetos destinados a entrar em contacto com alimentos;
- b) Participar no processo de regulamentação respeitante às matérias-primas, ingredientes alimentares, (incluindo aditivos alimentares, aromas e enzimas alimentares) novos alimentos e novos ingredientes alimentares, contaminantes agrícolas, industriais e ambientais, e aos organismos geneticamente modificados destinados à alimentação humana e animal, e ainda à prestação de informação aos consumidores sobre os géneros alimentícios;
- c) Participar no processo de regulamentação comunitária em matéria de alegações nutricionais e de saúde, adição de vitaminas e sais minerais e de outras substâncias aos géneros alimentícios, suplementos alimentares e géneros alimentícios destinados a uma alimentação especial;
- d) Coordenar o cumprimento das políticas nacionais e comunitárias aplicáveis às bebidas espirituosas de origem não vínica;
- e) Colaborar na adoção de políticas nacionais relativas à caracterização, processos de fabrico, rotulagem e comercialização dos géneros alimentícios;

Relatório de Atividades 2016

- f) Coordenar a implementação nacional e o controlo técnico da aplicação da legislação relativa aos géneros alimentícios em geral no que respeita à informação ao consumidor e aos materiais e objetos destinados a entrar em contacto com alimentos;
- g) Assegurar a apreciação das notificações de comercialização dos géneros alimentícios destinados a uma alimentação especial;
- h) Assegurar o registo das notificações da comercialização dos suplementos alimentares e manutenção do mesmo numa base disponível para os operadores e público;
- i) Assegurar a coordenação da certificação dos géneros alimentícios de origem não animal, suplementos alimentares e dos materiais e objetos destinados a entrar em contacto com alimentos, com vista à importação e exportação;
- j) Planificar, coordenar e avaliar a execução de planos de controlo oficial, designadamente em matéria de alimentação especial, suplementos alimentares, materiais e objetos destinados a entrar em contacto com os alimentos bem como da importação de géneros alimentícios de origem não animal;
- k) Avaliar os riscos associados aos suplementos alimentares, alimentação especial e aos materiais e objetos destinados a entrar em contacto com os alimentos, com consequente apoio técnico e legal aos sistemas de gestão, designadamente o sistema de alerta rápido (RASFF);
- l) Assegurar o apoio técnico a outros organismos e instituições envolvidos na aplicação da regulamentação nas matérias da sua competência;
- m) Promover a formação adequada de técnicos e divulgação pelos parceiros de conteúdos técnicos e regulamentares em matéria da sua competência;
- n) Emitir pareceres científicos, técnicos e regulamentares, sobre as matérias da sua competência;
- o) Assegurar a representação nacional nas matérias da sua competência, junto das diferentes instâncias da União Europeia e de outras organizações internacionais;

Relatório de Atividades 2016

- p) Definir, coordenar e avaliar o funcionamento dos pontos de entrada (PE), dos pontos de entrada designados (PED), dos pontos de importação designados (PID) e dos pontos de controlo autorizados (PCA) bem como as medidas de gestão de risco das atividades relacionadas com a importação géneros alimentícios de origem não animal.
- q) Assegurar a regulamentação e tomada da posição nacional na definição das políticas relativas à alimentação animal, designadamente no que se refere a matérias -primas, aditivos e pré -misturas de aditivos destinados à alimentação animal, alimentos para animais geneticamente modificados, alimentos compostos para animais, incluindo os alimentos com objetivos nutricionais específicos, substâncias indesejáveis e outros contaminantes em alimentos para animais, bem como dos requisitos de higiene dos alimentos para animais;
- r) Acompanhar e assegurar a aplicação nacional de toda a regulamentação respeitante à alimentação animal;
- s) Coordenar a implementação e o controlo técnico da aplicação da legislação relativa à alimentação animal, incluindo os alimentos para animais que contenham, sejam constituídos ou sejam produzidos a partir de organismos geneticamente modificados;
- t) Planificar, coordenar, supervisionar e avaliar a execução do controlo oficial no âmbito da alimentação animal (CAA);
- u) Colaborar na definição das ações relativas à verificação dos requisitos legais de gestão que se aplicam aos regimes de apoio direto aos agricultores no âmbito da Política Agrícola Comum, nomeadamente no que diz respeito às matérias da sua competência;
- v) Assegurar e coordenar a elaboração da legislação respeitante aos alimentos medicamentosos, bem como dos processos de aprovação e controlo dos estabelecimentos que os produzam e ou colocam no mercado;
- w) Avaliar os riscos associados aos alimentos para animais na cadeia alimentar, com conseqüente apoio técnico e legal aos sistemas de gestão, designadamente o sistema de alerta rápido (RASFF);

Relatório de Atividades 2016

- x) Coordenar e assegurar o registo ou aprovação dos estabelecimentos do setor dos alimentos para animais em todas as suas fases, nomeadamente, produção primária, transformação, processamento, transporte, comercialização, venda a retalho e utilização dos alimentos para animais;
- y) Definir e coordenar o sistema de controlo e os procedimentos da certificação de matérias-primas destinadas à alimentação animal e alimentos para animais com vista à importação, exportação e trocas intracomunitárias;
- z) Assegurar em articulação com outras unidades ou organismos o apoio técnico e a coordenação dos controlos oficiais aos estabelecimentos e alimentos para animais;
- aa) Emitir pareceres científicos, técnicos e regulamentares, sobre as matérias relacionadas com a qualidade, segurança, rotulagem e requisitos de higiene dos alimentos para animais;
- bb) Promover a formação adequada de técnicos e divulgação pelos parceiros dos conteúdos técnicos e regulamentares em matéria de alimentação animal;
- cc) Assegurar a participação técnica nacional nas diferentes instâncias nacionais e internacionais em matéria de segurança e qualidade dos alimentos para animais, designadamente na preparação de normas e procedimentos de controlo, bem como na representação da posição da autoridade sanitária veterinária nacional nas respetivas reuniões;
- dd) Assegurar o regular funcionamento do Conselho Consultivo da Alimentação Animal (CCAA);
- ee) Definir e coordenar o sistema de controlo e os procedimentos da certificação de matérias-primas destinadas à alimentação animal e alimentos para animais com vista à importação, exportação e trocas intracomunitárias;
- ff) Definir, coordenar e avaliar o funcionamento dos PE, PED, PID e PCA bem como as medidas de gestão de risco das atividades relacionadas com a importação de matérias-primas destinadas à alimentação animal e alimentos para animais;

Relatório de Atividades 2016

- gg) Atribuir o número e manter atualizadas as listas dos operadores do setor dos alimentos para animais.

1.2.8.9 DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA ALIMENTAR

- a) Definir e coordenar o plano de aprovação de estabelecimentos de produção, transformação e distribuição de géneros alimentícios de origem animal e de subprodutos de origem animal;
- b) Definir e coordenar a implementação dos planos de controlo dos estabelecimentos de produção, transformação e distribuição de géneros alimentícios de origem animal, desde a produção primária até ao consumidor, dos estabelecimentos da agroindústria e dos estabelecimentos de subprodutos de origem animal;
- c) Assegurar o acompanhamento e a supervisão dos planos de controlo oficial sob sua competência;
- d) Analisar e divulgar os resultados da execução dos planos de controlo referidos na alínea anterior;
- e) Gerir os sistemas de informação de registo dos estabelecimentos, dos operadores e dos controlos oficiais, no âmbito das suas competências;
- f) Assegurar, em articulação com outros organismos, a manutenção e atualização das listas das empresas do setor alimentar, registados e aprovados, e proceder à sua divulgação quando aplicável;
- g) Emitir pareceres sobre propostas de atribuição dos números de aprovação (número de controlo veterinário) dos estabelecimentos de géneros alimentícios de origem animal e de subprodutos de origem animal no âmbito dos respetivos processos de licenciamento;
- h) Emitir pareceres sobre as medidas a adotar em caso de incumprimento dos operadores responsáveis por empresas do setor alimentar e de subprodutos de origem animal, nomeadamente a suspensão ou retirada da aprovação e a suspensão total ou parcial do funcionamento, durante um período adequado;
- i) Definir os critérios de aplicação e os montantes de taxas a cobrar, no âmbito dos controlos oficiais, e colaborar com a DSGA na gestão do sistema de cobrança;

Relatório de Atividades 2016

- j) Promover a elaboração de códigos nacionais de boas práticas para a higiene e aplicação dos princípios HACCP, nos termos do Regulamento (CE) n.º 852/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho de 29 de abril de 2004, e proceder à sua avaliação;
- k) Assegurar, em articulação com outros organismos, a coordenação dos controlos oficiais aos estabelecimentos do setor alimentar e dos subprodutos, quando aplicável;
- l) Assegurar a representação da DGAV, nas matérias da sua competência, no Comité Permanente da Cadeia Alimentar e da Saúde Animal que assiste a Comissão Europeia, nos grupos de trabalho específicos da Comissão Europeia e junto das diferentes instâncias da União Europeia e de outras organizações nacionais e internacionais;
- m) Assegurar a coordenação do processo legislativo, participar na regulamentação das políticas comunitárias e propor, em articulação com os serviços competentes, as condições da sua aplicação;
- n) Emitir pareceres técnicos e recomendações relacionados com as respetivas atribuições e assegurar o apoio técnico aos serviços operacionais, incluindo os médicos veterinários municipais;
- o) Participar na formação dos técnicos envolvidos nos controlos oficiais, no âmbito das suas competências;
- p) Definir e coordenar estratégias de gestão de risco com vista à promoção da segurança dos géneros alimentícios, em todas as fases da cadeia alimentar, com vista à salvaguarda da saúde pública;
- q) Conceber e coordenar a implementação de sistemas de monitorização dos perigos biológicos dos géneros alimentícios, nomeadamente o plano de inspeção dos géneros alimentícios, onde se englobam os agentes zoonóticos;
- r) Conceber e coordenar a implementação de sistemas de monitorização dos perigos químicos dos géneros alimentícios de origem animal, nomeadamente o plano nacional de controlo de resíduos e o plano de pesquisa de pesticidas em produtos de origem animal;
- s) Conceber e coordenar a implementação dos sistemas de inspeção hígido-sanitária da carne e pescado;

Relatório de Atividades 2016

- t) Assegurar, em articulação com outros organismos, a coordenação dos controlos oficiais aos géneros alimentícios;
- u) Participar, em articulação com outros organismos, em estudos epidemiológicos e no desenvolvimento de sistemas de monitorização dos riscos associados aos géneros alimentícios;
- v) Participar, em articulação com outros organismos, nos planos de contingência na sequência de surtos de infeções e toxi-infeções alimentares;
- w) Conceber e coordenar o plano de gestão de crises na cadeia alimentar, que define as medidas a aplicar sempre que se verifique que um género alimentício apresenta um risco grave para os seres humanos, quer diretamente quer através do ambiente;
- x) Definir e coordenar a implementação do sistema de controlo de laboratórios que prestam apoio aos operadores da cadeia alimentar;
- y) Cooperar com outras instituições nacionais e internacionais no âmbito das suas competências, designadamente com os Laboratórios de Referência, a Agência Europeia de Segurança Alimentar, o Centro Europeu de Controlo de Doenças, o *Codex Alimentarius* e a Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) no que respeita à segurança alimentar dos animais de produção;
- z) Coordenar a representação nacional nos diferentes grupos do *Codex Alimentarius* e desempenhar a função de ponto de contacto nacional;
- aa) Participar no âmbito da rede de alerta do Sistema de Alerta Rápido para os Géneros Alimentícios e Alimentos para Animais e nas áreas de competência da Direção de Serviços de Segurança Alimentar, designadamente na coordenação das medidas de gestão de risco a tomar face à deteção de perigos nos géneros alimentícios;
- bb) Assegurar o acompanhamento, a supervisão e a avaliação dos sistemas de controlo oficial sob sua competência;
- cc) Assegurar a representação nacional nas matérias da sua competência, nos grupos de trabalho específicos na Comissão Europeia e junto das diferentes instâncias da União Europeia e de outras organizações internacionais;

Relatório de Atividades 2016

- dd) Assegurar a coordenação do processo legislativo, participar na regulamentação das políticas comunitárias e propor, em articulação com os serviços competentes, as condições da sua aplicação;
- ee) Emitir pareceres técnicos e recomendações relacionados com as respetivas atribuições e apoiar os serviços operacionais, incluindo os médicos veterinários municipais;
- ff) Participar na formação dos técnicos envolvidos nos controlos oficiais, no âmbito das suas competências.

1.2.8.10 DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE MEIOS DE DEFESA SANITÁRIA

- w) Coordenar a elaboração, implementação e monitorização das medidas do Plano de Ação Nacional para o uso sustentável dos produtos fitofarmacêuticos;
- x) Proceder à avaliação e autorização de colocação no mercado de produtos fitofarmacêuticos, adjuvantes de produtos fitofarmacêuticos e biocidas preservadores de madeira, bem como à sua experimentação;
- y) Avaliar propostas e colaborar no estabelecimento de limites máximos de resíduos comunitários (LMR) de substâncias ativas de produtos fitofarmacêuticos em produtos agrícolas de origem vegetal;
- z) Promover as atividades relativas ao controlo da rotulagem e da qualidade dos produtos fitofarmacêuticos, adjuvantes e biocidas preservadores de madeira;
- aa) Colaborar na elaboração dos programas nacionais e comunitários de controlo de resíduos de pesticidas em produtos de origem vegetal e em águas destinadas ao consumo humano;
- bb) Coordenar e executar os procedimentos para a autorização de aplicações aéreas de produtos fitofarmacêuticos;
- cc) Assegurar o reconhecimento oficial de organizações que pretendam realizar ensaios biológicos, destinados à autorização de produtos fitofarmacêuticos, no quadro da implementação da boa prática experimental, e posterior validação das metodologias de experimentação a implementar;

Relatório de Atividades 2016

- dd) Propor o reconhecimento dos Centros de Inspeção Periódica de Equipamentos de Aplicação de Produtos Fitofarmacêuticos (Centros IPP) e realizar as atividades de avaliação e acompanhamento, com vista à manutenção dos requisitos de reconhecimento;
- ee) Elaborar e atualizar os documentos técnicos de suporte ao exercício da proteção integrada, e da componente fitossanitária relativa aos modos de produção integrada e de produção biológica;
- ff) Coordenar do ponto de vista técnico a atividade do Serviço Nacional de Avisos Agrícolas (SNAA), através do estabelecimento e uniformização dos métodos e instrumentos adequados, de monitorização e de diagnóstico precoce de evolução dos inimigos das culturas, tendo em vista suportar a emissão de circulares de avisos, de acordo com os princípios da proteção integrada;
- gg) Assegurar o sistema de distribuição, aplicação e venda nas vertentes de habilitação dos técnicos responsáveis, concessão de autorização de exercício de atividade aos estabelecimentos e às empresas de aplicação terrestre;
- hh) Elaborar e atualizar programas tipo de ações de formação para utilizadores profissionais de produtos fitofarmacêuticos, nomeadamente no âmbito do uso sustentável dos referidos produtos, de acordo com os princípios de proteção integrada;
- ii) Promover a divulgação da informação decorrente da avaliação nacional e comunitária, de produtos fitofarmacêuticos e biocidas preservadores de madeira, incluindo, a divulgação de indicadores relativos à sua comercialização e utilização;
- jj) Colaborar na permuta de informação e atividade relativa a produtos fitofarmacêuticos, adjuvantes de produtos fitofarmacêuticos e biocidas preservadores de madeira com outros Estados-Membros, Comissão Europeia, Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos (EFSA), OEPP, OILB/SROP, OCDE e organizações e entidades nacionais e internacionais;
- kk) Proceder à elaboração de propostas de atos legislativos de iniciativa nacional ou decorrentes de obrigações comunitárias, no âmbito das diferentes áreas especializadas.

Relatório de Atividades 2016

1.2.8.11 DIREÇÕES DE SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO E VETERINÁRIA REGIONAIS

As Direções de Serviços de Alimentação e Veterinária Regionais (DSAVR), no âmbito das respetivas áreas geográficas, asseguram a execução das ações e das atividades definidas pelos Serviços Centrais da DGAV.

São em número de cinco, e estão distribuídas como a seguir se indica:

- a) Direção de Serviços de Alimentação e Veterinária Regionais do Norte,
- b) Direção de Serviços de Alimentação e Veterinária Regionais do Centro,
- c) Direção de Serviços de Alimentação e Veterinária Regionais de Lisboa e Vale do Tejo,
- d) Direção de Serviços de Alimentação e Veterinária Regionais do Alentejo,
- e) Direção de Serviços de Alimentação e Veterinária Regionais do Algarve.

Os Serviços da DGAV articulam-se ainda com os Serviços Veterinários das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

Relatório de Atividades 2016

1.3 Enquadramento / alinhamento nível estratégico vs nível político

O XXI Programa de Governo definiu a articulação das instituições, com vista à prossecução dos seus desígnios políticos. No respeito por esse alinhamento, a DGAV, durante o ano 2016, norteou a sua estratégia operacionalizando objetivos e implementando metas que contribuem para a realização das Medidas das Políticas Públicas (MPP) direta ou indiretamente relacionadas, conforme a Matriz de alinhamento, anexa ao final do presente documento, a saber:

✓ MPP. III - UM ESTADO FORTE, INTELIGENTE E MODERNO

submedida 6 - Fortalecer, simplificar e digitalizar a administração

OE 5.Promover a utilização das TIC

OO2.Implementar novos sistemas de gestão e desenvolver sistemas de informação e comunicação (TIC)

OO3. Promover a reengenharia de processos

OO4.Otimizar a gestão de recursos através da utilização das plataformas eletrónicas

OO6.Disponibilizar novos serviços on-line aos agentes económicos e demais entidades

OO8.Desenvolver ações de divulgação e de sensibilização no âmbito das atividades desenvolvidas pela DGAV

Relatório de Atividades 2016

submedida 7 - Assegurar a regulação eficaz dos mercados

OE3. Contribuir para o reforço de internacionalização

OO2. Implementar novos sistemas de gestão e desenvolver sistemas de informação e comunicação (TIC)

OO3. Promover a reengenharia de processos

OO5. Otimizar a execução dos planos de controlo

OO6. Disponibilizar novos serviços on-line aos agentes económicos e demais entidades

OO7. Desenvolver competências dos funcionários necessárias à prossecução dos objetivos

OO8. Desenvolver ações de divulgação e de sensibilização no âmbito das atividades desenvolvidas pela DGAV

✓ MPP. V - VALORIZAR O NOSSO TERRITÓRIO

submedida 4 - Valorizar a atividade agrícola e florestal e o espaço rural

OE4. Promover a proteção vegetal e fitossanidade

OO1. Desenvolver mecanismos de proteção da saúde e bem-estar animal, da fitossanidade e da segurança alimentar

OO5. Otimizar a execução dos planos de controlo

Relatório de Atividades 2016

OO6. Disponibilizar novos serviços on-line aos agentes económicos e demais entidades

OO7. Desenvolver competências dos funcionários necessárias à prossecução dos objetivos

OO8. Desenvolver ações de divulgação e de sensibilização no âmbito das atividades desenvolvidas pela DGAV

OE1. Promover a proteção da saúde pública e animal

OO1. Desenvolver mecanismos de proteção da saúde e bem-estar animal, da fitossanidade e da segurança alimentar

OO5. Otimizar a execução dos planos de controlo

OO6. Disponibilizar novos serviços on-line aos agentes económicos e demais entidades

OO7. Desenvolver competências dos funcionários necessárias à prossecução dos objetivos

OO8. Desenvolver ações de divulgação e de sensibilização no âmbito das atividades desenvolvidas pela DGAV

OE2. Garantir a segurança alimentar

OO1. Desenvolver mecanismos de proteção da saúde e bem-estar animal, da fitossanidade e da segurança alimentar

Relatório de Atividades 2016

OO5. Otimizar a execução dos planos de controlo

OO6. Disponibilizar novos serviços on-line aos agentes económicos e demais entidades

OO7. Desenvolver competências dos funcionários necessárias à prossecução dos objetivos

OO8. Desenvolver ações de divulgação e de sensibilização no âmbito das atividades desenvolvidas pela DGAV

No âmbito das medidas de Modernização Administrativa, nomeadamente as relativas à desburocratização, qualidade e inovação e, em especial, as que se orientam para o cumprimento da regra do digital, a DGAV propôs ainda medidas de simplificação administrativa, tendo sido selecionadas 2 medidas que foram contempladas no âmbito do Programa Simplex+2016, e cujas ações decorreram durante o ano de 2017, designadamente:

1. Plataforma Única de Inspeção e Fiscalização da Agricultura, Mar e Ambiente (iFAMA) constitui a medida nº 131, em que estão envolvidos diversos organismos dos Ministérios do Ambiente, Ministério do Mar e Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, coordenados pelo IGAMAOT.
2. Registo de animais de uma só vez – esta medida que envolve a DGAV e o IFAP, visa integrar e interligar bases de dados de identificação e registo de animais, eliminando duplicações de

Relatório de Atividades 2016

registos, reduzindo erros na identificação e movimentação animal, melhorando as operações de controlo sanitário, de rastreabilidade e de controlo da origem, e reduzindo custos no sector pecuário e evitando a duplicação de informação solicitada pela Administração Pública.

Relatório de Atividades 2016

II. Auto-avaliação do QUAR 2016

De acordo com o disposto no art.º 15.º da Lei 66-B/2007, de 28 dezembro, procede-se no presente capítulo à análise quantitativa e qualitativa dos resultados alcançados e dos desvios verificados conforme definido em QUAR da DGAV.

Em 2016, e alinhados com a estratégia definida, foram estabelecidos os seguintes objetivos

Objetivos Estratégicos

OE1: Promover a proteção da saúde pública e animal

OE2: Garantir a segurança alimentar

OE3: Contribuir para o reforço da internacionalização

OE4: Promover a proteção vegetal e fitossanidade

OE5: Promover a utilização das TIC

Objetivos Operacionais

OOP1: Desenvolver mecanismos de proteção da saúde e bem-estar animal, da fitossanidade e da segurança alimentar;

OOP2: Implementar novos sistemas de gestão e desenvolver sistemas de informação e comunicação TIC;

OOP3: Promover a reengenharia de processos internos;

OOP4: Otimizar a gestão de recursos através da utilização das plataformas eletrónicas;

OOP5: Otimizar a execução dos planos de controlo;

OOP6: Disponibilizar novos serviços on-line aos agentes económicos e demais entidades;

Relatório de Atividades 2016

OOP7: Desenvolver competências dos funcionários necessárias à prossecução dos objetivos;

OOP8: Desenvolver ações de divulgação e de sensibilização no âmbito das atividades desenvolvidas pela DGAV

2.1 Análise dos resultados alcançados

A análise do cumprimento dos objetivos operacionais foi aferida através da avaliação dos indicadores de desempenho definidos bem como, das respetivas metas.

2.1.1. Parâmetro – EFICÁCIA

Objetivo 1 - Desenvolver mecanismos de proteção da saúde e bem-estar animal, da fitossanidade e da segurança alimentar

A elaboração e implementação de novos planos de ação ou de contingência que visem a proteção da saúde e bem-estar animal, a fitossanidade e a segurança alimentar são mecanismos para melhorar a eficácia da prevenção, controlo, erradicação ou contenção das situações de risco para a saúde pública, a saúde animal, a fitossanidade e a segurança alimentar.

Indicador: Número de novos planos de ação elaborados

- **Meta** - 2
- **Tolerância** - 1
- **Valor crítico** - 5
- **Grau de cumprimento** - Supera > 3; Cumpre 1-3; Não cumpre <1
- **Peso do indicador** - 100 %

Relatório de Atividades 2016

- **Fonte de Verificação** - Sistema de Registo Documental de cada Direção de Serviços - Data do despacho da Informação referente ao objetivo
- **Peso do objetivo 1** – 60 %

Realizado: Foram elaborados **3** novos planos de ação :

1. Plano de controlo dos Alimentos para Grupos Especiais - (21 de julho)
2. Plano de contingência para o Controlo de *Candidatus Liberibacter asiaticus*, *Ca. Liberibacter africanus* e *Ca. Liberibacter americanus* e dos seus vetores, *Trioza erytreae* e *Diaphorina citri*, Kuwayama agentes causais da doença de Huanglongbing (HLB), vulgarmente conhecida como Citrus greening ou Enverdecimento dos Citrinos – (4 de novembro)
3. Plano de controlo de formulações de produtos fitofarmacêuticos – (15 de maio)

Taxa de realização – 100 %

Resultado: OBJETIVO CUMPRIDO

Objetivo 2 - Implementar novos sistemas de gestão e desenvolver sistemas de informação e comunicação (TIC)

O desenvolvimento e implementação de novos sistemas de gestão interna facilitam a concentração e consulta da informação assim como a otimização dos recursos necessários a cada processo. Pretende-se desenvolver aplicações informáticas que permitam agilizar e otimizar determinadas áreas administrativas essenciais, resultando também num melhor serviço prestado a terceiros.

Indicador - N.º de novos sistemas e serviços disponibilizados

- **Meta** - 3

Relatório de Atividades 2016

- **Tolerância** - 1
- **Valor crítico** - 9
- **Grau de cumprimento:** Supera >4; Cumpre 2-4; Não cumpre <2
- **Peso do indicador** - 100%
- **Fonte de Verificação** - Sistema informático - Data de entrada em produção
- **Peso do objetivo 2** – 40 %

Realizado - Foram disponibilizados 2 novos sistemas informáticos:

1. Aplicação WEB para gestão dos Certificados de Aptidão Profissional (CAP) emitidos ao pessoal afeto às linhas de abate dos matadouros. (DSGA/DSPA-DBEA).

Entrada em produção - 11 de novembro

2. Plataforma de monitorização de aplicações, sistemas e redes de dados que disponibiliza uma visão detalhada de toda a infra-estrutura informática da DGAV, permitindo assim uma ação pró-ativa na resolução de problemas que afetem processos críticos de negócio da organização.

Entrada em produção - 28 de setembro

Taxa de realização - 100 %

Resultado: OBJETIVO CUMPRIDO

Relatório de Atividades 2016

Resultados do Parâmetro EFICÁCIA:

Considerando a média do somatório dos resultados dos objetivos 1 e 2, que fazem parte do Parâmetro Eficácia, o resultado do Parâmetro Eficácia é de **100 %**.

A taxa de realização do Parâmetro Eficácia é de 30 % (100%*30%)

2.1.2 Parâmetro – EFICIÊNCIA

Objetivo 3 - Promover a reengenharia de processos

A reengenharia de processos internos, através do recurso às tecnologias de informação e comunicação facilita a tramitação subsequente dos mesmos.

A adoção deste procedimento constitui um valor acrescentado para a eficiência e qualidade dos serviços prestados pela DGAV aos agentes económicos e demais entidades.

Indicador - Número de novos processos cuja informação é gerida numa ótica de integração com recurso às TIC

- **Meta** - 2
- **Tolerância** - 1
- **Valor crítico** - 7 (Valor Critico de Excelência -75% do limite superior da meta - $3+(3*75\%)=5$)
- **Grau de cumprimento** - Supera > 3; Cumpre 1-3; Não cumpre <1
- **Peso do indicador** – 100 %
- **Fonte de Verificação** - Sistema informático - Data de entrada em produção
- **Peso do objetivo 3** - 30 %

Relatório de Atividades 2016

Realizado:

1. Desenvolvimento de uma Plataforma de registo de dados respeitantes aos controlos oficiais no âmbito do Plano Nacional de Controlo Plurianual Integrado.

Entrada em produção em 18 de maio.

2. Nova versão do formulário a utilizar na comunicação das taxas de comercialização de medicamentos veterinários.

Disponível no portal da DGAV desde 1 de julho.

Taxa de realização - 100 %

Resultado: OBJETIVO CUMPRIDO

Objetivo 4 - Otimizar a gestão de recursos através da utilização das plataformas eletrónicas

A otimização da gestão de recursos através do acesso a plataformas eletrónicas, permite a partilha de sistemas de disponibilização de informação, tornando o processo mais eficiente.

Os parâmetros definidos pelas entidades públicas nas plataformas eletrónicas de aquisição permitem adequar o mercado, à procura dos meios necessários e suficientes, diminuindo o dispêndio de tempo no processo de pesquisa, aquisição, bem como no preço do bem ou do produto requerido.

A centralização da condução dos procedimentos de contratação das aquisições, designadamente a adjudicação das propostas em representação das entidades compradoras, relativas às categorias de bens e serviços é uma competência da Unidade Ministerial de Compras.

Relatório de Atividades 2016

Contudo, em determinadas situações, os processos de aquisição através das plataformas eletrónicas podem ser acompanhados pelas entidades, devido ao detalhe das suas necessidades *específicas*.

Indicador - Número de processos de aquisição através das plataformas eletrónicas

- **Meta** - 5
- **Tolerância** - 2
- **Valor crítico** -9
- **Grau de cumprimento** - Supera > 7; Cumpre 3-7; Não cumpre <3
- **Peso do indicador** – 100 %
- **Fonte de Verificação** - Plataformas eletrónicas utilizadas - Listagem dos processos de aquisição executados
- **Peso do objetivo 4** : 30%

Realizado: Nº de processos de aquisição = 6

(Plataforma ANOGOVS: 5 ; Plataforma da ESPAP- Gatewitt: 1)

Resultado: OBJETIVO CUMPRIDO

Objetivo 5 - Otimizar a execução dos planos de controlo

Indicador - Taxa de execução material dos planos de controlo

- **Meta** - 80%
- **Tolerância** – 10 %
- **Valor crítico** - 100%

Relatório de Atividades 2016

- **Grau de cumprimento** - Supera > 90%; Cumpre 70%-90%; Não cumpre <70%
- **Peso do indicador** - 100%
- **Fonte de Verificação** - Sistema de Registo Documental de cada Direção de Serviços - Relatórios de execução semestrais.
- **Peso do objetivo 5** – 40 %

Propostas:

1. Taxa de execução material dos planos de controlo oficial que contemplam indicadores que intervêm no Sistema de controlo da Condicionalidade - 100%
2. Taxa de Controlo das DSAVR às atividades desenvolvidas pelas OPP, conforme definido no Plano de Controlo da Tuberculose, Brucelose e Leucose - 100%

Resultado do objetivo - 111 %

Resultado: OBJETIVO SUPERADO

Resultados do Parâmetro EFICIÊNCIA

Considerando a média do somatório dos resultados dos objetivos 3, 4 e 5, que fazem parte do Parâmetro Eficiência, o Resultado do Parâmetro Eficiência é de **110%**.

A Taxa de realização do parâmetro Eficiência - 33 % (110%*30%)

Relatório de Atividades 2016

2.1.3 Parâmetro – QUALIDADE**Objetivo 6 - Disponibilizar novos serviços *on-line* aos agentes económicos e demais entidades**

O desenvolvimento de sistemas de informação e de comunicação, através da disponibilização de serviços *on-line*, conduz a uma melhoria da tramitação processual subsequente, por se ultrapassarem os constrangimentos associados aos processos manuais existentes. Esta desmaterialização, resulta numa melhoria de eficiência e qualidade dos serviços prestados aos agentes económicos e demais entidades.

Indicador – N.º de novos serviços *on-line* disponibilizados no Portal da DGAV

- **Meta** - 4
- **Tolerância** - 2
- **Valor crítico** - 8
- **Grau de cumprimento** - Supera > 6; Cumpre 2 - 6 Não cumpre <2
- **Peso do indicador** - 100%
- **Fonte de Verificação** - Sistema informático - Data de entrada em produção
- **Peso do objetivo 6** – 30 %

Realizado - Foram disponibilizados 2 novos serviços “on-line”:

1) Gestão da campanha antirrábica – Foi facultado o acesso, aos Médicos Veterinários envolvidos na campanha antirrábica, ao registo das ações realizadas .

Entrada em produção – 29 de abril.

Relatório de Atividades 2016

2) Disponibilizada on line informação referente aos Biocidas de uso veterinário (BUV)

Entrada em produção – dezembro 2016

Realizado - 2

Taxa de realização - 100 %

Resultado: OBJETIVO CUMPRIDO

Objetivo 7 - Desenvolver competências dos funcionários necessárias à prossecução dos objetivos

Em conformidade com as orientações estratégicas definidas, deverão ser desenvolvidas as competências dos colaboradores.

Garantir a disponibilização do acesso a uma oferta formativa que seja adequada às necessidades da organização e que resulte num impacto positivo na qualidade dos serviços prestados e na produtividade dos trabalhadores.

Indicador a) N° de horas de formação específica dos recursos humanos da DGAV

- **Meta** - 1.130 horas
- **Tolerância** - 500 h horas
- **Valor crítico** - 2.853 horas
- **Grau de cumprimento:** Supera > 1630 horas; Cumpre 630 horas – 1630 horas; Não cumpre <630 horas
- **Peso do indicador** - 50 %
- **Fonte de Verificação** - Base de Dados - Formação – Listagem

Relatório de Atividades 2016

Resultado do indicador 7 a) Formação específica Interna promovida pela DGAV – 444,65h + a Formação TIC – 264 horas = 708,65 horas

Relativamente aos indicadores do objetivo 7, os resultados aferiram a valoração do indicador 7 a) *nº de horas de formação disponibilizada pela DGAV*, diferindo das análises realizadas em exercícios anteriores, onde era quantificado o “*volume de horas de formação*” - (nº de horas de formação *nº formandos).

Indicador b) Taxa de cobertura da formação

- **Meta** - 50%
- **Tolerância** – 10%
- **Valor crítico** - 90 %
- **Grau de cumprimento:** Supera > 60%; Cumpre 40%-60%; Não cumpre <40%
- **Peso do indicador** - 50%
- **Fonte de Verificação** - Base de Dados da Formação - Contagem distinta de formandos da DGAV que frequentaram a F. Específica disponibilizada / nº total de funcionários

Resultado do indicador 7 b) A taxa de cobertura da formação realizada foi de $382/916 * 100 = 41,70\%$

(Considerando que 382 colaboradores estiveram presentes em pelo menos 1 curso)

Peso do objetivo 7 - 30%

Taxa de realização – 100%

Resultado: OBJETIVO CUMPRIDO

Relatório de Atividades 2016

Objetivo 8 - Desenvolver ações de divulgação e de sensibilização no âmbito das atividades desenvolvidas pela DGAV

A Comunicação com o exterior constitui um fator relevante para a transferência de informação e para o conhecimento das atividades desenvolvidas pela DGAV no âmbito das suas competências.

A transferência de informação para os operadores económicos e para todas as entidades públicas e privadas envolvidas em áreas da responsabilidade da DGAV é fundamental para uma melhor aplicação e compreensão dos diversos normativos existentes e concorre para um aumento da qualidade geral das várias atividades económicas.

O reconhecimento da importância da sua missão, junto da sociedade, e este ano em particular focado no estímulo ao tecido económico, decorre da capacidade de demonstrar junto do público e “*stakeholders*”, a qualidade, eficácia e eficiência dos serviços.

Indicador 1 - Nº de ações promovidas pelas unidades orgânicas destinadas ao público e *stakeholders*

- **Meta** - 4 ações
- **Tolerância** - 1
- **Grau de cumprimento:** Supera > 5; Cumpre 3-5; Não cumpre <3
- **Valor crítico** - 9 ações
- **Peso do indicador** - 100 %
- **Fonte de Verificação** - Sistema de Registo Documental de cada Direção de Serviços – Lista de participantes (público e *stakeholders*)

Peso do objetivo 8 – 40 %

Realizado - Foram promovidos 3 eventos de impacto significativo para a DGAV 2016:

Relatório de Atividades 2016

1. Internacionalização Produtos Vegetais
2. Suplementos Alimentares
3. Workshop – Brucelose

Taxa de realização - 100 %

Resultado: OBJETIVO CUMPRIDO

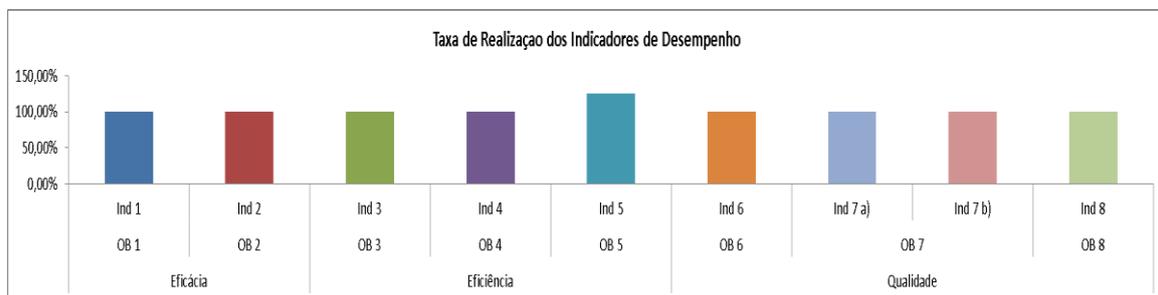
Resultados do Parâmetro QUALIDADE

Considerando a média do somatório dos resultados dos objetivos 6, 7 e 8, que fazem parte do Parâmetro Qualidade, o Resultado do Parâmetro Qualidade é de 100%.

A Taxa de realização do parâmetro Qualidade - 30 % (100%*30%)

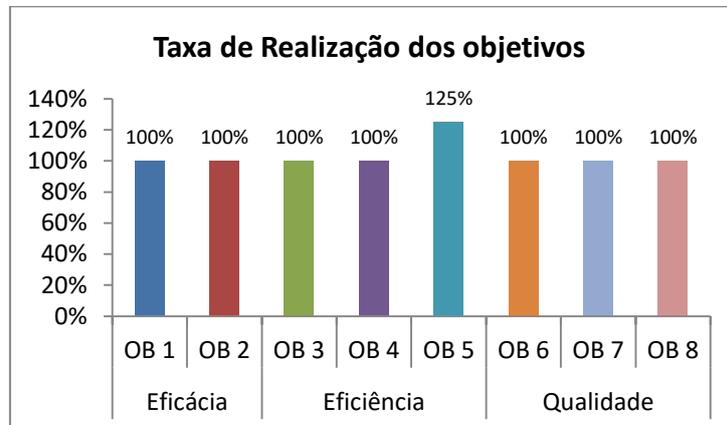
2.2 Análise quantitativa e qualitativa das taxas de realização global

2.2.1 Taxa de realização dos indicadores de desempenho dos objetivos



Dos 8 objetivos e 9 indicadores propostos, foi superada a meta do objetivo 5 e alcançadas todas as restantes metas.

Relatório de Atividades 2016



A taxa de realização mais elevada (125%) foi observada no indicador 5, referente ao objetivo 5, inserido no parâmetro- Eficácia .

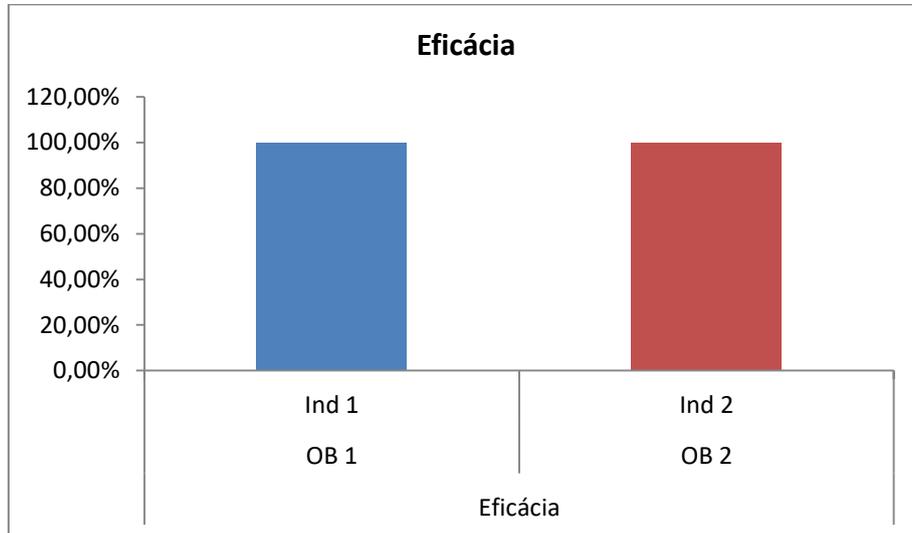
Este resultado, decorre da superação das metas previstas para 2 indicadores que incluem a taxa de execução material dos planos de Controlo Oficial, que contribuem para o Sistema da Condicionalidade, bem como para a taxa de controlo às atividades desenvolvidas pelas Organizações de Produtores Pecuários (OPP).

2.2.2 Taxa de realização dos objetivos por Parâmetro

2.2.2.1 Eficácia

A análise gráfica dos resultados obtidos nos indicadores do Parâmetro Eficácia, permite verificar que foram cumpridos os 2 objetivos definidos.

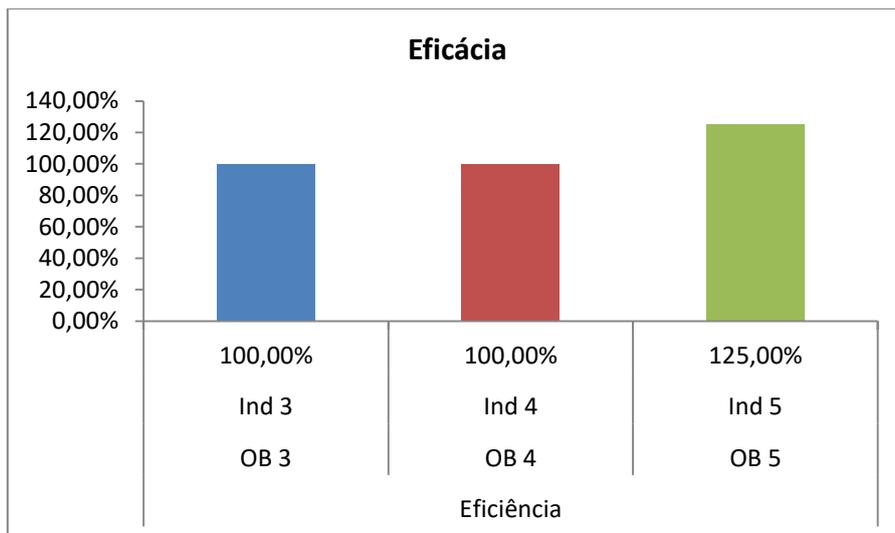
Relatório de Atividades 2016



2.2.2.2 Eficiência

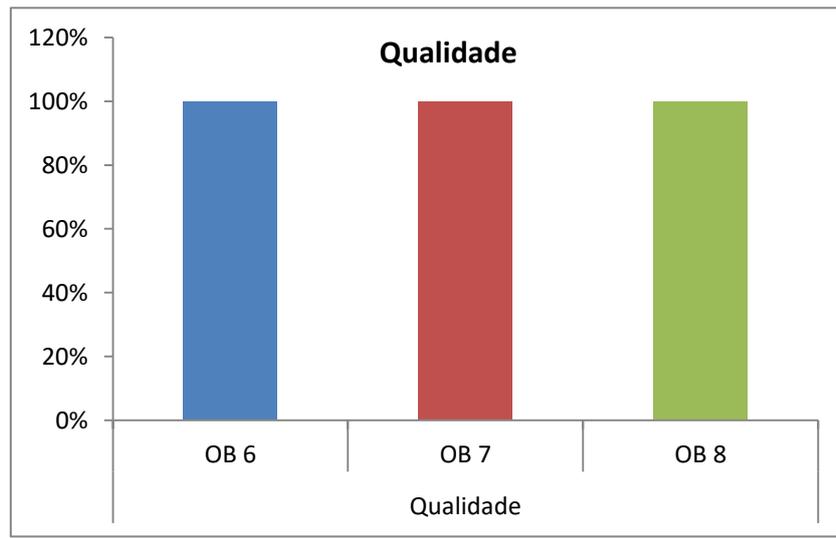
No Parâmetro Eficiência, foram alcançados os resultados preconizados para os indicadores dos objetivos 3 e 4.

O indicador do objetivo 5 foi superado, registando um desvio positivo de 25%, conforme se ilustra no gráfico.



Relatório de Atividades 2016

2.2.2.3 Qualidade



A análise do Parâmetro Qualidade, indica que todos os seus 3 objetivos, foram alcançados.

2.2.3 Taxa de realização dos objetivos Relevantes

QUAR 2016					
	peso dos parâmetros na avaliação final	peso dos objetivos no respetivo parâmetro	peso de cada objetivo na avaliação final	Taxa dos Objetivos Relevantes	Valor dos objetivos relevantes
Eficácia	30%			100,00%	18,00%
O1		60%	18%		
O2		40%	12%		
Eficiência	30%			125,00%	15,00%
O3		30%	9%		
O4		30%	9%		
O5		40%	12%		
Qualidade	40%			100,00%	12,00%
O6		30%	12%		
O7		30%	12%		
O8		40%	16%		
Avaliação final	100%		100%		
Objetivos mais relevantes sombreados			58%		61%

Relatório de Atividades 2016

O Somatório das Taxas de Realização dos Objetivos Relevantes definidos (1, 5, 6 e 8) atingiu **61 %**, tendo observado um desvio positivo de 3%, relativamente à estimativa inicial – 58%.

Esta superação ocorreu devido ao contributo do objetivo 5, que obteve a Taxa de realização mais elevada (125%).

2.2.4 Análise do impacto dos resultados dos objetivos operacionais nos objetivos estratégicos

Parâmetros	Objetivos Operacionais	Indicadores	Taxa de Realização
Eficácia	OB 1	Ind 1	100,00%
	OB 2	Ind 2	100,00%
Eficiência	OB 3	Ind 3	100,00%
	OB 4	Ind 4	100,00%
	OB 5	Ind 5	125,00%
Qualidade	OB 6	Ind 6	100,00%
	OB 7	Ind 7 a)	100,00%
		Ind 7 b)	100,00%
	OB 8	Ind 8	100,00%

Relatório de Atividades 2016

A análise global dos resultados brutos alcançados pelos objetivos operacionais, constante no quadro anexo, permite verificar que todos 8 objetivos foram atingidos e o objetivo 5, foi superado.

Tendo em conta o quadro da Relação dos Objetivos Estratégicos e Objetivos Operacionais, onde se representa a relação estabelecida.

Relação entre Objetivos Estratégicos e Operacionais	001	002	003	004	005	006	007	008
OE1: Promover a proteção da saúde pública e animal	X	X	X		X	X	X	X
OE2: Garantir a segurança alimentar	X	X	X		X	X	X	X
OE3: Desenvolver os processos com vista à exportação para novos mercados	X	X	X		X	X	X	X
OE4: Promover a proteção vegetal e fitossanidade	X	X	X		X	X	X	X
OE5: Promover a utilização das TIC		X	X	X		X	X	X

Face aos resultados obtidos, poderemos assumir que os objetivos estratégicos foram alcançados.

Apesar de não terem sido atribuídas metas aos objetivos estratégicos nem qualquer valoração de *Peso relativo* aos objetivos estratégicos, o impacto do alcance das metas dos objetivos operacionais tiveram um resultado positivo na persecução dos objetivos estratégicos.

Consideramos assim, que os objetivos estratégicos que beneficiaram da superação alcançada no objetivo 5, correspondentes ao desvio positivo de 25%, foram igualmente superados, designadamente:

Relatório de Atividades 2016

OE1: Promover a proteção da saúde pública e animal

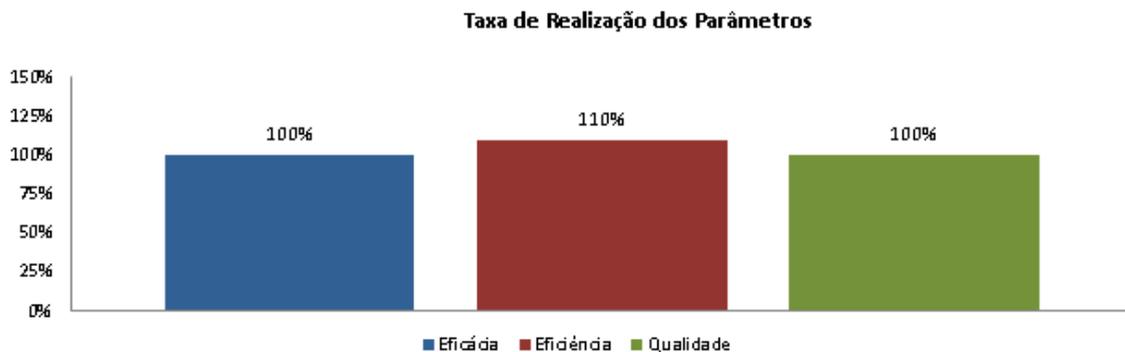
OE2: Garantir a segurança alimentar

OE3: Desenvolver os processos com vista à exportação para novos mercados

OE4: Promover a proteção vegetal e fitossanidade

2.2.5 Resultados dos parâmetros

Os resultados dos parâmetros, considerando os pesos atribuídos, são apresentados no seguinte quadro:



Da análise dos resultados, o parâmetro Eficiência, destaca-se, tendo alcançado - 110 %.

2.3 Avaliação Final do Organismo

Considerando os resultados obtidos em cada parâmetro e os respetivos pesos no resultado da avaliação final global do organismo é de **103%**

Cumpridos todos os objetivos, a superação de um deles e tendo em conta, o resultado obtido no somatório dos objetivos relevantes (61%), consideram-se reunidos os requisitos para que a Avaliação Global do Organismo seja enquadrada na Classificação – **Bom**.

Relatório de Atividades 2016

III. Recursos afetos

3.1 Recursos Humanos

DESIGNAÇÃO	PONTUAÇÃO	Pontuação Planeada	Pontuação corrigida	Pontuação Realizada	DESVIO
Dirigentes - Direção Superior	20	60	60	51	-9
Dirigentes - Direção intermédia e Chefes de equipa	16	800	752	669	-83
Técnico Superior - (inclui Especialistas de Informática)	12	7392	6300	5151	-1149
Coordenador Técnico - (inclui Chefes de Secção)	9	27	9	9	0
Assistente Técnico - (inclui Técnicos de Informática)	8	2144	2184	1799	-385
Assistente Operacional	5	300	280	223	-57
TOTAL		10723	9585	7902	-1683

Considerando a necessidade de revisão dos recursos humanos afetos à DGAV para o ano de 2016, foi corrigida a pontuação e analisada face ao nº de trabalhadores existentes em 31 de Dezembro 2016, e de acordo com o Balanço Social totalizam 904 colaboradores.

Assim, e tendo ainda em conta, a dedução respeitante aos dias de absentismo ocorridos durante o ano de 2016, a pontuação realizada totaliza 7 902 Unidades Equivalentes de Recursos Humanos Planeados (UERHP).

Face à correção efetuada, é observado um desvio de 1 683 UERHP, que corresponde a cerca de 8 %, na execução dos Recursos Humanos.

Relatório de Atividades 2016

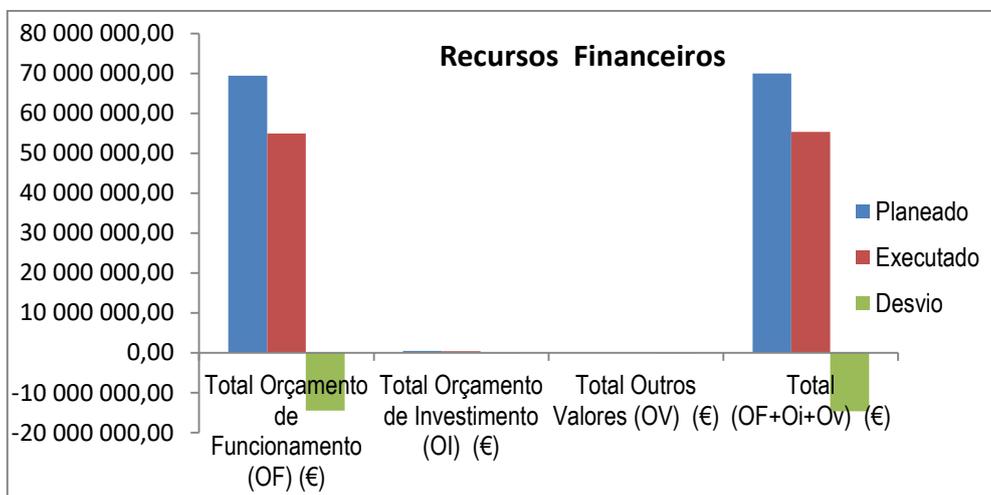
3.2 Recursos Financeiros

Os recursos financeiros da DGAV, durante o ano 2016 executaram um montante total de 55.299.271,77 €.

Face ao que havia sido programado, a execução verificou um desvio negativo de 14.652.410,23 €.

	PLANEADO (€)	EXECUTADO (€)	DESVIO(€)
Orçamento de Funcionamento (OF)			
Despesas c/Pessoal	29.009.775,00 €	26.807.939,83 €	- 2.201.835,17 €
Aquisições de Bens e Serviços	31.538.950,00 €	23.544.041,97 €	- 7.994.908,03 €
Outras despesas correntes	8.876.223,00 €	4.566.548,46 €	- 4.309.674,54 €
Total Orçamento de Funcionamento (OF) (€)	69.424.948,00 €	54.918.530,26 €	-14.506.417,74 €
Total Orçamento de Investimento (OI) (€)	425.000,00 €	345.931,14 €	- 79.068,86 €
Total Outros Valores (OV) (€)	101.734,00 €	34.810,37 €	- 66.923,63 €
Total (OF+Oi+Ov) (€)	69.951.698,00 €	55.299.271,77 €	- 14.652.426,23€

O gráfico abaixo evidencia o diferencial por rubricas entre os recursos financeiros Planeados e Executados respeitantes ao orçamento de funcionamento, orçamento de investimento e outros valores, evidenciando os respetivos desvios relativos.



Relatório de Atividades 2016

IV. Balanço Social

Os mapas do Balanço Social, anexos ao presente documento, para melhor leitura do quadro anexo, quantificam 904 trabalhadores, sendo 546 do género feminino e 358 do género masculino.

Quadro 1: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de vinculação e género, em 31 de dezembro

Grupo/cargo/carreira / Modalidades de vinculação	Cargo Político / Mandato		Nomeação Definitiva		Nomeação Transitória por tempo determinado		Nomeação Transitória por tempo indeterminável		CT em Funções Públicas por tempo Indeterminado		CT em Funções Públicas a termo resolutivo certo	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
Dirigente Superior de 1.º grau a)												
Dirigente Superior de 2.º grau a)												
Dirigente Intermédio de 1.º grau a)												
Dirigente Intermédio de 2.º grau a)												
Dirigente Intermédio de 3.º grau e seguintes a)												
Técnicos Superiores									181	341		
Assistente Técnico, Técnico de nível intermédio, Pessoal administrativo									112	150		
Assistente Operacional, Operário, Auxiliar informático									39	17		
Pessoal de Inspeção									11	3		
Pessoal de Investigação Científica												
Outro Pessoal												
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	343	511	0	0

CT em Funções Públicas a termo resolutivo incerto		Comissão de Serviço no âmbito da LVQR		CT no âmbito do Código do Trabalho por tempo indeterminado		CT no âmbito do Código do Trabalho a termo (certo ou incerto)		CT no âmbito do Código do Trabalho		TOTAL		TOTAL
M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
		1								1	0	1
			2							0	2	2
		1	10							1	10	11
		13	23							13	23	36
										0	0	0
										181	341	522
										112	150	262
										39	17	56
										11	3	14
										0	0	0
										0	0	0
										0	0	0
0	0	0	15	35	0	0	0	0	0	350	546	896

Relatório de Atividades 2016

V. Síntese da atividade desenvolvida

A DGAV, no âmbito das suas atribuições como autoridade sanitária veterinária e fitossanitária, autoridade nacional para os medicamentos veterinários e de autoridade responsável pela gestão do sistema de segurança alimentar, desenvolve diversas atividades relevantes que se quantificam nos subcapítulos seguintes:

5.1 Controlos de Saúde Animal

Plano	Caracterização do controlo	Nº animais sujeitos a controlo	Nº de testes realizados (2016)
Plano de Controlo da Tuberculose Bovina	Físico/ analítico (*)	845.000 (*)	Intradermotuberculinização - 945.000 Histopatologia - 272 Microbiologia - 236
Plano de Controlo da Tuberculose em Caça Maior	Analítico (*)		Histopatologia - 376 Microbiologia - 382
Plano de Controlo da Brucelose Bovina	Analítico (*)	781.000 (*)	Rosa Bengala - 763.991 Fix. de Complemento - 110.073 Elisa leite-2.299 Microbiologia - 68
Plano de Controlo da Leucose Bovina	Analítico (*)	176.000 (*)	Elisa/PCR - 173.950
Plano de Controlo da Brucelose Pequenos Ruminantes	Analítico (*)	1.615.000 (*)	Rosa Bengala - 1.678.338 Fix. de Complemento - 220.399 Microbiologia - 605
Plano de Controlo das Encefalopatias Espongiformes	Analítico (*)	Bov - 15.899 Ov - 21.452 Cap - 1.556	Testes Bov - 15.899 Testes Ov - 21.452 Testes Cap - 1.556
Plano de Controlo da Língua Azul	Analítico (*)	-	Elisa - 3.465 PCR - 414
Plano de Controlo da Gripe Aviária	Analítico (*)	Aves domést Aves selvagens	Elisa/PCR/Virol(H5/H7)- 4.820

Relatório de Atividades 2016

Plano de Controlo das Salmonelas	Analítico (*)	Reprodutores Poedeiras Frangos Perus	Testes serologia - 269 Testes microbiologia - 1.844
Plano de Controlo das Pestes Suínas /D. Aujeszky	Analítico (*)		Elisa - 186

(*) estimativa

5.2 Registo de identificação animal

No âmbito da informação disponível sobre Identificação e registo animal, registamos nos quadros os dados respeitantes a 2016:

Tipo animal	DSAVR	Animais	Explorações/Detentores
Canídeos	Norte	182374	119704
	Centro	129844	71323
	LVT	235666	138514
	Alentejo	68660	32040
	Algarve	55610	30203
	Madeira	8494	5735
	Açores	20725	12075
Total		701373	409594

Fonte: DGAV-SICAFE

Tipo animal	DSAVR	Animais	Explorações/Detentores
Felídeos	Norte	1081	908
	Centro	371	316
	LVT	1459	1187
	Alentejo	77	65
	Algarve	220	173
	Madeira	546	457
	Açores	178	134
Total		3932	3240

Fonte: DGAV-SICAFE

Tipo animal	DSAVR	Animais	Explorações/Detentores
Bovinos	Norte	314462	19296
	Centro	152737	7985
	LVT	184916	2250
	Alentejo	678500	4710
	Algarve	9999	322
	Madeira	3609	739
	Açores	267935	8024
Total		1612158	43326

Relatório de Atividades 2016

Fonte: SNIRB

Tipo animal	DSAVR	Animais	Explorações/Detentores
Ovinos/Caprinos	Norte	407109	10707
	Centro	529714	11153
	LVT	182665	3271
	Alentejo	1288885	7206
	Algarve	64333	778
	Madeira	687	71
	Açores	7178	470
Total		2480571	33656

DEOC.iDigital (dezembro 2015)

Tipo animal	DSAVR	Animais	Explorações/Detentores
Suínos	Norte	44278	570
	Centro	423105	2336
	LVT	1128180	829
	Alentejo	518166	816
	Algarve	18231	73
	Madeira	965	29
	Açores	2535	12
Total		2135460	4665

DES.iDigital agosto 2016)

Tipo animal	DSAVR	Animais	Explorações/Detentores
Equídeos	Norte	18866	10386
	Centro	7250	3127
	LVT	32957	1216
	Alentejo	15071	965
	Algarve	1265	371
	Madeira	33	1
	Açores	1397	0
Total		76839	16066

Tipo animal	DSAVR	Animais	Explorações/Detentores
Galinhas Poedeiras	Norte	246782	5
	Centro	4114377	91
	LVT	3041284	26
Total		7402443	122

AviDec (setembro 2016)

Relatório de Atividades 2016

Tipo animal	DSAVR	Animais	Explorações/Detentores
Abelhas	Norte	247067	10674
	Centro	174024	10305
	LVT	50113	3004
	Alentejo	133160	6136
	Algarve	123451	8575
	Madeira	5244	454
	Açores	5701	666
Total		738760	39814

RAA.iDigital (junho/setembro 2016)

No âmbito do Registo Nacional de Equídeos (RNE) a DGAV procedeu à :

- Emissão de passaportes de equídeos registados (livro azul): 4.562 passaportes
- Emissão de passaportes de equídeos de produção e rendimento (livro verde): 13.500 passaportes.

5.3 Medicamentos Veterinários (MV)/Produtos de Uso Veterinário (PUV)/ Biocidas de Uso Veterinário (BUV)

5.3.1 Licenciamentos

Número de Licenciamentos Concedidos por tipo de entidade		Ano: 2016
Tipo de entidades licenciadas	Licenciamentos	
Fabricantes de Medicamentos Veterinários	1	
Certificações de Boas Práticas de Fabrico	1	
Inspeções de acompanhamento a fabricantes autorizados	6	
Distribuidores por Grosso de Medicamentos Veterinários (Inclui PMM)	12	
Postos de Venda a Retalho de Medicamentos Veterinários	10	

Relatório de Atividades 2016

Fabricantes de Produtos de Uso Veterinário	0
Bancos de sangue	0
Distribuidores por Grosso de Produtos de Uso Veterinário	1
Total	31

5.3.2 Autorizações de Introdução no Mercado /Alterações /Revisões / Renovações /Revogações /Certificados /Ensaio Clínicos /Autorizações de Utilização Especial

Número de AIM's e suas alterações, renovações, revisões e revogações autorizadas				Ano: 2016
	Medicamentos Veterinários	PUV	BUV	Total
AIM/ACM/AV (*)	168	35	43	246
Extensão de AIM	3	0	0	3
Extensão de AIM de 1MV centralizado sendo Portugal correlator	1	0	0	1
Peer reviewer	4	0	0	4
Correções linguísticas	50	0	0	50
Pedido de Revisão	9	0	0	9
Renovação Quinquenal	119	0	0	100
Alterações	1083	21	17	1121
Revogações	39	8	0	47
Certificados de Exportação/Registo	27	12	1	40
Certificados OBPR emitidos	497	0	0	497
Certificados OBPR/OCABR reconhecidos	976	0	0	976
Ensaio Clínicos	10	0	0	10
AUE (*)	1109	0	0	3104

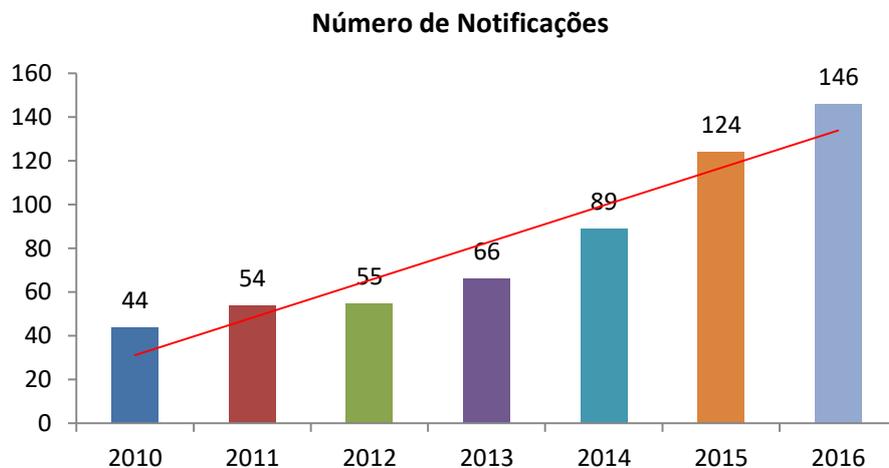
Reconhecimento Mútuo/Descentralizados	
Tipo	Nº
Alterações	563
Renovações	67

Relatório de Atividades 2016

5.3.3 Inspeções

Inspeção (2016)	
Inspeção farmacovigilância	5
Inspeção no âmbito do programa Joint audit a agências de outros países	1
Inspeções de acompanhamento a fabricantes autorizados	6
Total	12

5.3.4 Farmacovigilância



Na linha dos anos mais recentes, o número de notificações de suspeita de eventos adversos recebidas em 2016 continuou a aumentar (17,7%). Este aumento advém de um esforço dos serviços da DGAV na divulgação da importância deste ato, junto das instituições académicas, associações profissionais e dos médicos veterinários que exercem a atividade clínica, conduzindo a um melhor conhecimento dos medicamentos e a uma escolha responsável das terapias disponíveis.

Relatório de Atividades 2016

De referir, que o crescente empenho por parte das empresas titulares de AIM na notificação tem contribuído também para este aumento.

No ano de 2016 foram recebidas 146 notificações de Farmacovigilância, sendo 70 relativas a medicamentos veterinários imunológicos e 76 respeitantes a medicamentos veterinários não imunológicos.

Destas notificações, 127 estiveram relacionadas com assuntos de segurança em animais (suspeitas de reações adversas) e 19 com falhas de eficácia esperada.

Por classificação farmacológica, os medicamentos mais referenciado por ordem de frequência são:

1. Imunológicos
2. Desparasitantes orais
3. Ectoparasiticidas
4. Acaricidas para abelhas
5. Desparasitantes injetáveis
6. Anestésicos ou Tranquilizantes

5.4 Controlos de Segurança Alimentar

5.4.1 Inspeção de géneros alimentícios de origem animal

Ungulados e Lagomorfos				
Animais abatidos (nº)	Nº animais reprovados ante-mortem	Nº animais reprovados post-mortem	Total Nº animais reprovados	Nº Total animais rejeitados
11.380.435	2.026	72.933	74.959	0,69%

Relatório de Atividades 2016

Aves			
Aves abatidas (nº)	Nº Aves reprovadas ante morte	Nº Aves reprovadas	Nº total rejeitados
223.017.714	3.409	413.807	2.671.813

Pescado			
Lotas	Peixe comercializado	Peixe rejeitado	Taxa de Rejeição
25	2.738.764,6 kg	476,5 Kg	0,33%

5.5 Controlos às Trocas intra-união – Importação - Exportação

5.5.1 Controlos /certificados - Animais vivos

EU - Destino – Portugal	
Nº de Certificados atribuídos	Nº de Animais
13.543	22.084.857

EU - Origem – Portugal	
Nº de Certificados atribuídos	Nº de Animais
12.017	56.502.001

Relatório de Atividades 2016

5.5.2 Importação

Importação Animais Vivos	
Nº de remessas sujeitas a controlo	Nº de Animais vivos recebidos
812 Remessas	3.030.394

Das 812 remessas, sujeitas a controlo em 2016, a grande maioria referem-se a animais vivos importados das espécies piscícola (peixes ornamentais), tartarugas e animais de companhia.

Importação Géneros alimentícios, subprodutos de origem animal e produtos animais	
Nº de remessas sujeitas a controlo	Nº de mercadorias recebidas
9503 Remessas	22.179 mercadorias

5.5.3 Exportação

2016 - Exportação - Animais Vivos		
Referência - Animais	Quantidade (Nº unidades) (*)	Nº Certificados (*)
Aves de capoeira (galinhas)	8.112	4
Aves de capoeira (pombos)	72	3
Aves que não de capoeira	2.087	37
Bovinos	50.053	75
Cães	806	798
Chinchilas	1	1
Coelhos	3	1

Relatório de Atividades 2016

Equídeos registados	63	53
Gatos	183	181
Outros répteis	48	1
Outros roedores	1	1
Ovinos	33.209	38
Peixes	10	1
Peixes ornamentais	1.279	4
Pintos do dia (galinhas)	1.207.650	89
Pintos do dia (gansos)	50.200	2
Total Geral	1.353.777	1.290

(*) dados preliminares (s/ DSAVRN)

2016 - Exportação – Produtos animais

Referência Produtos Animais	Quantidade (Nº unidades) (*)	Nº Certificados (*)
Ovos para incubação (faisões)	306.000	1
Ovos para incubação (galinhas)	45.018.810	256
Ovos para incubação (gansos)	388.080	2
Sémen (suíno)	44	1
Total Geral	45.712.934	260

(*) dados preliminares (s/ DSAVRN)

2016 - Exportação - Produtos de origem animal/Subprodutos de origem animal (*)

Referência	Quantidade (kg)	Nº Certificados	Referência	Quantidade (kg)	Nº Certificados
Carnes frescas, congeladas ou refrigeradas			Refeições Prontas congeladas/refrigeradas de Carne (rissóis, croquetes, pizzas, lasanhas, cannellones, ...)		
Bovino	774.382,81	164	Bovino	8.674,55	18
Caprino	26.358,81	3	Galinha	40.636,39	39
Codorniz	17.738,28	11	Pato	256,77	2
Coelho	41.385,50	24	Suíno	64.282,72	35
Galinha	3.076.547,70	209	Várias Aves	37.916,69	62
Outras aves	49.867,40	8	Vários Ruminantes	60.198,99	35

Relatório de Atividades 2016

Ovino	27.993,85	13	Subtotal	211.966,11	191
Pato	436.734,74	34	Refeições Prontas congeladas/refrigeradas de Pescado (rissóis, pasteis de bacalhau, pizzas do mar, lasanha de peixe,..)		
Perú	1.682.386,07	116			
Suíno	22.077.517,34	420	Bacalhau	740.176,82	103
Várias			Camarão	9.657,00	12
Aves (Vár)	513.734,37	90	Outros crustáceos	1.286,00	1
Ruminantes	23.150,99	9	Outros moluscos	42,00	1
Subtotal	28.747.797,86	1.101	Outros peixes	1.463,00	4
Conservas de carne (salsichas, feijoadas, saladas, etc...)			Vários Moluscos ou Crustáceos	149,00	3
Bovino	2.124,47	5	Vários Peixes	30.746,01	33
Galinha	899,52	2	Subtotal	783.519,83	157
Outras aves	9.438,48	4	Refeições prontas para bebés		
Perú	2.300,30	2			
Suíno	33.293.553,20	242	Subtotal	6.061,20	2
Várias Aves	18.996,66	21	Conservas de carne (salsichas, feijoadas, saladas ,...)		
Vários	1.751,80	2			
Ruminantes			Bovino	2.124,47	5
Subtotal	33.329.064,43	278	Galinha	899,52	2
Enchidos fumados ou cozidos à base de Carne (Chouriços, paios, alheiras etc...)			Outras aves	9.438,48	4
			Bovino	743,79	2
Galinha	2.112,50	2	Perú	2.300,30	2
Outras aves	201,60	1	Suíno	33.293.553,2	242
Perú	5.677,75	5	Várias Aves	18.996,66	21
Suíno	40.749.233,79	874	Vários	1.751,80	2
Várias Aves	11.020,72	15	Ruminantes		
Vários	9.014,33	12	Subtotal	33.329.064,43	278
Ruminantes			Conservas de pescado (atum em lata, sardinha		
Subtotal	40.778.004,48	911			

Relatório de Atividades 2016

Outros Produtos à base de carne			em lata, mexilhões de escabeche, saladas, ...)		
Bovino	33.471,06	7	Atum	1.900.360,94	319
Galinha	12.182,67	3	Bacalhau	625,90	9
Javali	10,56	1	Cavala	690,10	9
Outras aves	3.387,80	1	Lula	462,00	5
Ovino	4.124,57	2	Mexilhão	748,00	3
Suíno	1.270.952,76	61	Outros moluscos	29,40	2
Várias Aves	4.287,16	2	Outros peixes	2.377,38	23
Vários	197,46	3	Pescada	8,00	2
Ruminantes			Polvo	137,20	5
Subtotal	1.328.614,04	80	Pota	734,00	2
Produtos lácteos			Salmão	8.768,64	1
Leite condensado			Sardinha	159.096,81	107
Bovino	20.555,35	20	Tintureira	1.371,96	1
Vários	53,00	1	Truta	40,40	5
Ruminantes			Vários Moluscos ou Crustáceos	1.272,00	5
Subtotal	20.608,35	21	Vários Peixes	4.220,46	22
Leite em pó			Subtotal	2.080.943,19	520
Bovino	1.142.941,44	111	Enchidos fumados ou cozidos à base de Carne (Chouriços, paios, alheiras)		
Vários	1.252,50	2	Bovino	743,79	2
Ruminantes			Galinha	2.112,50	2
Subtotal	1.144.193,94	113	Outras aves	201,60	1
Leite UHT/esterilizado			Perú	5.677,75	5
Bovino	9.209.807,37	363	Suíno	40.749.233,79	874
Vários	152.865,04	15	Várias Aves	11.020,72	15
Ruminantes			Vários	9.014,33	12
Subtotal	9.362.672,41	378	Ruminantes		
Manteiga			Subtotal	40.778.004,48	911
Bovino	1.505.038,08	118	Natas e molhos à base de leite		
Vários	106.713,20	5	Bovino	937.884,17	
Ruminantes					
Subtotal	1.611.751,28	123			
Natas e molhos à base de leite					
Bovino	937.884,17				

Relatório de Atividades 2016

Vários	48.069,00		
Ruminantes			
Subtotal	985.953,17		
Papas lácteas			
Subtotal	131.924,32		
Queijo curado			
Bovino	975.903,63	195	
Caprino	1.517,54	14	
Ovino	31.822,53	67	
Vários Ruminantes	105.689,97	84	
Subtotal	1.114.933,67	360	
Queijo de pasta mole			
Bovino	352.046,52		96
Ovino	5.244,57		13
Vários Ruminantes	755.198,89		214
Subtotal	1.112.489,98		323
Queijo fresco ou requeijão			
Bovino	60,14	96	
Ovino	3.023,00	13	
Vários Ruminantes	5.713,77	214	
Subtotal	8.796,91	323	
Alimentos para animais (secos ou húmidos)			
Bovino	53.305,50		8
Cavalo	103.500,00		4
Galinha	25.131,80		2
Microalgas	1,00		1
Ostra	3.980,00		1
Outras aves	1.248.972,60		77
Outras espécie não animal	457.800,00		19
Outros crustáceos	25.000,00		1
Outros peixes	300.060,00		13
Suíno	1.981.548,14		69
Aves (diversos)	214.808,80		28
Peixes (diversos)	46.029,50		12
Ruminantes (diversos)	309.544,90		26
Subtotal	4.769.682,24		261

(*) dados preliminares (s/ DSAVRN)

Relatório de Atividades 2016

Pescado e derivados (*)			Produtos/Subprodutos de origem animal (*)		
Referência	Quantidade (kg)	Nº Certificados	Referência	Quantidade (kg)	Nº Certificados
Peixe congelado			Ovoprodutos		
Atum	28	2	Galinha	248.206,72	57
Bacalhau	4.569.705,73	410	Subtotal	248.206,72	57
Camarão	34.361,37	2	Ovos frescos		
Carapau	1.437.257,70	42	Codorniz	94,08	44
Cavala	7.667.074,44	229	Galinha	6.825.785,87	292
Choco	210,00	1	Subtotal	6.825.879,95	336
Outros peixes	2.047.457,81	108	Mel		
Peixe espada	13.449,20	14	Subtotal	67.089,74	100
Pescada	47.496,47	56	Extratos de carne ou pescado		
Pota	12,00	1	Subtotal	885,84	2
Salmão	70.421,60	56	Bacon suíno		
Sarda	95.597,45	6	Subtotal	14.016,89	10
Sardinha	252.142,95	41	Banha suíno		
Tintureira	250,00	1	Subtotal	681,59	7
Vários Peixes	2.753.424,56	170			
Subtotal	18.988.889,29	1.139			
Peixe fumado					
Bacalhau	12.750,00				
Outros peixes	6,00	1			
Salmão	876,75	59			
Vários Peixes	5,88	1			
Subtotal	13.638,63	62			
Peixe seco					
Bacalhau	2.918.854,15	222			
Outros peixes	106.123,00	5			
Subtotal	3.024.977,15	227			

Relatório de Atividades 2016

Peixes refrigerados			Caracóis terrestres cozidos		
Atum	4309,675	104	Subtotal	2.650,00	13
Bacalhau	215413	24	Caracóis terrestres vivos		
Bovino	4608	1	Subtotal	300,00	2
Carapau	310,4	10	Condroitina ou chitosano		
Outros peixes	36804,924	216	Subtotal	15.957,80	1
Peixe espada	525	5	Patês, foie gras e outros produtos do tipo		
Pescada	367,42	6	Atum	226,53	6
Pota	973,9	1	Camarão	100,32	1
Salmão	63792,813	182	Galinha	2.400,00	1
Sardinha	10217	14	Javali	1.146,39	19
Truta	905,53	39	Outras aves	409,91	6
Vários Peixes	119324,52	157	Pato	881,38	10
Subtotal	457.552,182	759	Sardinha	1.809,42	9
Ovas de peixe			Suíno	788,40	4
Bacalhau	894,00	3	Várias Aves	396,00	4
Outros peixes	19,43	1	Vários Moluscos ou Crustáceos	6.638,40	1
Subtotal	913,43	4	Vários Peixes	352,56	3
Óleos de Peixe			Subtotal	15.149,31	64
Subtotal	180.940,00	27	Presunto		
Peles			Subtotal	209.225,67	61
Bovino	150,51	132	Produtos de Pastelaria		
	0,32		Bovino	2.828,85	6
Caprino	1,80	1	Galinha	12.851,50	12
Coelho	161,51	9	Outras espécie não animal	11.323,98	7
	0,00		Subtotal	27.004,33	25

Relatório de Atividades 2016

Ovino	1.004,8 5	1		
Suíno	42,00	1		
Subtotal	313.06 8,97	144		
Unhas				
Suíno	278.26 3,37	12		
Subtotal	278.26 3,37	12		
Lãs, pêlos				
Ovino	1.780,0 0	5		
Subtotal	1.780,0 0	5		
Gelatina				
Bovino	143,1	4		
Suíno	26,6	2		
Subtotal	169,7	6		
Isco para pesca				
Cavala	64.631, 00	4		
Subtotal	64.631, 00	4		
Sangue				
Suíno	4.160,00	9		
Subtotal	4.160,00	9		
Subprodutos de origem animal- Farinhas de Carne e osso				
Suíno	260.000,00	6		
Subtotal	260.000,00	6		
Tripas				
Ovino	12.000,00	1		
Suíno	127.367,52	8		
Subtotal	139.367,52	9		

(*) dados preliminares (s/ DSAVRN)

5.6 Pareceres – Abertura de Mercados

No âmbito do reforço à Internacionalização e com vista à abertura de mercados foram desenvolvidos contactos com os países terceiros no sentido

Relatório de Atividades 2016

de estabelecer a certificação sanitária aplicável. Os modelos de certificados acordados, bem como as condições para a sua emissão por parte dos serviços regionais são divulgados na intranet.

Durante o ano de 2016, a DGAV concluiu as ações, consolidando os requisitos para a abertura de 27 novos mercados à exportação para animais, produtos germinais, produtos e subprodutos de origem animal, que se ilustram no quadro:

Certificados concluídos em 2016	
País	Referências
Africa do Sul	Equídeos (importação definitiva)
Arábia Saudita	Aves que não de capoeira
Argentina	Pintos do Dia e Ovos de incubação
Austrália	Queijo
Chile	Carne fresca de suíno, produtos lácteos, tripas e refeições pré-cozinhadas
China	Pombos
Colômbia	Produtos Lácteos
	Carne de suíno congelada
	Pescado (resolvido com solução temporária)
Egito	Bovinos de engorda e abate
Emirados Árabes Unidos	Aves que não de capoeira
	Ovinos para reprodução
	Animais vivos: peixes vivos, aves vivas, pintos do dia (Day-old chicks), cães e gatos, Répteis com caráter comercial
Georgia	Pintos do Dia
Georgia	Ovos de incubação
Jordânia	Ovinos e bovinos
Líbano	Bovinos para engorda
Líbia	Bovinos para abate e reprodutores
	Ovinos e caprinos vivos para abate
Marrocos	Semen de Bovino
Marrocos	Carne e produtos carneos de suíno

Relatório de Atividades 2016

Marrocos	Carnes de aves de capoeira
México	Aves que não de capoeira
	Sémen equino
Moçambique	Aves ornamentais (Animais de companhia sem carácter comercial)
Qatar	Pintos do Dia e Ovos de incubação
Tunísia	Bovinos para engorda

Em 2016, a DGAV iniciou 27 novos processos de exportação nas referências acima indicadas, e desenvolve negociações de cerca de 80 processos ainda em curso.

5.7 Controlos de Fitossanidade

5.7.1 Programas de inspeção e prospeção fitossanitária

Inspeção e prospeção fitossanitária
Coordenação de 49 programas de prospeção fitossanitária
Coordenação da colheita de 2073 amostras para análise laboratorial e gestão dos resultados
Coordenação da realização de 314 supervisões a UITM e a UF, com recolha de 648 amostras.
Elaboração e revisão de 2 candidaturas a cofinanciamento comunitário de programas de prospeção de 40 organismos de quarentena vegetal para 2017 e 2018

7.5.2 Variedades de sementes e materiais de propagação

Variedades e Sementes

Relatório de Atividades 2016

Instalados 277 ensaios de Distinção, Homogeneidade e Estabilidade HE e 985 ensaios de Valor Agronómico e de Utilização envolvendo 145 variedades
Inscrição de 90 variedades de espécies agrícolas e hortícolas no Catalogo Nacional de Variedades (CNV) e catálogos comuns e, ou na Lista da OCDE
Elaboração da Lista nacional de 320 variedades a constar da Lista Comum de variedades – FRUMATIS.
Admissão à “Lista de Clones de Videira Admitidos à Certificação” de 72 clones de várias castas autóctones
Revisão do Catálogo de variedades de videira e inscrição de 17 variedades antigas
Gestão de 49 variedades na Base de dados de Semente produzida segundo o modo de produção biológico
Execução de 10860 análises em 2.715 amostras de semente
Emissão de 16 certificados ISTA laranja
Execução de 672 análises em 224 amostras de controlo de qualidade de lotes de comercio
Execução de ensaios de controlo varietal – 118 lotes de sementes de espécies agrícolas
Execução de 472 análises e ensaios de controlo de qualidade de lotes de semente em multiplicação
Certificação de 4939 hectares de campos de multiplicação de semente e 8190 toneladas de semente

Vitícola	
Nº de Controlos	Nº de Certificados (produtos de origem vegetal)
<ul style="list-style-type: none"> • Viveiros – 3.269 controlos documentais • Vinhas mãe de porta enxertos - 142 Vinhas • Vinhas mãe de garfos - 488 controlos 	<ul style="list-style-type: none"> • Certificadas 23 milhões de plantas • Parcelas de vinhas mãe de garfos certificadas – 1.981 • Parcelas certificadas de parcelas de vinhas mãe de Porta enxertos - 619

Relatório de Atividades 2016

Foram inspecionados (em cultura):	
<ul style="list-style-type: none"> • Lotes de viveiro - 2875 • Vinhas mãe inspecionadas - 1177 	
66 inspeções a instalações	

Morangueiros	
Emitidas - 9.100 etiquetas	Plantas certificadas - 4.550.000
Inspeções a parcelas de categoria base-24	Controlo de instalações - 4

Citrícola	
Coordenação do controlo e acompanhamento da certificação de materiais de propagação citrícola	<ul style="list-style-type: none"> • 300.000 plantas cítricas • 700.000 porta-enxertos • Parcelas de plantas-mãe • Borbulhas e de sementes de citrinos.

Batata-semente	
Coordenação do controlo e acompanhamento da certificação de batata-semente	<ul style="list-style-type: none"> • 12 ha e a produção de 58 toneladas de batata-semente certificada • Colheita de 13 amostras para a realização do pós-controlo laboratorial para efeitos da atribuição das classificações definitivas dos lotes

5.7.2 Pareceres sobre importação

Sementes e Materiais de Propagação/fins experimentais

- Emissão de pareceres de importação de materiais de propagação vegetativa relativamente a 118 pedidos de importação

Relatório de Atividades 2016

- Emissão de pareceres de importação de lotes de semente relativamente a 111 pedidos de importação.
- Emissão de 28 autorizações para importação/movimentação de organismo prejudiciais ou produtos vegetais para fins experimentais ou científicos.

5.7.3 Pareceres – Abertura de Mercados

Para reforço à internacionalização e com vista à abertura de mercados foram efetuados negociações para o estabelecimento de requisitos fitossanitários à exportação de Portugal, tendo sido concluídos os seguintes processos :

2016	
Países	Frutas
México	Pera e Maçã
Brasil	Uva de Mesa
Colômbia	Pera

Foram ainda iniciados 4 novos processos para exportação, e estão em curso negociações respeitantes a cerca de 46 processos.

5.8 Produtos Fitofarmacêuticos

5.8.1 – Autorizações de produtos fitofarmacêuticos

Concessão de autorizações de venda de produtos fitofarmacêuticos 2016	
Autorizações de Comércio Paralelo (APV)	11

Relatório de Atividades 2016

Autorização Provisória de Venda	2
Autorização de Venda (artº 33º)	36
Autorização de Venda (artº 41º)	52
Autorização de Venda (art 45º)	41
Re-registo	16
Nº total de autorizações	158
Autorizações de emergência (art.º 53º)	40

Foram realizados as seguintes ações:

- Cancelados - 109 produtos fitofarmacêuticos,
- Alteração de titular - 19 produtos
- Alteração da designação - 7 produtos fitofarmacêuticos.
- Autorizados no território nacional, 1051 produtos fitofarmacêuticos

5.8.2 – Autorizações de produtos biocidas preservadores de madeira

Concessão de autorizações de venda de produtos biocidas preservadores de madeira- 2016	
Tipo de procedimento	Nº
Autorização ao abrigo do período transitório	7
Pedidos de Autorização ao abrigo do período transitório	5
Autorização por Reconhecimento Mútuo Paralelo	2
Pedidos de Autorização por Reconhecimento Mútuo Paralelo	18
Pedidos de Autorização por Reconhecimento Mútuo Sequencial	1

Relatório de Atividades 2016

Pedido de transferência de titularidade	1
Cancelamento de autorizações em vigor	7
Total produtos biocidas de proteção da madeira autorizados (31/12/2016)	31

5.8.3 – Licenciamento de Operadores Económicos e reconhecimento de habilitações no âmbito da Lei nº 26/2013

Licenciamento de Operadores Económicos e reconhecimento de habilitações no âmbito da Lei nº 26/2013- 2016	
Técnicos responsáveis	75* 158**
Empresas Venda/Distribuição	29
Empresas Venda	80
Empresas Distribuição	2
Entidades Aplicação Terrestre	53
Empresas Aplicação Terrestre	63

* Concedida habilitação

** Renovada a habilitação

5.8.4 – Aplicações aéreas de produtos fitofarmacêuticos no âmbito da Lei nº 26/2013

No que diz respeito a aplicações aéreas e à sua autorização no quadro da Lei nº 26/2013, encontram-se no quadro abaixo, os dados relativos aos Planos de Aplicação aérea aprovados em 2016 e, ainda, as autorizações de emergência para a aplicação aérea de produtos fitofarmacêuticos.

Aplicações aéreas de produtos fitofarmacêuticos no âmbito da Lei nº 26/2013- 2016	
Planos de Aplicação aérea (PAA) aprovados	31

Relatório de Atividades 2016

Aplicações aéreas de emergência	65
---------------------------------	----

5.8.5 – Certificados de Inspeção dos equipamentos de aplicação de produtos fitofarmacêuticos

Reconhecidos, durante 2016, 10 Centros de Inspeção periódica obrigatória de equipamentos de aplicação de produtos fitofarmacêuticos, perfazendo um total de 16 CIPP a 31 de dezembro.

5.8.6 - Manual de Controlo Condicionalidade Ambiental

A DGAV colaborou na produção do Manual de Controlo Condicionalidade Ambiental, e bem como, fichas de controlo e orientações técnicas, no âmbito da implementação do Regime da Condicionalidade no território nacional.

5.9 Controlos executados no âmbito dos alimentos

5.9.1 – Alimentos destinados a consumo humano

Contaminantes PNCC	<ul style="list-style-type: none"> • Nº de vistorias c/ coordenação da DAH: 85 • Nº total de amostras colhidas: 137 • Nº total de determinações efetuadas: 246
Suplementos alimentares (PCSA)	<ul style="list-style-type: none"> • Controlo das Notificação de suplementos alimentares: 4.410 • Nº Ações de controlo com coordenação da DAH : 17 • Nº total de amostras colhidas: 30 • Nº total de determinações efetuadas: 60
Alimentação Especial (PCEA)	<ul style="list-style-type: none"> • Controlo das Notificações Alimentos para Grupos Específicos: 176 (correspondentes a 434 produtos)

Relatório de Atividades 2016

Alimentos para Grupos Específicos (AGE)	<ul style="list-style-type: none"> • Controlos analíticos - 29 amostras: <ul style="list-style-type: none"> ○ (17 amostras Glúten/Lactose, ○ 10 alimentos infantis para resíduos de pesticidas; ○ 2 para contaminantes e minerais) • Nº total de determinações efetuadas: 2.030
Materiais em contacto (PCMC)	<ul style="list-style-type: none"> • Nº Ações de controlo : 17 • Nº total de amostras colhidas: 37 • Nº total de determinações efetuadas: 185
Controlo à importação de Géneros alimentícios de Origem não animal (PCI-GAONA)	<ul style="list-style-type: none"> • Nº de Remessas de GAONA importadas controladas com coordenação da DAH -: 12.145 • Nº total de amostras colhidas: 337 • Nº total de determinações efetuadas: 572
Outras atividades (DAH) - Certificação - Reporte de reações adversas a suplementos alimentares	<ul style="list-style-type: none"> • Certificados para exportação de suplementos alimentares: 173 • Declarações de colocação no mercado de suplementos alimentares: 62 • Notificações de reações adversas a suplementos alimentares (Nº de Processos): 18

Relatório de Atividades 2016

5.10.2 – Alimentos destinados à alimentação animal

Controlos oficiais de Alimentação animal	<ul style="list-style-type: none"> • N.º de amostras colhidas / Registadas no SIPACE : 1.150 • N.º de determinações analíticas objeto de avaliação e parecer técnico: 3.101 (*) • Ações de supervisão: 1
Controlos (protocolo QUALIACA)	<ul style="list-style-type: none"> • N.º ações de controlo com coordenação da DAA : 17 • N.º total de amostras colhidas: 17 • N.º total de determinações efetuadas: 51
Outras atividades da (DAA) Certificação e pareceres técnico-legais:	<ul style="list-style-type: none"> • Certificados de Venda Livre (CVL) com a inerente pré-avaliação de rotulagem: 24 • Declarações de Conformidade, relativas ao fabrico de alimentos compostos para animais: 2 • Certificados de Acompanhamento de AM destinados a Trocas Comerciais (TRC); 67 • Pareceres técnico de enquadramento legal com base na avaliação de rotulagem: 22 • Pareceres ao abrigo do Artigo 10º RJACSR relativos ao comércio por grosso e a retalho de alimentos para animais: 3 • Respostas relativos a questões específicas colocadas por operadores : 439 • Reuniões com operadores : 8 • Registo/Aprovação de estabelecimentos do setor dos alimentos para animais <ul style="list-style-type: none"> ○ N.º de registos: 466 ○ N.º de aprovações: 1 • Vistorias: 18

(*) Fonte: SIPACE

Relatório de Atividades 2016

5.10 Formação

O apuramento do n.º de horas observado na formação específica e na formação em tecnologias de informação, que totaliza 713,5 h, bem como , a taxa de formação dos colaboradores da DGAV alcançada - 42% continua a refletir a importância atribuída à qualificação dos seus quadros, promovendo a atualização técnica e o desenvolvimento de novas competências.

5.10.1 Formação INTERNA

5.10.1.1 Formação Específica Técnica

A Formação específica técnica disponibilizada pela DGAV ao nível dos seus quadros, totalizou cerca de 63 cursos, disponibilizados a 496 colaboradores e a 68 formandos externos, cujas temáticas se distribuem por diversos setores, nas matérias listadas na tabela seguinte:

Curso	Data de Início	Data do fim	Nº Horas
Boas práticas da distribuição de medicamentos veterinários-1	07/01/2016	07/01/2016	4
Introdução aos controlos veterinários de animais vivos e produtos provenientes de países terceiros	18/01/2016	18/01/2016	7
Boas práticas da distribuição de medicamentos veterinários-2	18/02/2016	18/02/2016	4
Controlos veterinários de animais de companhia sem carácter comercial provenientes de Países Terceiros (regulamentos nºs 576 e 577)	23/02/2016	23/02/2016	4
Introdução aos controlos veterinários de produtos animais provenientes de Países Terceiros	23/02/2016	23/02/2016	4
Introdução aos controlos veterinários de produtos de origem animal provenientes de países terceiros	24/02/2016	24/02/2016	7
Programa apícola nacional campanha 2016	26/02/2016	26/02/2016	5
Controlo do uso de aditivos alimentares na indústria-1	10/03/2016	11/03/2016	12
Supervisão das UITM - atualização de conhecimentos-1	15/03/2016	15/03/2016	7
Controlo do uso de aditivos alimentares na indústria-2	17/03/2016	18/03/2016	14
Supervisão das UITM - atualização de conhecimentos-2	17/03/2016	17/03/2016	7
Atualização de conhecimentos em <i>Trichoerythraea</i> , <i>D. citri</i> e <i>C. greening</i>	22/03/2016	22/03/2016	7

Relatório de Atividades 2016

Boas práticas de auditoria para auditados	04/04/2016	05/04/2016	14
Legislação aplicável ao setor dos alimentos para animais	05/04/2016	07/04/2016	21
SIPACE e intranet 2	07/04/2016	07/04/2016	7
Plano de controlo oficial de leite (PCOL)	14/04/2016	14/04/2016	8
Diários de viagem-1	15/04/2016	15/04/2016	4
Atualização de médicos veterinários executores das OPP no âmbito do programa de erradicação da tuberculose bovina-1	22/04/2016	22/04/2016	6
Ato administrativo e contraordenações (curso inicial)	27/04/2016	27/04/2016	7
Diários de viagem-2	05/05/2016	05/05/2016	4
Utilização do SIPACE e intranet2 no âmbito dos controlos oficiais	09/05/2016	09/05/2016	7
Controlos a alojamentos de animais de companhia-2	13/05/2016	13/05/2016	4
PCOL SIPACE	13/05/2016	13/05/2016	7
Alimentação especial	17/05/2016	17/05/2016	7
Controlo do uso de aditivos alimentares na indústria-3	18/05/2016	19/05/2016	12
Workshop Tuberculose Bovina-1	18/05/2016	18/05/2016	6
Espécies exóticas terrestres e aquáticas em parques zoológicos e aquários	01/06/2016	03/06/2016	21
Atualização de médicos veterinários executores das OPP no âmbito do programa de erradicação da Tuberculose Bovina	01/06/2016	01/06/2016	6
PCAI: Regulamento (ce) n.º 2073/2005-1,2	20/06/2016	20/06/2016	3
PCAI: Regulamento (ce) n.º 2073/2005-2	21/06/2016	21/06/2016	3
Workshop controlos PACE 07-2	22/06/2016	22/06/2016	7
Controlos oficiais no âmbito do plano de controlo oficial do leite (PCOL) -1	23/06/2016	24/06/2016	10
Workshop "ato administrativo e contraordenações"	28/06/2016	28/06/2016	7
Seminário sobre exportação de produtos da pesca para a União Aduaneira	05/07/2016	05/07/2016	7
Atualização de conhecimentos ampelográficos para técnicos de materiais vitícolas - variedades de uva de mesa	06/07/2016	06/07/2016	7
Atualização de médicos veterinários executores das OPP no âmbito do programa de erradicação da Tuberculose Bovina-2	06/07/2016	13/07/2016	14
Atualização de médicos veterinários executores das OPP no âmbito do programa de erradicação da Tuberculose Bovina-3	13/07/2016	13/07/2016	7
Curso técnico de Apicultura	26/09/2016	28/09/2016	21
Workshop PACE 07 e PVRAM	29/09/2016	29/09/2016	7
Bem estar animal	30/09/2016	30/09/2016	7
Controlos oficiais no âmbito do plano de controlo oficial do leite-2	03/10/2016	04/10/2016	12
Plano nacional de controlo de utilização de medicamentos (PNCUM) -1	11/10/2016	11/10/2016	6
Ato administrativo e contraordenações (curso inicial)	12/10/2016	12/10/2016	7
Seminário - Plano de Contingência da Gripe Aviária	13/10/2016	13/10/2016	3,3

Relatório de Atividades 2016

Procedimentos dos programas nacionais de controlo em reprodutores e galinhas poedeiras	14/10/2016	14/10/2016	5
Utilização do SIPACE e intranet2 no âmbito dos controlos oficiais para dirigentes	26/10/2016	26/10/2016	7
Controlos oficiais no âmbito do plano de controlo oficial do leite (PCOL)-3	09/11/2016	10/11/2016	12
Seminário - Plano de Contingência da Peste Suína Africana	09/11/2016	09/11/2016	3,3
Bem estar animal - módulo II	09/11/2016	09/11/2016	7
Controlos oficiais no âmbito do Plano de Aprovação e Controlo de Estabelecimentos – vertente controlo de estabelecimentos de produtos lácteos	10/11/2016	11/11/2016	12
Critérios microbiológicos aplicáveis aos rebentos (Reg. (CE) n.º 2073/2005) e aos requisitos de certificação aplicáveis às importações na união de rebentos e sementes destinadas à produção de rebentos (Reg. (UE) n.º 211/2013)	17/11/2016	17/11/2016	3
Seminário Plano de Contingência da Febre Aftosa	17/11/2016	17/11/2016	3,3
Farmacovigilância, defeitos de qualidade, transferências de titular e spor	21/11/2016	21/11/2016	3
Controlo interno nas OPP	23/11/2016	23/11/2016	5
Programa Apícola Nacional 2017-2019 - medidas 2a, 2b, 4 e 5 – 1	29/11/2016	29/11/2016	3
Programa Apícola Nacional 2017-2019 - medidas 2a, 2b, 4 e 5 - 2	29/11/2016	29/11/2016	3
Programa Apícola Nacional 2017-2019 - medidas 2a, 2b, 4 e 5 - 3	30/11/2016	30/11/2016	3
Novos procedimentos nos PNCS em frangos e perus	07/12/2016	07/12/2016	2,3
Contestações de resultados: manual de procedimentos e avaliação regional dos pedidos efetuados	07/12/2016	07/12/2016	1,15
Circuitos de informação nos 4 PNCS: atualização; cronograma de envio de documentos; relação entre as DSAVR e os laboratórios	07/12/2016	07/12/2016	1,3
Declaração nutricional	12/12/2016	12/12/2016	7
Auditoria jap aos serviços oficiais de inspeções de BPF de medicamentos veterinários e substâncias ativas	26/12/2016	28/12/2016	16
Total			444,65

No âmbito da Formação desenvolvida pela DGAV foram ainda promovidas ações de formação pelos Serviços da DGAV direcionados para entidades externas:

- 3 de fevereiro - Formação ao Comando Metropolitano do Porto da PSP, no Teatro Rivoli no Porto, sobre o tema: "Contraordenações" - ação ministrada em conjunto pelo GJ e a DSAVRN;

Relatório de Atividades 2016

- 17 de novembro - Formação à PSP, nas instalações da COMETLIS em Lisboa, sobre o tema: "Autos de Notícia por contraordenação sobre animais de companhia" - ação ministrada em conjunto pelo GJ e a DSPA;
- 11 de maio, 20 e 21 junho 2016 - Ação de atualização de conhecimentos no âmbito das medidas de controlo do nematodo da madeira do pinheiro para agentes da GNR (DSSV);
- 24/5/2016 e 28/10/2016 - Formação para técnicos de UITM no âmbito do Tratamento Térmico de Madeira de Coníferas e de Material de Embalagem de Madeira realizada no Edifício II da Tapada da Ajuda com a participação de 47 formandos
- 25 de outubro - Formação aos Serviços da Região Autónoma da Madeira respeitante à "Utilização Detenção e ou Posse de Medicamentos e Medicamentos Veterinários na Exploração " , realizada pela DGAMV, via Skype
- 22 de novembro - Formação aos efetivos da PSP e da GNR da Região de Castelo Branco, nas instalações da Escola Superior Agrária de Castelo Branco, sobre o tema: "Contraordenações" - ação ministrada em conjunto pelo GJ e a DSAVRC.

5.10.1.2 Formação TIC

A Formação generalista interna das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) com o propósito da aquisição de competências e a otimização da utilização dos meios informáticos disponíveis dinamizou a realização de 22 cursos, dos quais 11, foram realizados em sistema "e-learning". Frequentaram os cursos presenciais 33 colaboradores, e através do sistema e-learning, os cursos disponibilizados foram seguidos por 32 colaboradores da DGAV,



Relatório de Atividades 2016

Curso	Data de Início	Data do fim	Nº Horas
MS OUTLOOK 2013 - 1º curso (1 dia)	18-02-2016	18-02-2016	8
MS POWERPOINT 2013 - 1º curso (1 dia)	22-02-2016	22-02-2016	8
Otimização do trabalho em MS WORD - 1º curso (1 dia)	25-02-2016	25-02-2015	8
Automatização de processos - do OFFICE ao workflow - 1º curso (e-learning)	29-02-2016	03-03-2016	16
Automatização de processos - do OFFICE ao workflow - 1º curso (1 dia)	15-03-2016	15-03-2016	8
PREZI - apresentações dinâmicas - 1º curso (e-learning)	28-03-2016	31-03-2016	16
Automatização de processos - do OFFICE ao workflow - 2º curso (1 dia)	04-04-2016	04-04-2016	8
Organização e comunicação pessoal com o OUTLOOK - 1º curso (e-learning)	26-04-2016	29-04-2016	16
Utilização do MS WORD - 1º curso (e-learning)	17-05-2016	20-05-2016	16
Otimização do trabalho em MS WORD - 1º curso (e-learning)	27-05-2016	01-06-2016	16
MS EXCEL 2013 - 2º curso (1 dia)	03-06-2016	03-06-2016	8
Ferramentas web 2.0 na CLOUD - 1º curso (e-learning)	20-06-2016	23-06-2016	16
MS EXCEL para gestão - 1º curso (e-learning)	11-07-2016	14-07-2016	16
Como criar apresentações com MS POWERPOINT 2010 ou 2013 - 1º curso (e-learning)	30-08-2016	02-09-2016	16
Os serviços da INTERNET, o WWW, os motores de busca e a pesquisa da informação na WEB - 1º curso (e-learning)	05-09-2016	08-09-2016	16
Como criar um formulário com o MS WORD 2010 ou 2013 - 1º curso (1 dia)	09-09-2016	09-09-2016	8
Como criar um formulário com o MS WORD 2010 ou 2013 - 2º curso (1 dia)	15-09-2016	15-09-2016	8
Otimização do trabalho em MS WORD - 2º curso (1 dia)	10-10-2016	10-10-2016	8
MS WORD 2013 - 1º curso (1 dia)	18-10-2016	18-10-2016	8
Recolha, tratamento de informação e trabalho colaborativo na internet - 1º curso (e-learning)	08-11-2016	11-11-2016	16
Recolha, tratamento de informação e trabalho colaborativo na internet - 1º curso (1 dia)	15-11-2016	15-11-2016	8
Como criar inquéritos e questionários <i>online</i> - 1º curso (e-learning)	05-12-2016	09-12-2016	16
Total			264

Relatório de Atividades 2016

5.10.2 Formação externa

5.10.2.1 Formação promovida por outras entidades nacionais

Foram frequentados 16 cursos, por 43 colaboradores, promovidos por outras entidades

Curso	Data de Início	Data do fim	Nº Horas
Curso de gestão da qualidade e auditorias internas (ISSO 9001 e ISSO 19011)	04/03/2016	13/03/2016	36
II fórum da SUSTAURUSVET	28/04/2016	28/04/2016	7
Lei do Orçamento de Estado para 2016 - impacto na gestão dos recursos humanos na administração pública	10/05/2016	11/05/2016	14
Novo código do procedimento administrativo	16/05/2016	18/05/2016	18
Arquivo-organização e manutenção	13/09/2016	15/09/2016	21
Processamento de ajudas de custo	14/09/2016	15/09/2016	14
Comunicação institucional	19/09/2016	20/09/2016	14
Língua inglesa - comunicação oral e escrita	10/10/2016	14/10/2016	30
Contrato de trabalho em funções públicas - regime de faltas e regime do tempo de trabalho e férias	13/10/2016	13/10/2016	6
V Colóquio nacional da produção de pequenos frutos	14/10/2016	15/10/2016	12
Literacia estatística	19/10/2016	20/10/2016	14
Formação em entrevista profissional	20/10/2016	21/10/2016	14
Folha de cálculo EXCEL - intermédio	25/10/2016	28/10/2016	21
Lei do trabalho em funções públicas - LTFP	24/11/2016	25/11/2016	14
Seminário "O sector do azeite em Portugal, crescimento e competitividade"	28/11/2016	28/11/2016	7

5.10.2.2 Formação disponibilizada pela DG SANTE

Formação Better Training for Safer Food (BTSF)

O programa Better Training for Safer Food (BTSF) é uma iniciativa da Comissão Europeia que tem por objetivo disponibilizar programas de formação destinados aos técnicos das autoridades competentes dos diferentes Estados Membros e que contribuem para a harmonização de procedimentos no âmbito do controlo oficial, prevenindo distorções de mercado.

Relatório de Atividades 2016

Durante o ano de 2016, foram disponibilizados 85 cursos presenciais, em que participaram 130 colaboradores internos, e 63 formandos externos

Curso	Data de Início	Data do fim	Nº Horas
Animal Welfare Risk Assessment-1	11/01/2016	15/01/2016	32
Food Composition & Information (fci)-1	18/01/2016	22/01/2016	32
Controls on Movements of dogs and cats-1	19/01/2016	22/01/2016	32
Plant Protection Products-1	25/01/2016	28/01/2016	32
Food Composition & information (fci)-2	01/02/2016	05/02/2016	32
Aw at Slaughter a.l.-1	02/02/2016	05/02/2016	32
Animal health risk assessment-1	08/02/2016	12/02/2016	32
Primary production - aquatic animals-1	08/02/2016	12/02/2016	32
Controls on contaminants in feed and food-1	09/02/2016	12/02/2016	32
Animal by-products (abp)-1	16/02/2016	19/02/2016	32
Controls on Movements of dogs and cats-3	16/02/2016	19/02/2016	32
Plant health control - imports-1	16/02/2016	18/02/2016	32
Official supervision as regards on semen, ova, embryos-1	22/02/2016	26/02/2016	32
Food composition & information (fci)-3	07/03/2016	11/03/2016	32
Aw in broiler production-1	08/03/2016	11/03/2016	32
Controls on contaminants in feed and food-2	08/03/2016	11/03/2016	32
Controls on movements of dogs and cats-2	08/03/2016	11/03/2016	32
Workshop on aquaculture-1	08/03/2016	10/03/2016	32
Feed law - EU legislation on feed-1	14/03/2016	18/03/2016	32
Animal by-products (ABP)-2	15/03/2016	18/03/2016	32
TRACES use at intra-EU Trade of live animals-1	15/03/2016	18/03/2016	32
Veterinary and food safety control checks in a border inspection post-1	15/03/2016	18/03/2016	32
Feed law - hygiene rules and HACCP auditing-1	31/03/2016	03/06/2016	32
Food hygiene and flexibility-1	04/04/2016	08/04/2016	32
Food-borne Outbreaks-1	04/04/2016	08/04/2016	32
Animal identification, registration and traceability-1	11/04/2016	15/04/2016	32
Animal by-products (ABP)-3	12/04/2016	15/04/2016	32
Aw in pig production-1	12/04/2016	15/04/2016	32
Course b1: conducting an audit - standard level-1	12/04/2016	15/04/2016	32
Controls on contaminants in feed and food-3	19/04/2016	22/04/2016	32
Prevention, control and eradication of Transmissible Spongiform Encephalopathies-1	19/04/2016	22/04/2016	32
Animal health and disease prevention for bees-1	26/04/2016	29/04/2016	32
Import controls on food and feed of non-animal origin-2	26/04/2016	29/04/2016	32
Contingency planning and Transmissible Animal Disease control-1	09/05/2016	13/05/2016	32
New investigation techniques for official controls and e-commerce-1	09/05/2016	12/05/2016	32



Relatório de Atividades 2016

Auditing plastic recycling processes-1	10/05/2016	13/05/2016	32
Controls on contaminants in feed and food-4	10/05/2016	13/05/2016	32
TRACES use at import of certain feed and food of non-animal origin-1	10/05/2016	13/05/2016	32
Veterinary and food safety control checks in a border inspection post-2	10/05/2016	13/05/2016	32
Aw during transport-1	17/05/2016	20/05/2016	32
Controls on movements of dogs and cats-4	31/05/2016	03/06/2016	32
Contingency planning and transmissible animal disease control-2	06/06/2016	10/06/2016	32
Plant health control 11 surveillance & outbreak management (agriculture & horticulture)-1	06/06/2016	10/06/2016	32
Animal by-products (ABP)-4	07/06/2016	10/06/2016	32
Animal identification, registration and traceability-2	13/06/2016	17/06/2016	32
Food hygiene and flexibility-3	13/06/2016	17/06/2016	32
Veterinary and food safety control checks in a border inspection post-3	14/06/2016	17/06/2016	32
Course b1: conducting an audit - standard level-2	20/06/2016	24/06/2016	32
Food-borne Outbreak investigations-1	20/06/2016	24/06/2016	32
Aw at poultry slaughter a.l.-1	21/06/2016	24/06/2016	32
Import controls on food and feed of non-animal origin-3	21/06/2016	24/06/2016	32
Animal health and disease prevention for bees-2	28/06/2016	01/07/2016	32
Prevention and monitoring of anti-microbial resistance in the food chain-1	05/07/2016	08/07/2016	32
Animal health and disease prevention for bees-3	05/09/2016	08/09/2016	32
HACCP principles and audit techniques-3	05/09/2016	09/09/2016	32
Microbiological criteria in foodstuffs-1	05/09/2016	08/09/2016	32
Controls on movements of dogs and cats-5	06/09/2016	09/09/2016	32
Food hygiene and flexibility-4	12/09/2016	16/09/2016	32
Food hygiene flexibility-1	12/09/2016	16/09/2016	32
Surveillance & outbreak management (agriculture & horticulture)-1	12/09/2016	16/09/2016	32
Import controls on food and feed of non-animal origin-4	13/09/2016	16/09/2016	32
Conduct an audit - standard-1	17/09/2016	21/09/2016	32
Animal IRT-1	19/09/2016	23/09/2016	32
Audits of official controls-1	26/09/2016	30/09/2016	32
Aw in pig production-2	27/09/2016	30/09/2016	32
Plant health control- surveillance & outbreak management (agriculture & horticulture)-3	03/10/2016	07/10/2016	32
Veterinary and food safety control checks in a border inspection post-1	04/10/2016	07/10/2016	32
HACCP principles and audit techniques-4	10/10/2016	14/10/2016	32
TRACES use at intra-EU trade of live animals-2	15/10/2016	18/10/2016	32
Aw in laying hen production-1	18/10/2016	21/10/2016	32

Relatório de Atividades 2016

The organic farming scheme-1	18/10/2016	21/10/2016	32
Import controls on food and feed of non-animal origin-5	25/10/2016	28/10/2016	32
Carcases classification-1	26/10/2016	28/10/2016	32
Animal IRT-2	07/11/2016	11/11/2016	32
Workshop on Xylella detection and control-1	07/11/2016	09/11/2016	32
Border inspection posts-1	08/11/2016	11/11/2016	32
Aw in pig production-3	15/11/2016	18/11/2016	32
TRACES use at intra-EU trade of live animals-1	15/11/2016	18/11/2016	32
Contingency Planning-1	05/12/2016	09/12/2016	32
Implementing na audit system-2	12/12/2016	16/12/2016	32

A DG SANTE disponibilizou ainda 30 cursos em sistema e-learning, em língua francesa e inglesa, nos quais participaram 87 formandos internos e 20 formandos externos

Curso	DATA_INICIO	DATA_FIM
Food hygiene and control on fishery products and live bivalve molluscs ed. I-1	23/12/2015	11/02/2016
Hazard analysis and critical control points (HACCP) ed. Vi-1	29/12/2015	23/01/2016
Rapid alert system for food and feed (RASFF) ed. X-1	02/01/2016	22/01/2016
Food hygiene and control on fishery products and live bivalve molluscs ed. li-2	25/01/2016	01/02/2016
Hazard analysis and critical control points (HACCP) ed. Vii-2	08/02/2016	24/03/2016
Animal health prevention and controls for aquaculture animals ed. Ix-1	15/02/2016	04/04/2016
Animal nutrition ed. Ix-1	15/02/2016	10/03/2016
Hazard analysis and critical control points (HACCP) ed. Francês-1	15/02/2016	04/03/2016
Rapid alert system for food and feed (RASFF) ed. Xi-2	15/02/2016	16/02/2016
EU Plant Quarantine regime for imports ed. li-2	22/02/2016	14/03/2016
Food hygiene and control on fishery products and live bivalve molluscs ed. Iv-3	11/04/2016	06/05/2016
EU Plant Quarantine regime for imports ed. Iv-3	16/05/2016	28/06/2016
EU Plant Quarantine regime for imports ed. V-4	27/06/2016	25/08/2016
Hazard analysis and critical control points (HACCP)- ed ?-3	07/07/2016	31/10/2016
Regras gerais de controlo dos materiais em contacto (FCM) ed ii-1	27/07/2016	21/09/2016
EU Plant Quarantine regime for imports ed. Vi-5	05/09/2016	21/10/2016
Prevention, control and eradication of Transmissible Spongiform Encephalopathies (tse) ed. I-1	12/09/2016	21/11/2016
Prevention, control and eradication of Transmissible Spongiform Encephalopathies (tse) ed. I-1	12/09/2016	16/11/2016

Relatório de Atividades 2016

Animal nutrition ed ii-3		11/12/2016
Animal welfare at slaughter and killing for disease control ed. li-2		21/09/2016
Animal welfare at slaughter and killing for disease control ed. Xv-1		28/02/2016
Animal nutrition ed ii-3		26/12/2016
Animal nutrition ed. X-2		26/04/2016
Animal welfare at slaughter and killing for disease control ed. li-2		01/11/2016
Animal welfare at slaughter and killing for disease control ed. Xv-1		28/03/2016
Food hygiene and control on fishery products and live bivalve molluscs ed -4		05/11/2016
Regime de importação de plantas EU ed. I-1		22/12/2016
Food hygiene and control on fishery products and live bivalve molluscs ed -4		12/11/2016
Prevenção e controlos no domínio da saúde animal e controlos para animais de aquicultura-1		27/12/2016
Regime de importação de plantas EU ed. I-1		19/12/2016

No âmbito da formação disponibilizada pela Comissão Europeia, os colaboradores da DGAV frequentaram ainda as seguintes ações:

- “Workshop on Surveillance of veterinary medicinal products”, 25 de maio
- “EVVET Training e DWH Signal Detection Training” , realizado a 4 e 5 de julho (EMA)
- "Beekeeping: Introduction to main topics: How to Assess Medicinal Products for Bees" - 20 e 21 de Junho - Madrid
- “Workshop on the environmental risk assessment of veterinary medicines for use in aquaculture”, 22 e 23 junho
- “Formação a Inspectores de Farmacovigilância” - 05 a 07 outubro
- “Workshop Efficacy of immunological veterinary medicinal products: Focus on challenge studies, duration of immunity and influence of maternally derived antibodies”, outubro
- “PhVWP-V Focus group on PhV reporting on food producing animals”, 23 novembro
- “Safety of Residues in VMPs”, 24 de novembro
- EU NTC “Assessment of Veterinary Clinical field trials”, 24-25 de novembro

Relatório de Atividades 2016

5.11 Comunicação

5.11.1 Eventos

A DGAV esteve representada em diversos eventos onde, apresentou informação técnica no âmbito das áreas das suas competências.

Feiras e certames agropecuários

- 4 de março - *Fitofarmacêuticos e a sua área de aplicação*

Ciclo de Conferências - Iberopragas – ExpoSalão da Batalha

- 31 de março a 3 de abril - AGRO - 49ª Edição , Braga

A DGAV apresentou informação sobre o tema “Aplicação de fitofármacos”, integrada no Pavilhão do Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento, tendo apresentado uma comunicação sobre o tema “Legislação Atual, o Futuro e a Problemática das Antibioresistências”

- 21 a 25 de abril - OVIBEJA , 34ª Edição, Beja

A DGAV integrada no Pavilhão do Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento, apresentou temáticas referentes a produtos fitofarmacêuticos, proteção animal e segurança alimentar . Apresentação do PCEDA – ACPA e uma Comunicação subordinada ao tema “Medicamentos Veterinários – questões básicas”

- 29 de abril - FIAPE-ESTREMOZ, Estremoz

Na FIAPE, a DGAV apresentou informação técnica sobre a temática “Condicionantes sanitárias da Movimentação Animal”

- 29 de abril - X Seminário Aquícola , Setúbal

A DGAV participou no “X Seminário Aquícola”, organizado pela APA – Associação Portuguesa de Aquicultores, através da apresentação “Antimicrobianos - O uso racional dos antimicrobianos em aquacultura”

Relatório de Atividades 2016

- 12 a 14 de maio - 23ª *Feira Nacional do Porco* , Montijo

A participação da DGAV contemplou informação sobre os temas: “Raças Autóctones Portuguesas” e os “Mercados em negociação para exportação de carne e produtos à base de carne de suínos para países terceiros”

Nas Jornadas Técnicas dinamizadas pela organização foram efetuadas apresentações técnicas sob os temas - “A doença de Aujeszky como limitante da exportação , “ O PCEDA” e “O uso racional dos anti microbianos em suinicultura”

- 4 a 12 junho - *Feira Nacional de Agricultura* - 53ª edição, Santarém

A DGAV esteve presente integrada no Pavilhão do Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, com informação técnica sobre áreas de competência da DGAV, nomeadamente “Processos em curso para exportação de frutos”

Durante o evento, foram dinamizadas diversas apresentações técnicas, designadamente sobre “Movimentação e sanidade animal”

- 8 a 10 de julho - 21ª *Feira da Caça e Pesca e do Mundo Rural*, Tavira

A DGAV esteve presente no evento, tendo destacado informação sobre os temas: “Raças Autóctones Portuguesas” e “Identificação e Registo de Equídeos”.

- 21 a 30 de agosto - 37ª edição *FATACIL* , Lagoa

A DGAV esteve presente integrada no Pavilhão da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve, onde apresentou várias temáticas sobre áreas de competência da DGAV, com destaque para as “Raças Autóctones Portuguesas” e a “Identificação e Registo de Equídeos”

- 7 a 9 de setembro - 5ª edição *AGROGLOBAL*, Vale do Ribatejo

A DGAV esteve presente neste certame, integrada no Pavilhão do Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, tendo apresentado informação sobre Segurança Alimentar e Produtos Fitofarmacêuticos

Relatório de Atividades 2016

- 30 de novembro a 4 de dezembro - XVII *Feira do Montado*, em Portel
A DGAV esteve presente, em stand conjunto com a Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo, tendo divulgado informação sobre a "Identificação e Registo de Equídeos"
- A exposição "No início era a Semente", da responsabilidade do Centro de Ciência Viva de Sintra, exposição itinerante com recurso de plântulas e sementes fornecidas mensalmente pela DGAV

Outros eventos

- 6 de janeiro - Apresentação de comunicação subordinada ao tema "A *Inspeção Fitossanitária*" nas IV *Jornadas Técnicas* da DCNF-LVT do ICNF, Arrábida
- 13 de janeiro - Workshop "*Brucelose bovina e dos pequenos ruminantes*", promovido pela Direção-Geral de Alimentação e Veterinária, que teve lugar no Auditório da DGAV, em Oeiras
- 23 de janeiro - IV *Jornadas Técnicas da VETAGROMOR*, Montemor-o-Novo – Apresentação de comunicação "*Programas regionais de IBR e BVD - Que futuro?*"
- 3 de fevereiro - "*Ação de sensibilização e informação para elementos Policiais da PSP*", no Porto
- 12 de Fevereiro – "*Internacionalização dos produtos lácteos: Desafios e oportunidades*", II *Fórum do Leite* - Ilha Terceira, Açores
- 18 de fevereiro - Jornada Técnica "*Planos de contingência / febre aftosa*", promovida pela Direção-Geral de Alimentação e Veterinária, que teve lugar no Auditório da Sede
- 26 de fevereiro - Apresentação de três comunicações: "*Principais ações de controlo de Erwinia amylovora em Portugal*", "*Xylella fastidiosa*-

Relatório de Atividades 2016

Medidas de prevenção e vigilância" e "Propagação de Ornamentais – Enquadramento legal para produção e comercialização - Esclarecimento sobre a restrição de movimentos de plantas hospedeiras de *Trioza erytraeae*", numa Sessão de esclarecimento promovida pela Lusoflora em, Santarém

- 29 de fevereiro - Apresentação de comunicação no âmbito da ação de divulgação sobre "*Plano de Contingência do Citrus greening –HLB*" realizada em Faro
- 1 de março - Apresentação do "*Plano de trabalho para exportação de fruta fresca – pera, para a Colômbia*", Torres Vedras
- 4 março - IV CONGRESSO - Associação de Estudantes do ICBAS (Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar)

A DGAV participou com a apresentação do tema "*Medicamentos veterinários legislação atual, o futuro e a problemática das antibiorresistências*"

- 10 de março - Aula sobre *Sanidade Apícola* - Universidade Lusófona Lisboa
- 19 de março - 43º Encontro Nacional de Celíacos em Évora, com a apresentação de uma comunicação subordinada ao tema "Presença ou ausência de glúten no contexto da informação ao consumidor".
- 29 de março - Seminário "Aplicação aérea de produtos fitofarmacêuticos", promovido pela Direção-Geral de Alimentação e Veterinária, no dia, no Auditório da DGAV, em Oeiras.

Este seminário destinou-se a Pilotos Aéreos Agrícolas e operadores de Trabalho Aéreo Agrícola ligados a Empresas de Aplicação Aérea de Produtos Fitofarmacêuticos e visou capacitar os participantes de conhecimentos e competências no âmbito da aplicação aérea de

Relatório de Atividades 2016

Produtos Fitofarmacêuticos, de acordo com as exigências estabelecidas na Lei 26/2013, de 11 de abril.

- 31 de março - *Curso Ciências Farmacêuticas* do Instituto Superior de Ciências da Saúde Egas Moniz, Costa de Caparica

A DGAV participou com a apresentação do tema "Medicamentos veterinários legislação atual, o futuro e a problemática das antibiorresistências"

- 1 de abril - Ação de formação sobre a *Vespa velutina*, Coruche (DSPA)
- 8 de Abril de 2016 - Workshop "O Futuro das Novas Técnicas de Melhoramento Vegetal na União Europeia", CiB - Centro de Informação de Biotecnologia, Oeiras,
- 8 e 9 de abril - Seminário Internacional de Genética Bovina , S. Miguel, Açores
- 10 abril de 2016 - Visita do CPVO ao NECE no âmbito dos ensaios de DHE de morangueiro e estufas da Coleção de Referência
- 12,13 e 14 de abril – Participação Workshop sobre Conservação Genética Animal *in situ* e *ex situ*, Hungria, organizado pelas Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura/Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO)
- 14 de abril - Participação na reunião geral da Indústria dos Alimentos Compostos para Animais, Fátima, promovida pela Associação Portuguesa dos Industriais de Alimentos Compostos para Animais (IACA).
- 14 de abril - Aula sobre *Sanidade Apícola* - Universidade Técnica de Lisboa FMV
- 18 de abril - Divulgação do Sistema Nacional. de Farmacovigilância Veterinária (SNFV) - FMV da Univ. Lusófona.

Relatório de Atividades 2016

- 22 de abril - "Workshop sobre Tuberculose", Évora
- 27 de abril - 2.º Seminário "Metrologia no setor alimentar" organizado pelo Instituto Português da Qualidade (IPQ), Costa da Caparica .

A DGAV participou na mesa redonda subordinada ao tema - *As medições, garantia da qualidade e da segurança no setor alimentar*

- 28 de abril - Participação no II Forum na SUSTAURUSVET, Lisboa
- 29 de abril - 10º Seminário Aquícola, Setúbal , organizado pela APA, Associação Portuguesa de Aquacultores

A Direção-Geral de Alimentação e Veterinária, através da Divisão de Gestão e Autorização de Medicamentos Veterinários (DGAMV) participou apresentando o tema "O uso racional dos antimicrobianos em aquacultura"

- 4 de maio - Sessão de esclarecimento – SIR -Requisitos técnicos de instalação e exploração organizado pelo INVEST e pelo IAPMEI ,-"Semana da Economia, Braga
- 4 de maio - Divulgação do Sistema Nacional. de Farmacovigilância Veterinária (SNFV), FMV da Universidade de Lisboa
- 6 de maio - 2º Dia do Criador da Raça Ramo Grande - Ilha Terceira, organizado pela Direção Regional da Agricultura, da Secretaria Regional da Agricultura e Ambiente, da Região Autónoma dos Açores, e participação através do Gabinete de Recursos Genéticos Animais
- 10 de maio - Divulgação do Sistema de Indústria Responsável - A convite do IAPMEI, a Direção Geral de Alimentação e Veterinária participou em duas sessões de divulgação, que ocorreram em Braga e Aveiro, nos dias 4 e, sobre requisitos técnicos de instalação e exploração .

Relatório de Atividades 2016

- 10 de maio - Sessão de esclarecimento -Requisitos técnicos de instalação e exploração, organizado pelo IAPMEI , Aveiro.
- 13 de maio - Seminário "Tendências na Alimentação Infantil" - Escola Superior de Biotecnologia da Universidade, Porto, Católica. A Direção Geral de Alimentação e Veterinária apresentou subordinada o tema - " Regulamentação da alimentação infantil", com a qual procurou informar os estudantes, e demais participantes, uma panorâmica das alterações em curso ao nível das normas que regem esta categoria de géneros alimentícios.
- 16 de maio - Aula de seminário, no âmbito do mestrado integrado em MV do ICBAS - Licenciamento e utilização dos MV, receita, legislação, antibioresistência e apresentação do PANRUAA.
- 18 maio - Ação de formação sobre a *Vespa velutina*, Viseu
- 18 de Maio - Seminário "Produção Local - Estratégias e Desafios; Segurança alimentar na produção primária de produtos de origem não-animal " – AGROAL ,Ourém
- 17 e 18 de maio - Exercício de simulação – Febre Aftosa denominado Celulex 16, por iniciativa do Exército Português, em organização conjunta com a Direção Geral de Alimentação e Veterinária e outras instituições como o Serviço Nacional de Proteção Civil e a Guarda Nacional Republicana, entre outras.
- 18 maio - Seminário alusivo aos "Circuitos Curtos", Ourém a convite da DRAPLVT, a Direção Geral de Alimentação e Veterinária participou debate a temática da "Produção Local - Estratégias e Desafios".
- 9 de maio - Divulgação do Sistema Nacional. de Farmacovigilância Veterinária (SNFV), no ICBAS, no Porto
- 19 e 20 de maio - XV Congresso de *Nutrição e Alimentação*, da Associação Portuguesa dos Nutricionistas , Porto

Relatório de Atividades 2016

A DGAV participou com duas comunicações: "Enquadramento e aplicabilidade" com ênfase na alimentação coletiva, no âmbito da mesa redonda (1) - *Regulamento (UE) N° 1169/2011*, e Alegações e legislação: estado atual, no âmbito do workshop - *Novos produtos e novas alegações*.

- 20 de maio - I Congresso Nacional dos Suplementos Alimentares Cantanhede, organizado pela Nutriadd – Healthcare Advanced Solutions em parceria com a Direção Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV).
- 22 a 27 de maio - 84ª Sessão Geral da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), Paris 2016
- Participação da DGAV na "84th General Session of World Assembly of OIE Delegates", entre 180 representantes dos países membros, tendo sido adotadas 37 Resoluções pelos Delegados Nacionais da OIE relacionadas com novas normas e diretrizes internacionais destinadas a proteger e melhorar a saúde e bem-estar animal.
- 23 de maio - Colaboração entre as Autoridades Sanitárias Veterinárias Concelhias e a DGAV, em Oeiras.
- 24 de maio - *Vetsummit*

Neste evento, que consagra o encontro anual para Médicos Veterinários Animais de Companhia, a DGAV participou na Mesa redonda "Estamos preparados para as resistências aos antibióticos?"

- 27 de maio - *XVIII Jornadas da Associação Portuguesa de Buiatria*, Figueira da Foz.

A DGAV apresentou o tema sobre "O uso racional dos antimicrobianos em bovinos" e esteve presente na Mesa Redonda sob o tema – "Planos voluntários de controlo de IBR e BVD "

- 28 de maio - *Colóquio Suinicultura SAGRAN*, Santiago do Cacém.<

Relatório de Atividades 2016

A DGAV participou com uma apresentação sobre o “Ponto situação do PCEDA”

- 1 de Junho – “Workshop sobre Tuberculose”, Coimbra
- 2 de junho - “Controlo oficial de produtos de modo de produção biológico (MPB) à importação”, em colaboração com a DGADR, Tapada da Ajuda
- 2 de junho - “Cultura da batata e a *Globodera spp*” na sessão de esclarecimento promovida pela DRAPC em Coimbra.
- 6 de junho - Workshop - Internacionalização - As Questões Fitossanitárias e a Exportação de Frutos para Países Terceiros - “ Risco Fitossanitário, ponto de situação das negociações em curso”, “Movimentação e sanidade animal”, Feira Nacional de Agricultura (FNA2016).
- 14 de junho - Workshop - Lei da Saúde Animal
- 28 junho - *Fórum Tecnologia e Horticultura* – “Horticultura Sustentável – o uso responsável de PF”, Feira de São Pedro Torres Vedras

Apresentação sobre os mecanismos legais para autorização de PF – usos menores e autorizações de emergência.
- 29 de junho - Apresentação “O Papel dos Inspetores na Certificação” inserida no seminário “Certificar Para Exportar - Valorização da Origem Portugal - O papel dos serviços na certificação”, em colaboração com a DRAPLVT e Portugal Fresh, Santarém
- 13 de julho - “Workshop sobre Tuberculose”, Vairão
- 15 de julho - Apresentação “Questões Fitossanitárias dos Citrinos” inserida no Colóquio “Laranja do Algarve”, organização da revista Voz do Campo e da DRAPAlgarve, Patação, 15 de julho
- 29 de agosto – “*Heat treatment of wood , wood packaging materials and bark to control the spread of pinewood nematode* “ no Symposium

Relatório de Atividades 2016

organizado pela European Society of Nematology em 29 de agosto, Braga

- 8 setembro - *Lei da Saúde Animal* . CAP, Lisboa.
- 12 de setembro - Fórum Cuba – Portugal Foods - *Exportação de géneros alimentícios de origem animal*, Maia
- 19 e 23 de setembro - 27ª Conferência da Comissão Regional da OIE para a Europa "Rumo a uma nova dinâmica" , participação da DGAV na organização do evento, Lisboa

Esta iniciativa promovida pela OIE - Organização Mundial de Saúde Animal (Office International des Epizooties), contou com o apoio do Governo de Portugal na organização do evento, que contou com participantes dos 53 países membros da Comissão Regional para a Europa da OIE.

- 26 setembro - Ação de esclarecimento sobre Brucelose - vacinação de pequenos ruminantes , Setúbal
- 26 a 28 setembro - *Curso técnico de Apicultura*, Lisboa
- 27 e 28 de setembro - 66ª Sessão do Conselho da Organização Europeia e Mediterrânica da Proteção das Plantas (OEPP), em Paris

A Organização Europeia e Mediterrânica da Proteção das Plantas, fundada em 1951 por 15 países, incluindo Portugal, conta atualmente com 51 estados membros. É uma das nove organizações regionais de proteção das plantas reconhecidas pela Convenção Internacional de Proteção das Plantas. Nesta reunião foi aprovada a nomeação de Portugal para o Comité Executivo desta Organização para o triénio 2017-2020.

- 6 de outubro - Apresentação de uma comunicação: "*Organização da prevenção e vigilância da Xylella fastidiosa em Portugal*" na jornada promovida pela Olivum em 6 de outubro, Beja

Relatório de Atividades 2016

- 12 de outubro - *II Seminário "Aplicação de produtos fitofarmacêuticos e a inspeção de pulverizadores"*

A Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve em parceria com a DGAV realizou no Patacão, Faro

- 13 de Outubro - *Seminário do Plano de Contingência da Gripe Aviária*, Viseu
- 14 e 15 de outubro - *V Colóquio Nacional de Produção de Pequenos Frutos* , organizado pelo INIAV e que se realizou em Oeiras

A DGAV participou apresentando o tema "Controlos oficiais no âmbito da higiene a explorações que produzem pequenos frutos"

- 15 outubro - *XVII Fórum Nacional de Apicultura (Ilha Terceira)* – Apresentação do tema "Evolução sanitária do efetivo apícola nacional"
- 16 de outubro de 2016 "O papel da DGAV no controlo e certificação de sementes" . Festival das Leguminosas, Lisboa
- 17 de outubro - *III Seminário do Dia Mundial da Alimentação* - Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Leiria - comunicação sobre *Enquadramento regulamentar e isenções à obrigação da declaração nutricional*
- 20 de outubro - Encontro de campo: Apresentação dos resultados do ensaio a viveiristas e instituições parceiras da DGAV no processo de certificação (INIAV, IVV e VITICERT), Marinhais
- 21 de outubro - *Workshop HACCP* - promovido pela Direção Geral de Alimentação e Veterinária nas Instalações do INIAV, em Oeiras.

O sistema baseado nos princípios HACCP é aplicado desde há muito na indústria e mais recentemente, por via do Regulamento 852/2004 nas restantes fases da cadeia alimentar. Estes procedimentos auxiliam os

Relatório de Atividades 2016

operadores a alcançarem padrões mais elevados de segurança dos géneros alimentícios.

- 24 a 28 de outubro, “Open Session EuFMD 2016”, promovida pela FAO. A DGAV participou ativamente na organização e na discussão dos temas da Conferência.
- 27 de outubro - “O novo Regulamento Europeu relativo aos Medicamentos Veterinários e o impacto na Distribuição” - II Congresso Nacional Groquifar , Lisboa
- 28 de outubro - Jornadas Técnicas FPAS (Batalha) - Ponto situação do PCEDA
- 03 de novembro - “One Health - One Medicine: linking human, animal and environmental health”, Universidade de Évora

A Direção Geral de Alimentação e Veterinária, a convite da Universidade de Évora (através do ICAAM, do Departamento de Medicina Veterinária da ECT e da Associação de Estudantes de Medicina Veterinária da Universidade de Évora), participou no evento, sob o conceito “Uma só saúde”. com os temas “A utilização de antibióticos nos animais – a realidade e o futuro” e “Plano de Ação Nacional para a Redução do Uso de Antibióticos nos Animais”

- 14 a 18 novembro - *Semana Mundial e Dia Europeu dos Antibióticos* , que se celebra a 18 novembro - “Resistência aos antimicrobianos: realidade atual em Portugal; sistemas de monitorização em saúde humana e saúde animal”.

Estes eventos dinamizados pela Direcção-Geral da Saúde, através do Programa de Prevenção e Controlo de Infeções e de Resistência aos Antimicrobianos em conjunto com a Organização Mundial da Saúde e ao Centro Europeu de Prevenção e Controlo de Doenças para assinalar a Semana Mundial (14 a 18 de Novembro) (18 de Novembro), através de

Relatório de Atividades 2016

diversas iniciativas destinadas ao público em geral, aos estudantes e aos profissionais de saúde.

- 17 e 18 de novembro - *II Jornadas do PCCIRA*, mesa redonda “Controlo de Infecção e Resistências aos Antimicrobianos” ,Auditório Tomé Pires, no INFARMED.

Sob o conceito de “Uma só saúde”, a DGAV foi convidada a participar no âmbito do Programa de Prevenção e Controlo de Infecções e de Resistência aos Antimicrobianos (PPCIRA), nas II Jornadas do Programa de Prevenção e Controlo de Infecções e de Resistência aos Antimicrobianos (PPCIRA) , coordenado pela Direção-Geral da Saúde,

- 16 - 22 novembro - *Sessões de Esclarecimento FPAS/DGAV – “PCEDA”*
Alcobaça, Ourique, Santiago do Cacém, Leiria, Vinhais e Montijo
- 18 de novembro - Seminário XII Simpósio Sociedade Científica de Suinicultura Santa Iria da Azoia
- 21 de novembro - “Sessão de esclarecimento sobre Farmacovigilância, Defeitos de Qualidade, Oeiras
- 26 e 27 de novembro - *7º Encontro de Formação da OMV (EFOMV)*, Lisboa
A DGAV participou no evento desenvolvendo diversas temáticas , entre as quais, “ A nova lei da Saúde Animal “ , Oportunidades e condicionalismos para a exportação de pequenos ruminantes vivos e “Antibiorresistência e o papel do Médico Veterinário”, “Resistência aos antimicrobianos: realidade atual em Portugal; sistemas de monitorização em saúde humana e saúde animal”
- 6 de dezembro - *Antimicrobial Resistance and the National Strategy* - Lisboa, FMV dia, Global Health Security Agenda
- 12 de dezembro - *Legislação de medicamentos homeopáticos veterinários* – FMV - Universidade de Lisboa,

Relatório de Atividades 2016

- 14 de dezembro - Café de Ciência na Assembleia da República , Lisboa
“Segurança, perceção de risco e desperdício alimentar”.

5.11.2 Representação oficial

Durante o ano 2016, a DGAV participou, em reuniões e grupos de trabalho nacionais e internacionais, de entre os quais se destacam as seguintes:

Representação nacional

- 12 janeiro Reunião INIAV *Planos de Prospeção*, Metodologia do Relacionamento DGAV – Laboratório, Oeiras
- 21 janeiro - Reunião Distribuidores ARYSTA. Discussão de temas relativos à autorização e uso sustentável de produtos fitofarmacêuticos – (Ações de Formação, Divulgação e de sensibilização no âmbito das atividades desenvolvidas pela DGAV)
- 24 fevereiro, - Reunião da CT 14-Madeiras do IPAC sobre avaliação e revisão das normas NP 4487 e 4515 ,na Sertã
- 29 fevereiro - 9 março MISSÃO FVO AUDIT - *Tuberculose e Brucelose bovina*
- 3 março, 12 de abril, 23 de junho e 16 de novembro - Organização e coordenação de 4 reuniões da Comissão Nacional de Exame de Variedades de Videira 23 de março, em Lisboa - Reunião da CT 14-Madeiras do IPAC sobre avaliação e revisão das normas NP 4487 e 4515
- 4 março - *Balanço da aplicação do Manual de Procedimentos Conjunto-NMP*, com ICNF, ASAE e GNR;
- 9 março - 24 de novembro - Participação em 2 reuniões Grupo “Valorização e multiplicação de castas Minoritárias Portuguesas”

Relatório de Atividades 2016

- 15 março - reunião técnica "Automatização de processos"; tema - do Office ao workflow Integração das diversas ferramentas disponíveis para gestão dos fluxos de trabalho
- 18 março - Reunião da Seção das Hortícolas da ANSEME, , Lisboa, de 2016. DVS convidada como oradora com o tema "Regulamentação do comércio de Sementes em pequenas embalagens"
- 30/31 março e 19 abril - Reunião anual de coordenação das atividades de inspeção fitossanitária e de controlo dos materiais de propagação com as DRAPs e ICNF
- 1 abril e 19 de maio - Reuniões sobre questões de operacionalidade no PIF do porto de Sines,
- 19 abril - Reunião anual com os Inspetores e técnicos de materiais vitícolas para avaliação da campanha anterior e planeamento da campanha 2016/17
- 2 maio - Participação em reuniões - Acompanhamento das recomendações ao sistema de controlo oficial fitossanitário florestal
- 25 maio - Reunião com a APS e a DRAPAL sobre as condições no Posto de Inspeção para as inspeções fitossanitárias no Porto de Sines, Sines
- 16 junho - Reunião sobre Plano Nacional de Controlo de *Dryocosmus kuryphilus* Porto
- 21 junho - Reunião anual do Grupo de Trabalho do Plano Nacional de Controlo da Flavescência Dourada;
- 23 junho - Zona Tampão NMP, Cofinanciamento.
- 27 junho - Fórum Rede Saúde da Universidade de Lisboa – Saúde Pública veterinária
- julho - Seminário de Exportação de Produtos da pesca para a União Aduaneira

Relatório de Atividades 2016

- julho - Reunião: Embaixada dos EUA
- - 8 julho 2016 - Acompanhamento de auditoria financeira da COM às despesas das prospeções de organismos de quarentena de 2015, apresentadas por Portugal
- 8 julho - Grupo de Trabalho do Pinhal Bravo, do Pinhal Manso e do Montado, ICNF
- 12 julho - Revisão do POSF, ICNF
- 21 - 29 setembro - Acompanhamento de auditoria técnica da COM para avaliação da situação e os controlos da *Trioza erythrae* em Portugal
- 26 setembro - Conferência: "30 anos de português na EU", organizada pela Comissão Europeia
- outubro - Workshop HACCP
- 12 outubro - Reunião de coordenação interministerial para preparação da IV Comissão Mista Económica Portugal - República da Coreia
- 14 outubro Reunião de Coordenação Interministerial para preparação da deslocação à Índia de Sua Excelência a Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação. Lisboa, na DGAV Campo Grande
- 14 - 15 outubro - V Colóquio Nacional sobre a Produção de Pequenos Frutos, INIAV, Oeiras
- 20 outubro - Encontro de campo: Apresentação dos resultados do ensaio *A posteriori* a viveiristas e instituições parceiras da DGAV no processo de certificação (INIAV, IVV e VITICERT), Marinhais
- 21 novembro - 7º Encontro de Tradutores da Administração Pública - Assembleia da República.
- 26 outubro - Reunião/ workshop "Controlos Veterinários à importação" – MNE

Relatório de Atividades 2016

- 17 novembro - Profilaxia Sanitária em animais de companhia - esquadra PSP Moscavide/Lisboa
- 17 novembro - Organização e coordenação de reunião com os parceiros sociais para aprovação das atualizações ao Catálogo Nacional de variedades – videira, e admissão à certificação de 70 clones de *Vitis Vinifera* de várias castas nacionais
- 20 novembro Participação no grupo de trabalho Pinhal Bravo (POSF) organizado pelo ICNF
- novembro - Reunião com APIC sobre alteração dos requisitos de exportação para Israel
- 6 dezembro - Reunião da AAAMV - A DGAV no contexto da Global Health Security

Representação Internacional

- 12 janeiro - PAFF
- 23 e 24 janeiro; 7 e 8 março; 18 e 19 maio; 11 e 12 julho; 21 setembro; 6 e 7 outubro; 6 e 7 dezembro - Standing Committee on Plants, Animals, Food and Feed; Section Phytopharmaceuticals – Legislation; tema - Implementação legislação comunitária relativa a produtos fitofarmacêuticos;
- 2 fevereiro - PAFF
- 9 fevereiro - "Plant Health Legislation – Working Group on Harmonization of the certification scheme for fruit plants", Bruxelas, 2016
- 9 - 11 fevereiro - Congresso dos *Crop and Chemicals*, Berlim; tema- Troca de informação e experiências com as empresas e outros Estados Membros da UE; DGAPF/ DSMDS

Relatório de Atividades 2016

- 11 - 12 fevereiro - “Working Group on pests surveys programs for 2017-2018”, Bruxelas
- 17 fevereiro - Reunião da CE para preparação para o Comité SPS da OMC - Bruxelas
- 22 e 23 fevereiro; 16 e 17 junho - Standing Committee on Plants, Animals, Food and Feed; Section Phytopharmaceuticals – Residues; tema - Implementação legislação comunitária relativa a Limites Máximos de Resíduos de pesticidas;
- 1-2 março - EFSA - Workshop “introduction of HPAI via wild birds” –, Itália
- 1- 2 março - PAFF
- 3 de março PAFF Committee on Propagating material and plants of fruit genera and species, Bruxelas
- 8 março - Working group on veterinary checks
- 8 - 9 março - Working Group Post Approvals Issues (PAI) for the implementation of Regulation 1107/2009; tema - Discussão de assuntos relativos à implementação do Reg. 1107/2009;
- 9 - 10 março - Crop Protection European Regulatory Conference, Bruxelas; Troca de informação e experiências com as empresas e outros Estados Membros da EU
- 7 abril - TSE WG, Bruxelas
- 12 de abril Council Working Party on Plant Health, Protection and Inspection, Electronic data exchange of Phytosanitary information: developments for the EU, Bruxelas
- 13 de abril Working Group on the Annexes of Council Directive 2000/29/EC, Bruxelas

Relatório de Atividades 2016

- 25 a 27 de abril; 27 a 29 setembro - Minor Uses Coordination Facility Meeting CEG and HEG meetings; tema - Promover a investigação e desenvolvimento de projetos relativos a usos menores
- 3 - 4 maio - PAFF
- 11 maio - *Steering Group of South Member States*; tema - Discussão assuntos homologação produtos fitofarmacêuticos e partilha de trabalho entre EM do Sul da Europa;
- 18 maio - 20 maio - Auditoria de General Follow-Up da DG SANTE
- 06 junho - *Workshop Internacionalização*; tema - As Questões Fitossanitárias e a Exportação de Frutos para Países Terceiros
- 7 a 10 junho "First core-Horizontal Expert Working Group for the RNQP Project", OEPP
- 14 a 15 junho – *Pesticide Steering Network* – EFSA
- 17 de junho Reunião com a delegação da África do Sul sobre *Guinardia citricarpa* e outras questões fitossanitárias
- 5-6 julho - PAFF
- 5 a 7 de julho - *OIE Workshop focal points for wildlife*, Minsk,
- 11 a 13 julho "Core-Horizontal Expert Working Group for the RNQP Project", OEPP, Paris
- 19 de julho - Reunião da Comissão, do grupo de trabalho de acesso aos mercados - Bruxelas
- 26 agosto *European wildlife disease association (EWDA)* – Reunião Wildlife Health Surveillance, Berlin
- 12 a 16 setembro - EFSA Network -EU *FMD Workshop Managing a Crisis* – Hungria

Relatório de Atividades 2016

- 13-14 setembro - PAFF
- setembro, Reunião da OIC , Irlanda
- 20 a 22 setembro - OIE 27 th Conferência da Comissão Regional para a Europa, Lisboa
- 22 setembro - Working Group on Plant Protection Products – Enforcement'; Tema - Assegurar a implementação de controlos nos EM de acordo com os objetivos da legislação comunitária; DGAPF/ DSMDS
- 22 a 23 setembro - Working Group on Formulation Laboratories in the Context of Regulation 1107/2009; tema - Troca de informações e conhecimentos com os técnicos, de outros Estados Membros, em matéria de controlo de formulações; DGAPF/ DSMDS 28 de setembro - Bi-annual EU-US Plant Health Technical Working Group, Bruxelas,
- 4-5 outubro - PAFF
- 11-12 outubro - *Expert Working Group Europhyt – Outbreaks*, Dublin;
- 18 a 20 outubro - *EPPO Workshop on harmonized dose expression for the zonal evaluation of plant protection products in high growing crop*, Viena
- 18 a 20 outubro - *Regional Workshop WAHIS For National Focal Points For Animal Disease Notification to the OIE*, Armenia
- 25 de outubro *Working group meeting on the rapid alert system for food and feed*, Bruxelas
- 26-28 outubro - Troca de informações e conhecimentos com os técnicos, de outros Estados Membros, e da Industria em matéria de harmonização da expressão da dose
- 7 novembro - PAFF

Relatório de Atividades 2016

- 8 - 9 novembro - Reunião sobre a *Diretiva do Uso Sustentável (DUS)*, em Bruxelas; tema - Troca de informações e conhecimentos com os técnicos, de outros Estados Membros, no âmbito da implementação da DUS, nomeadamente na inspeção de equipamentos de pulverização
- 8 novembro - *Council Working Party on Plant Health: Protection and Inspection, Electronic data exchange for phytosanitary purposes*, Evaluation of the current situation of diagnostic laboratories in the EU, Bruxelas
- 7 a 9 novembro Participação em *workshop* sobre *Xylella fastidiosa*, de em Bari, Itália
- 8 novembro *Expert Working Group Europhyt-Interceptions*, Dublin;
- 29 novembro a 2 de dezembro - *Workshop FMD: To Vaccinate or not to Vaccinate* - Itália;
- 5 dezembro - *Minor Uses Coordination Facility Workshop IPM tools for Minor Uses*; Promover a investigação e desenvolvimento de ferramentas em PI no âmbito de projetos relativos a usos menores;
- 5 - 7 dezembro - "*Pesticides Peer Review 150*"- Propriedades físico-químicas; Troca de informações e conhecimentos com os técnicos, de outros estados Membros, no âmbito da definição dos requisitos para o controlo de formulações
- 6 dezembro - *ERANET C-IPM C-IPM final Conference* in Brussels; tema - conclusão do projeto e análise de resultados de projectos de investigação no âmbito da implementação dos princípios de rotação Integrada
- 30 dezembro - PAFF

Relatório de Atividades 2016

5.11.3 Informação/Divulgação – Publicações

A DGAV produziu inúmeras informações de caráter técnico que divulgou no portal, bem como em diversos fora através da divulgação escrita.

Editados em formato digital

- Relatório de Atividades da DGAV - 2015
- Relatório Nacional de Controlo Plurianual Integrado - 2014
- Relatório - Prospeção de organismos de quarentena: zonas protegidas: ações realizadas - 2014
- Relatório - Controlo nacional de resíduos de pesticidas em produtos de origem vegetal no ano de 2014.
- Relatório - Vendas de produtos fitofarmacêuticos: Portugal - 2014
- Relatórios - Organismos de quarentena: ações realizadas - 2014
- Catálogo Nacional de Variedades de Fruteiras em conformidade com o estipulado pela Diretiva de Execução n.º 2014/97/UE, da Comissão, de 15 de outubro de 2014, que dá execução à Diretiva 2008/90/CE, do Conselho, no que se refere ao registo dos fornecedores e das variedades e à lista comum das variedades. 2016
- Caderno técnico – *Drosophila suzukii*, publicado na componente de proteção fitossanitária
- Plano de Atividades DGAV 2017
- Plano Nacional de Controlo Plurianual Integrado - 2015-2017
- Plano de controlo dos alimentos destinados a grupos específicos

Relatório de Atividades 2016

- Plano de controlo dos materiais e objetos destinados a entrar em contato com os géneros alimentícios
- Plano de controlo de suplementos alimentares
- Plano de ação nacional para o controlo do fogo bacteriano - 2015
- Plano de contingência: *Xylella fastidiosa* e seus vetores
- Plano de Contingência para controlo dos agentes causais da doença de *Citrus Greening*
- Guia dos produtos fitofarmacêuticos: lista dos produtos com venda autorizada – 2016
- Documento “Guia de Boas Práticas para Pedidos de AV ao abrigo da alínea B), C) e E) Do Decreto-Lei N.º 237/2009, 15 de setembro” (também versão inglesa)
- Documento “Guia de Boas Práticas sobre a Utilização Responsável dos Medicamentos na Exploração”
- Certificação de Material de Propagação de Videira - Atualização do Manual de Procedimentos;
- Manual de procedimentos – exportação de fruta fresca, pera para a Colômbia - Procedimento a adotar nas Centrais de Armazenagem e Embalagem (CAE) registadas, candidatas à exportação de pera para a Colômbia;
- Fichas para “Registo de Centrais de Armazenagem e Embalamento” e às DRAP da “Check list” para central fruteira (relativa à monitorização das pragas)”,
- ficheiro “Quadro recapitulativo dos tratamentos pelo Frio”

Relatório de Atividades 2016

- Modelo de “Lista Oficial de Exportadores de Pera Rocha para a Colômbia” a enviar para aquele país;
- Atualização do Manual de procedimentos técnicos de tratamento térmico de madeira;
- Elaboração de Requisitos técnicos para produção de plantas de kiwi sob condições de proteção física;
- Elaboração de procedimento para emissão de passaporte de substituição para madeira tratada noutro Estado membro;
- Publicação do artigo na revista Fruta e Legumes – “Cultura da batateira- dois graves problemas fitossanitários”;
- Publicação de um artigo na revista Fruta e Legumes – “*Xylella fastidiosa*- situação na Europa”;
- Atualização do Plano nacional para o Controlo da Flavescência dourada e do seu inseto vetor;
- Elaboração do plano de contingência para o Candidatus Liberibacter spp e seus vetores;
- Elaboração do Plano de prospeção anual dos organismos nocivos para 2016;
- Atualização dos quadros resumo dos procedimentos de prospeção de 49 organismos nocivos;
- Coordenação da colheita de amostras para análise laboratorial - total de 2073.

Folhetos

- Transporte internacional de géneros alimentícios por estrada
- Prevenção do corte de cauda: boas práticas

Relatório de Atividades 2016

- Documento "Pedido de enquadramento legal"
- Elaboração de 2 folhetos de divulgação: i) *Citrus greening*/*Psilideos* dos citrinos e ii) *Xylella fastidiosa*
- Inspeção sanitária de carnes
- Abate para autoconsumo
- RASFF – Rapid alert system for food and feed
- Atuação da DGAV ao longo da cadeia alimentar
- *Citrus greening*
- *Psilideos* dos citrinos
- Inspeção de pulverizadores de produtos fitofarmacêuticos
- Preparação das caldas e limpeza de equipamentos de aplicação de produtos fitofarmacêuticos nas explorações agrícolas/florestais
- Armazenamento de produtos fitofarmacêuticos na exploração
- Estratégia de proteção fitossanitária / proteção integrada (PI)
- Moluscos bivalves vivos: o que o consumidor deve saber
- Viajar para Portugal a partir de países fora da União Europeia com aves de companhia – português e inglês
- Viajar para Portugal a partir de países fora da União Europeia com animais de companhia: outros animais que não cães, gatos e aves – português e inglês
- Viajar com produtos de origem animal a partir de países fora da EU - português e inglês



Relatório de Atividades 2016

- Plano de controlo de produção primária: hortofrutícolas
- PCEDA – Despacho dos positivos
- “Resistência Antimicrobiana - Papel do Médico Veterinário”
- “Resistência Antimicrobiana - Estratégias Na Exploração”
- “Plano nacional de controlo de utilização de medicamentos
- *Xylella fastidiosa* (Folheto relativo a *Xylella fastidiosa* destacando os seus hospedeiros, vias de dispersão e distribuição geográfica
- Processos em curso, para exportação de frutos
- Resistência antimicrobiana
- Mercados abertos para exportação de carne e produtos à base de carne de suínos para países terceiros
- Mercados em negociação para exportação de carne e produtos à base de carne de suínos para países terceiros
- 10 sugestões para lidar com um surto de caudofagia: suínos
- *Aviso aos apicultores*
- Produtos fitofarmacêuticos
- *Trioza erytreae* e restrições no movimento de citrinos
- *Trioza erytreae*: medidas de controlo e restrições no movimento de citrinos
- “Utilização Detenção e ou Posse de Medicamentos e Medicamentos Veterinários na Exploração”
- “Regras de rastreabilidade” para cumprimento do Reg. Execução (UE) n.º 1337/2013 destinado a agricultores, matadouros, salas de

Relatório de Atividades 2016

desmancha, industriais, embaladores, grossistas e retalhistas de suínos, aves, ovinos e caprinos não transformados, bem como às autoridades responsáveis pela aplicação do referido Regulamento

Revisão de folhetos existentes

- Caracol maçã *Pomacea insularum*
- Transporte de animais: aptidão dos animais para o transporte
- Doença Emaciante Crónica dos Cervídeos
- Boas práticas de higiene a bordo das embarcações: parasitas nos produtos de pesca
- PCON – Plano de Controlo Oficial de Navios
- PICOP – Planointegrado de Controlo Oficial de Pisciculturas
- Herpesvirose da *Carpa Koi*
- Coelhos e lebres
- Doença vesiculosa dos suínos
- Peste suína africana
- Peste suína clássica
- Identificação e registo de equídeos
- Identificação eletrónica de ovinos e caprinos
- Cães potencialmente perigosos: obrigações legais
- Febre Catarral Ovina: Língua Azul

Marcadores

- Sabia Que?

Relatório de Atividades 2016

- A DGAV informa

Posters

- *Xylella fastidiosa*, a vigilância de todos é fundamental - as plantas hospedeiras
- Poster relativo às plantas ornamentais que podem ser via de dispersão de *Citrus greening*, considerada a doença mais devastadora dos citrinos a nível mundial
- Plantas ornamentais hospedeiras de *Candidatus Liberibacter spp* e dos insetos transmissores

Outras divulgações

- Aviso n.º 2/DGAV/2016 referente à cessação da interrupção temporária e excecional de recolha oficial SIRCA;
- Aviso sobre Gripe Aviária condicionando determinadas atividades nas zonas de maior risco cuja lista consta do seu Anexo I;
- Catálogo de variedades de videira;
- Circular 17/2016 Limpeza de veículos utilizados no transporte de batata para as centrais de embalamento ou outros locais de receção de batata (armazenistas);
- Circular 2/2016 Exportação de Pera para a Colômbia;
- Circular 36/2016 Focos de *Tecia solanivora* em Espanha;
- Circular 37/2016 alertando para a deteção de novos focos e novas subespécies de *Xylella fastidiosa* no território da União Europeia;

Relatório de Atividades 2016

- Circular 37/2016 Novos focos e novas subespécies de *Xylella fastidiosa* na União Europeia;
- Circular n.º 36/2016 relativa à ocorrência de *Tecia solanivora* em Espanha, risco de introdução desta praga, e comunicação imediata de qualquer caso suspeito aos Serviços Oficiais;
- Circular referente à Limites Máximos de Resíduos (LMR) de fluazifope-P-butilo em géneros alimentícios, aplicável a partir de 19 de janeiro de 2017.
- Comunicado sobre os requisitos para aquisição ou aplicação de produtos fitofarmacêuticos, por agricultores e outros utilizadores;
- Despacho 9969/2016 de 11 de julho que atualiza as Zonas de Intervenção Prioritárias (ZIP) e define os tratamentos obrigatórios ao inseto vetor da Flavescência Dourada, *Scaphoideus titanus*, Ball.;;
- Divulgação do Despacho relativo à inspeção obrigatória de equipamentos de pulverização de produtos fitofarmacêuticos;
- Editais sobre Língua Azul (Febre Catarral Ovina) indicando as medidas específicas de proteção contra a doença e o novo alargamento da área de vacinação obrigatória de ovinos. E no período sazonalmente livre do vetor, com consequente adequação das regras de movimentação animal nas áreas sujeitas a restrições;
- Informação sobre a definição de fronteiras entre medicamentos e suplementos alimentares: parecer melatonina;
- Linhas orientadoras para o enquadramento - Produtos fronteira entre suplementos alimentares e "Alimentos para Desportistas";
- Lista atualizada de variedades de Batata resistentes a Globoderas (*Globodera rostochiensis* e *Globodera pallida*);
- Lista de Clones de Videira Admitidos à Certificação" ATUALIZAÇÃO c/ introdução de 72 clones de várias castas autóctones;

Relatório de Atividades 2016

- Lista das Freguesias (atualização) que integram as “zonas infestadas” para a vespa das galhas do castanheiro (*Dryocosmus kuriphilus*) em outubro de 2016;
- Lista das Freguesias que integram as “zonas infestadas” para a vespa das galhas do castanheiro (*Dryocosmus kuriphilus*) em outubro de 2016;
- Catálogo Nacional de espécies fruteiras
- Listagem atualizada de suplementos alimentares (consolidada) referente aos processos de notificação de colocação no mercado, concluídos no âmbito do Artigo 9º-A do Decreto-Lei nº 118/2015;
- Listagem de freguesias que integram total ou parcialmente a zona demarcada respeitante a *Trioza erytreae* ;
- Mapa da Zona Demarcada para *Trioza erytreae* e Lista de freguesias abrangidas,
- Nota orientadora relativa à menção 'isento de glúten' na rotulagem de géneros alimentícios, na sequência da aplicação do Regulamento de Execução (UE) Nº 828/2014, relativo aos requisitos de prestação de informações aos consumidores sobre a ausência ou a presença reduzida de glúten nos géneros alimentícios;
- Ofício Circular n.º 22/2016, relativo à comercialização de passas de uva provenientes de uvas tratadas com clorpirifos, em data anterior à entrada em vigor do novo limite máximo de resíduos de Clorpirifos em uvas de mesa;
- Ofício Circular nº 33/2016 relativa à utilização obrigatória, pelos utentes da DGAV, da plataforma “Base de dados europeia para a autorização de produtos fitofarmacêuticos” (PPPAMS), no quadro das Autorizações de Emergência solicitadas à DGAV no contexto do artigo 53º do regulamento nº 1107/2009 ;

Relatório de Atividades 2016

- Ofício Circular sobre restrições ao uso de produtos fitofarmacêuticos com base na substância ativa deltametrina, em resultado da revisão dos Limites Máximos de Resíduos (LMR). 5-12-2016

Relatório de Atividades 2016

5.12 Portal

A DGAV tem dado particular relevo à informação noticiada, bem como à atualização da informação técnica, regulamentar e administrativa constante no Portal, suportada em 546.112 genéricos, que constitui um dos meios de comunicação mais acessíveis.

Data Início Data Fim

Direcção-Geral de Veterinária

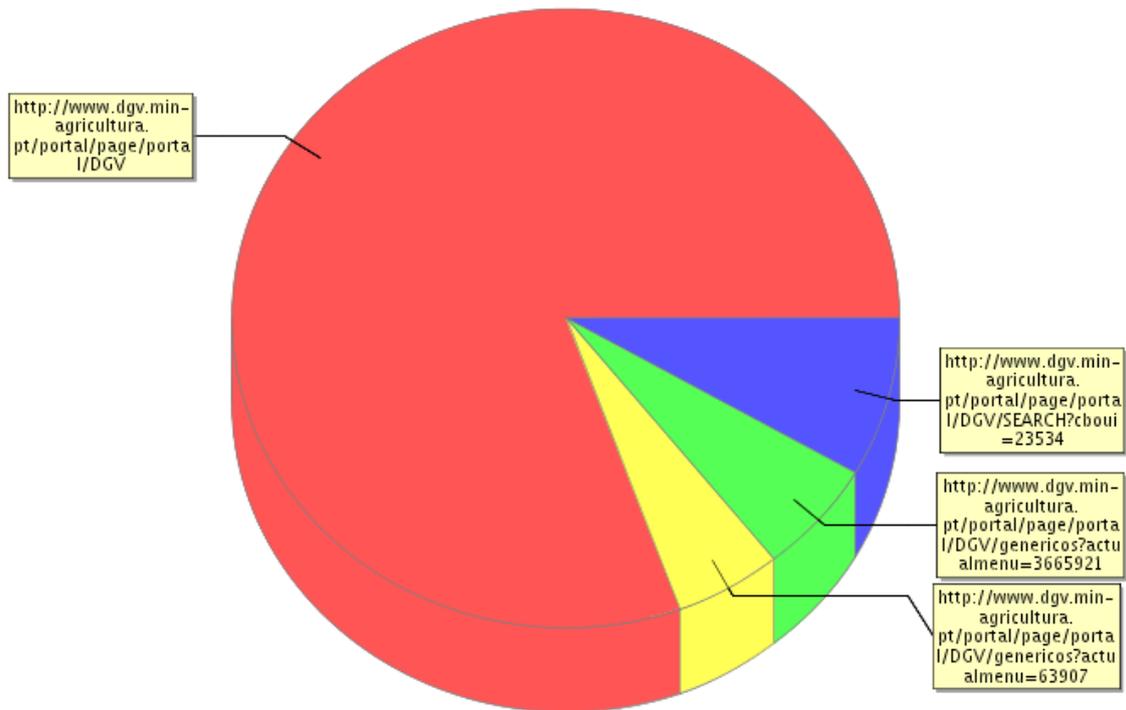
Número de Visitantes:	32749
Taxa de Visitantes Únicos:	0%
Taxa de Visitantes Regressos:	33.3%
Média de Conteúdos Visitados:	1.66
TOP 5 das Páginas mais Visitadas:	
<hr/>	
Total Hits no Período Escolhido:	123898

No período definido, o Portal teve 32.749 visitantes, que efetuaram cerca de 123.898 registos. As páginas que registaram mais visitas foram

http://www.dgv.min-agricultura.pt/portal/page/portal/DGV/SEARCH?cboui=23534	3390
http://www.dgv.min-agricultura.pt/portal/page/portal/DGV/genericos?actualmenu=3665921	2420
http://www.dgv.min-agricultura.pt/portal/page/portal/DGV/genericos?actualmenu=63907	2111
http://www.dgv.min-agricultura.pt/portal/page/portal/DGV/genericos?actualmenu=17157	1870

1. Pesquisa (3.390)
2. Produtos fitofármacos (2.420)
3. Organograma (2.111)
4. Medicamentos Veterinários, Produtos Veterinários e Biocidas Veterinários (1.870)

Relatório de Atividades 2016



Durante o ano, foi carregada toda a informação respeitante aos Biocidas de Uso Veterinário autorizados pela DGAV (100%) na Plataforma MedVet, o que enriqueceu a informação disponibilizada .

Relatório de Atividades 2016

5.13 Grupos de trabalho**5.13.1 Nível nacional**

- Grupo de trabalho da pera rocha – para a elaboração de um Plano Nacional de Controlo da *Estenfiliose* em pera rocha
- Grupo de Trabalho informal DGAV/ANIPLA
- Grupo de trabalho para Nomenclatura de Substâncias Ativas (INFARMED, DGAV, DGS e IPQ)
- Grupo de trabalho para o Plano Estratégico dos Resíduos Hospitalares (APA, DGAV, DGS)
- Grupo de Trabalho SNAA - visando a prestação de serviços técnicos de aconselhamento junto de agricultores relativo as Serviço Nacional de Avisos Agrícolas com vista a reavaliação deste Serviço.
- Grupo de Trabalho Definição de Fronteiras entre Medicamentos e Suplementos Alimentares – com as entidades DGAV, INFARMED, ASAE, ICBAS UP e FFUC/OIPM
- Grupo de Trabalho para acompanhamento de auditoria à European Chemicals Agency - ECHA
- Grupo de trabalho das EET
- Grupo de Trabalho de Resistências Anti Microbianas
- Grupo de trabalho DGAV / ECHA - no âmbito do acordo de cumprimento de requisitos padrão de segurança entre a DGAV e a ECHA foi criado um Grupo de trabalho interno com vista à preparação de um Plano de recuperação do acesso às plataformas R4BP3 e IUCLID da ECHA ("European Chemicals Agency") de modo a ultrapassar e corrigir não-conformidades ao integral cumprimento do acordo. Neste contexto foi igualmente a DSMDS/DGAPF sujeita a auditoria interna pelo Núcleo de

Relatório de Atividades 2016

Auditorias da DGAV aos procedimentos de segurança e tomadas medidas corretivas

- Grupo de trabalho dos PNCS
- Grupo de Trabalho 'Informação ao Consumidor'
- Grupo de Trabalho interno da DGAV - DGAV XXI
- Grupo de Trabalho interno da DGAV - Novo Portal
- Grupo Bilateral DGAV – APIFARMA

5.13.2 Nível internacional

A DGAV assegura a representação nacional nos CVO, COPHS, CPVO, nos Grupos de Trabalho do Conselho e doa Comités Permanentes bem como, em diversos outros grupos de trabalho comunitários, designadamente:

- PAFF - Comité Permanente das Plantas, dos Animais, dos Géneros Alimentícios e dos Alimentos para Animais desempenha um papel fundamental para assegurar que as medidas da União em matéria de segurança dos alimentos para consumo humano e animal, saúde e bem-estar dos animais e fitossanidade sejam práticas e eficazes. A Comissão apresenta pareceres sobre os projetos de medidas que a Comissão tenciona adotar. Para mais informações, deve consultar o Registo de Comitologia.

O mandato do Comité PAFF abrange toda a cadeia de abastecimento alimentar - desde as questões de saúde animal na exploração agrícola até ao produto na mesa do consumidor - ajudar a UE a lidar eficazmente com os riscos para a saúde em todas as fases da cadeia produtiva.

- Grupo de trabalho "Plant Health / Roosendaal Group" sobre questões fitossanitárias com países terceiros, Bruxelas

Relatório de Atividades 2016

- General Food Law
- Biological Safety of the Food Chain
- Toxicological Safety of the Food Chain
- Controls and Import Conditions
- Animal Nutrition
- Animal Health and Animal Welfare
- Genetically Modified Food and Feed and Environmental Risk
- Phytopharmaceuticals
- Plant Health
- Propagating Material of Ornamental Plants
- Propagating Material and Plants of Fruit Genera and Species
- Seeds and Propagating Material for Agriculture and Horticulture
- Forest Reproductive Material
- DG Sante – Bivalves WP/animal by Productes/ Hygiene/Fraude/Transporte animal / bem estar
- European Commission's Technical Assistance - TAIEX
- Agencia Europea dos Medicamentos (EMA)
 - Comité dos Medicamentos Veterinários (CVMP)
 - Grupo de Trabalho SPOR
 - Grupo de Trabalho HMA-EMA Task Force on Timetables
 - Grupo ESVAC
 - Grupo Eficácia do CVMP- EWP-v
 - Grupo dos Inspectores de Farmacovigilância
 - Grupo trabalho Qualidade – QWP do CHMP/CVMP
 - Grupo de Trabalho de Farmacovigilância Veterinária

Relatório de Atividades 2016

- Subgrupo VeDDRA – Consultive Group on Veterinary Pharmacovigilance Systems
 - Grupo de trabalho de Segurança - SWP do CVMP
 - BEMA - Benchmarking
 - Grupo de Inspectores de Farmacovigilância – PhVIWG
 - CMDv - Grupo de coordenação do procedimento de Reconhecimento Mútuo e Descentralizado
-
- Ad hoc Working Party on Genetically Modified Organisms
 - Annual Meeting of the OECD Seed Schemes
 - Annual Meetings between CPVO and its Examination Offices
 - Biocidas BPC
 - Codex Committee on Food additives (CCFA)
 - Codex Committee on Contaminants in Foods
 - Codex Committee on Food Labelling (CCFL)
 - Codex Committee on Fresh Fruits and Vegetables (CCFFV)
 - Codex Committee on Nutrition and Foods for Special Dietary Uses (CCFNFSU)
 - Codex Committee on Residues of Veterinary drugs
 - Comité Permanente das Plantas, Animais, Alimentos e Alimentos para Animais - Secções "Animal Health and Welfare" e "Control and Import Conditions"
 - Conselho - Alimentos Medicamentosos
 - OECD - Coordination Working Party
 - CP VAACHA - General Food
 - CP VAACHA - Novos Alimentos e Segurança Toxicológica

Relatório de Atividades 2016

- CP VAACHA - Nutrição Animal
- CP VAACHA - OGM
- CPVO Administrative Council
- CPVO Meetings with Experts on fruit species
- CPVO Meetings with Experts on ornamental species
- CPVO Meetings with Experts on vegetable species
- EFSA - Rede de Saúde e Bem-Estar Animal
- EFSA - Rede de Saúde e Bem-Estar Animal
- EFSA - Scientific Network for Risk Assessment in Plant Health
- EFSA Pesticide Network
- EPPO Council Annual Meeting
- EU NTC Champion
- EU NTC Local Administrator
- EU Platform on food losses and food waste
- EUROPHYT - Working Group
- Grupo de Peritos 'Alimentos para Grupos Específicos'
- Grupo de Trabalho - Assistência e Cooperação Administrativa
- Grupo de trabalho - Produtos fronteira - Suplementos Alimentares/Medicamentos
- Grupo de Trabalho Alegações Nutricionais e de Saúde
- Grupo de trabalho das EET
- Grupo de Trabalho de aditivos
- Grupo de Trabalho de aromas
- Grupo de Trabalho de Contaminantes agrícolas

Relatório de Atividades 2016

- Grupo de Trabalho de Contaminantes industriais e ambientais
- Grupo de Trabalho de enzimas
- Grupo de Trabalho de Materiais em contacto
- Grupo de Trabalho de Novos Alimentos
- Grupo de Trabalho de Resistências Anti Microbianas
- Grupo de Trabalho do RASFF
- Grupo de trabalho dos imunológicos (IWP)
- Grupo de trabalho dos PNCS
- Grupo de Trabalho GMP
- Grupo de Trabalho 'Informação ao Consumidor'
- Grupo de Trabalho interno da DGAV - DGAV XXI
- Grupo de Trabalho interno da DGAV - Novo Portal
- Grupo Potsdam
- GT - Aditivos destinados à alimentação animal
- HMA - Chefes de agências de Medicamentos/ Heads of Medicines Agencies
- IPPC - Comissão para as Medidas Fitossanitárias
- ISTA Annual Meetings
- Minor Uses Coordination Facility
- Minor Uses Coordination Facility - Horizontal Expert Group & Commodity Expert Group
- Monitoring sales of veterinary antimicrobial agents in Europe (ESVAC) - Monitorização das vendas de antibioticos na Europa
- MSCA Directors' annual planning meeting

Relatório de Atividades 2016

- NTA - Instruções aos requerentes
- OIE – Assembleia Geral
- OIE - Pontos Focais da Notificação de Doenças Animais
- OIE -Pontos Focais dos Animais Aquáticos
- OIE - Pontos Focais dos Animais Selvagens
- OIE - Pontos Focais de Bem Estar Animal
- OIE - Pontos Focais de Comunicação
- OMCL
- PAFF Committee - Section Propagating Material and Plants of Fruit Genera and Species
- PAFF Committee PAFF - Plant Health
- PAFF COMMITTEE- Seeds and Propagating Material for Agriculture and Horticulture section
- QRD - Qualidade dos documentos
- Reuniões do GT (Conselho) de Peritos Veterinários - Regulamento Medicamentos Veterinários
- Reuniões relativas às Resistências aos antimicrobianos
- SAGAM
- Standing Committee on Plants, Animals, Food and Feed; Section Phytopharmaceuticals - Residues
- Standing Committee on Plants, Animals, Food and Feed; Section Phytopharmaceuticals - Legislation
- Steering Group of South Member States
- Task Force para a Monitorização de Doenças nos EM - Subgrupo Brucelose
- TE - Telematic WG

Relatório de Atividades 2016

- UPOV – Administrative and Legal Committee
- UPOV - Consultative Committee
- UPOV - Council
- UPOV – Technical Committee
- Veterinary Pharmaceutical Committee
- Veterinary Standing Committee
- Working Group Meeting on The Rapid Alert System for Food And Feed
- Working Group Member States Experts on Sustainable use of Pesticides - Directive 2009/128/EC
- Working Group on Commission Regulation (EC) n°-669/2009
- Working Group on Formulation Laboratories in the Context of Regulation 1107/2009
- Working Group on Plant Protection Products – Enforcement
- Working Group Post Approvals Issues (PAI) for the implementation of Regulation 1107/2009.
- Working Party of Chief Plant Health Officers
- Working Party on Agricultural Questions (GMO)
- Working Party on Agricultural Questions (Harmful Organisms)
- Working Party on Agricultural Questions (Plant Breeder Rights)
- Working Party on Agricultural Questions (Seeds and Propagating Material)
- Working Party on Plant Health (IPPC/CPM Affairs)
- Working Party on Plant Health (Propagating and Planting Materials)
- Working Party on Plant Health (Protection and Inspection)
- Working Party on Plant Health (Roosendaal Group)

Relatório de Atividades 2016

5.14 Outras atividades

Plano para a Igualdade do Género

Em 2016, foi elaborado o Relatório da implementação Plano de Igualdade de Género do ex-MAM , no qual foi incluída a seguinte informação :

- O princípio da igualdade do género foi incluído no *Código de Conduta e Ética* e no *Plano de Atividades 2017*
- O *Regulamento Interno* cumpre todas as disposições legais
- Os avisos de procedimentos concursais contemplam a política de *igualdade do género*
- São cumpridos os princípios:
 - Respeitantes aos direitos de parentalidade;
 - Legais da assistência a familiares;
- A instituição tem prevista possibilidade de opção de horários flexíveis para conciliação da vida profissional e familiar dos trabalhadores e trabalhadoras

A DGAV participou na 3ª ação de sensibilização/formação por conselheiros e conselheiras ministeriais para a Igualdade de género e membros de equipas interdepartamentais, realizada entre 7-14 outubro ministrada pela Comissão para a Cidadania - Igualdade de Género, sob o patrocínio da Presidência de Conselho de Ministros.

Relatório de Atividades 2016

VI. Sistemas de controlo da instituição

O sistema de controlo interno é exercido através das Direções de Serviço e do Núcleo de Auditorias, em função dos processos a controlar e consoante as respetivas áreas de atuação – administrativa, técnica ou operacional.

São assim, estabelecidos procedimentos internos de controlo, que têm como objetivo a harmonização, verificação e validação, monitorização e avaliação das diferentes fases dos inúmeros processos que decorrem da implementação das ações definidas no âmbito da missão da DGAV.

6.1 Avaliação do Sistema de Controlo Interno

Aplicado o modelo de inquérito proposto para a avaliação do Sistema de Controlo Interno foram obtidos os seguintes resultados:

SISTEMA DE CONTROLO INTERNO				
Questões	Resposta			Fundamentação/ Justificação
	S	N	NA	
1 – Ambiente de controlo	S	N	NA	
1.1 Estão claramente definidas as especificações técnicas do sistema de controlo?	x			
1.2 É efetuada internamente uma verificação efetiva sobre a legalidade, regularidade e boa gestão?	x			
1.3 Os elementos da equipa de controlo e auditoria possuem a habilitação necessária para o exercício da função?			x	
1.4 Estão claramente definidas valores éticos e de integridade que regem o serviço?	x			
1.5 Existe uma política de formação do pessoal que garanta a adequação do mesmo às funções e complexidade da tarefa?	x			
1.6 Estão claramente definidos e estabelecidos contactos regulares entre a direção e os dirigentes das Unidades Orgânicas?	x			

Relatório de Atividades 2016

1.7	O serviço foi objeto de ações de auditoria e controlo externo?	x			
2 – Estrutura organizacional					
1.1	A estrutura organizacional estabelecida obedece às regras definidas legalmente?	x			
1.2	Qual a percentagem de colaboradores do serviço avaliados de acordo com o SIADAP 2 e 3?				100%
1.3	Qual a percentagem de colaboradores do serviço que frequentaram pelo menos uma ação de formação?				42%
3 - Atividades e procedimentos de controlo administrativo implementados no serviço					
2.1	Existem manuais de procedimentos internos?	x			
2.2	A competência para autorização da despesa está claramente definida e formalizada?	x			
2.3	É elaborado anualmente um plano de compras?				
2.4	Está implementado um sistema de rotação de funções entre trabalhadores?	x			Alguns trabalhadores (mais experientes), conseguem executar diversas tarefas, nomeadamente na substituição de colegas nas ausências.
2.5	As responsabilidades funcionais pelas diferentes tarefas, conferências e controlos estão claramente definidos e formalizados?	x			
2.6	Há descrição dos fluxos dos processos, centros de responsabilidade por cada etapa e dos padrões de qualidade mínimos?	x			
2.7	Os circuitos dos documentos estão claramente definidos de forma a evitar redundâncias?	x			
2.8	3.8 Existe um plano de risco de corrupção e infrações conexas?	x			
2.9	3.9 O plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas é executado e monitorizado?	x			A última alteração foi efetuada em Março de 2016
4 – Fiabilidade dos sistemas de informação					

Relatório de Atividades 2016

4.1	Existem aplicações informáticas de suporte ao processamento de dados, nomeadamente, nas áreas da contabilidade, gestão documental e tesouraria?	x			Não existe sistema de gestão documental.
4.2	As diferentes aplicações estão integradas permitindo o cruzamento de informação?		x		
4.3	Encontra-se instituído um mecanismo que garanta a fiabilidade, oportunidade e utilidade dos outputs dos sistemas?		x		
4.4	A informação extraída dos sistemas de informação é utilizada nos processos de decisão?	x			
4.5	Estão instituídos requisitos de segurança para o acesso de terceiros a informação ou ativos do serviço?	x			
4.6	A informação dos computadores de rede está devidamente salvaguardada (existência de backups)?	x			
4.7	A segurança na troca de informação e software está garantida?	x			
Legenda: S – Sim; N – Não; ND – Não existe informação disponível que permita responder à questão de forma inequívoca.					

O suporte organizacional necessário à sistematização dos controlos efetuados obriga ao recurso dos sistemas de informação cuja funcionalidade e operacionalidade se revela, essencial à produção de resultados e à melhoria da eficiência e qualidade dos serviços prestados.

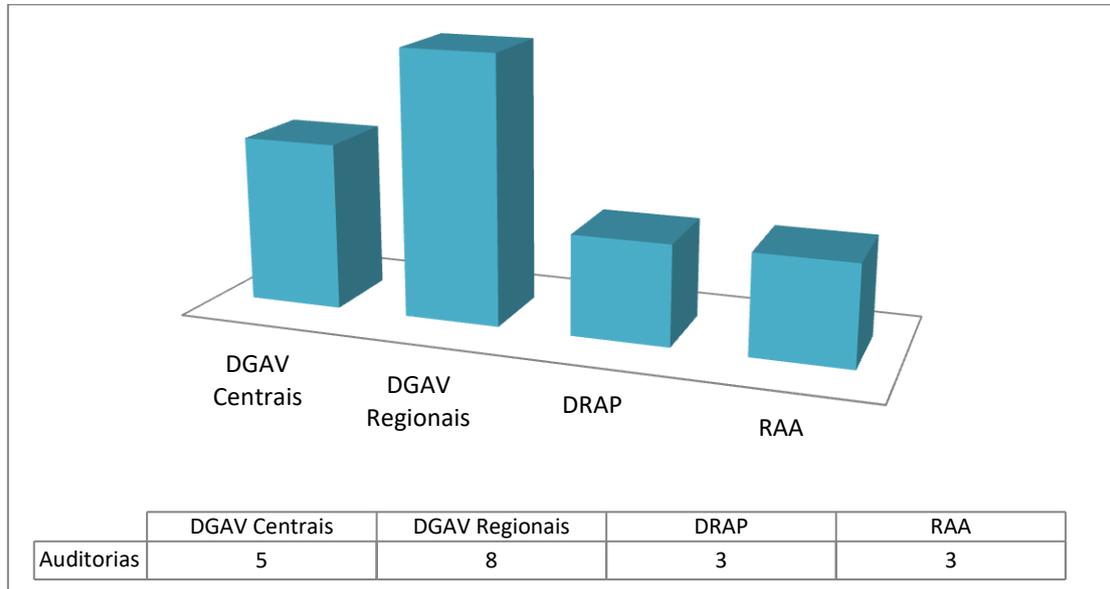
6.2 Núcleo de Auditorias - Auditorias internas

O Programa de Auditorias aprovado para 2016 contemplou um total de 19 Auditorias, sendo 4 Auditorias de Seguimento e 15 Auditorias de Rotina, efetuadas a Temas incluídos no Anexo da Decisão 2007/363/CE.

As Auditorias foram realizadas de acordo com o “Manual de Procedimentos – Auditorias Internas” e o “Manual de Boas Práticas Para os Serviços Auditados”.

As 19 Auditorias efetuadas, tiveram a seguinte distribuição:

Relatório de Atividades 2016



6.2.1 Auditorias de Rotina

As auditorias de rotina em 2016, visaram as seguintes temáticas:

1. Postos de Inspeção Fronteiriços (PIF), Pontos de Entrada de Viajantes (PEV) e Certificação
2. Plano de Acompanhamento da Inspeção Sanitária, Plano de Inspeção dos Géneros Alimentícios e Procedimentos de Supervisão do PACE
3. Programa de Erradicação da Brucelose dos Pequenos Ruminantes e Plano de Controlo de Utilização de Medicamentos
4. Identificação Animal, Registo de Explorações e Circulação Animal
5. Plano de Controlo Oficial do Leite (PCOL), e Plano de Aprovação e Controlo de Estabelecimentos (PACE), Vertente Leites
6. Controlo ao abrigo da Diretiva 2000/29 – Fitossanidade (1)

Relatório de Atividades 2016

7. Planos de Controlo Oficial da Alimentação Animal e de Controlo de Utilização de Medicamentos

8. Plano de Controlo de Utilização de Medicamentos

6.2.2 Auditorias de seguimento

De modo a completar o ciclo das Auditorias de Seguimento que se iniciou em 2015, foram realizadas 4 Auditorias de Seguimento, aplicadas a uma amostra das 24 Auditorias de Rotina realizadas aos serviços da DGAV e incluídas nos Planos de Atividades de Auditoria que decorreram de 2011-2015.

Nº da Auditoria	Local	Tema
*1/DGAV/2016	DSSA	Seguimento das Auditorias de 2011 a 2015
3/DGAV/2016	DSECI	Postos de Inspeção Fronteiriços (PIF), Pontos de Entrada de Viajantes (PEV) e Certificação
4/DGAV/2015	DSAVRC	Plano de Acompanhamento da Inspeção Sanitária, Plano de Inspeção dos Géneros Alimentícios e Procedimentos de Supervisão do PACE
*5/DGAV/2016	DSPA	Seguimento das Auditorias de 2011 a 2015
6/DGAV/2016	DSAVRALG	Programa de Erradicação da Brucelose dos Pequenos Ruminantes e Plano de Controlo de Utilização de Medicamentos
8/DGAV/2016	RA dos Açores	Programa de Erradicação da Brucelose dos Pequenos Ruminantes e Plano de Controlo de Utilização de Medicamentos
9/DGAV/2016	DSAVRN	Plano de Controlo Oficial do Leite (PCOL), e Plano de Aprovação e Controlo de Estabelecimentos (PACE), Vertente Leites
*10/DGAV/2016	GRGA	Seguimento das Auditorias de 2011 a 2015
11/DGAV/2016	DSAVRA	Postos de Inspeção Fronteiriços (PIF), Pontos de Entrada de Viajantes (PEV) e Certificação
12/DGAV/2016	DRAPLVT	Controlo ao abrigo da Diretiva 2000/29 – Fitossanidade (1)
14/DGAV/2016	RA dos Açores	Planos de Controlo Oficial da Alimentação Animal e de Controlo

Relatório de Atividades 2016

		de Utilização de Medicamentos
15/DGAV/2016	DSAVRC	Programa de Erradicação da Brucelose dos Pequenos Ruminantes e Plano de Controlo de Utilização de Medicamentos
16/DGAV/2016	DSAVRLVT	Plano de Controlo Oficial do Leite (PCOL), e Plano de Aprovação e Controlo de Estabelecimentos (PACE), Vertente Leites
17/DGAV/2016	DSMDS	Plano de Controlo de Utilização de Medicamentos
19/DGAV/2016	RA dos Açores	Plano de Controlo Oficial do Leite e Plano de Aprovação e Controlo de Estabelecimentos (Vertentes Carnes e Leites)
*20/DGAV/2016	DSECI	Seguimento das Auditorias de 2011 a 2015
23/DGAV/2016	DSAVRA	Planos de Controlo Oficial do Leite, de Aprovação e Controlo de Estabelecimentos (Vertente Leites)
24/DGAV/2016	DRAP Algarve	Controlo ao abrigo da Diretiva 2000/29 – Fitossanidade (3)
25/DGAV/2016	DRAP Alentejo	Controlo ao abrigo da Diretiva 2000/29 – Fitossanidade. (4)

* Auditorias de Seguimento

6.2.3 Auditorias Extraordinárias

Por determinação superior foi realizada ainda 1 auditoria extraordinária relativa ao Tema “ Sistema de Inspeção Sanitária nas Regiões”. Tendo por objetivo a análise do circuito administrativo, organização e a aplicação de procedimentos inerentes ao funcionamento da Inspeção Sanitária, nomeadamente quanto à gestão dos recursos humanos, financeiros e de infraestruturas, tendo sido identificados alguns constrangimentos.

Relatório de Atividades 2016

6.3 Auditorias realizadas por entidades externas

6.3.1 Auditoria do IGAMAOT

O IGAMAOT realizou uma auditoria à DGAV no âmbito do sistema de licenciamento e controlo da comercialização de produtos fitofarmacêuticos, cujo relatório determinou a apresentação de um plano de ação para implementação das recomendações formuladas.

6.3.2 Comissão Europeia

General Follow-up Country Profile (Perfil do País)

Foi publicado, no sítio da *DG Health and Food Safety*, o Relatório sobre Controlos Oficiais - *Country Profile* - Portugal, decorrente da Missão de Auditoria, realizada em maio 2016, com a finalidade de atualizar o Perfil do País, sobre as ações realizadas no âmbito Planos de controlos oficiais.

Relatório de Atividades 2016

Overview of DG Health and Food Safety's audits in Portugal 2011-2015¹

Control system	Total number of finalised audits	Recommendations				
		Total	Action taken	Closed for other reasons	In progress	Action still required
Animal health	2 (+1) ²	16 (+1) ²	14	1 (+1) ²	1	
Food of animal origin	4	28	24		4	
Import of animals and food of animal origin	2	8	5	3		
Feedingsuffs and animal nutrition	1	8	8			
TSE/ABP	3	10	6	3	1	
Veterinary medicinal products and residues	1	5	4	1		
Foodstuffs and food hygiene	3	30	26	3	1	
Imports of food of plant origin	1	15	15			
Plant Protection Products (PPP)	1	17	11	4	2	
Animal welfare	2	7	7			
Plant health	6 (+1) ²	58 (+1) ²	9 (+1) ²	37	8	4
Quality labelling	1	19	12	7		
Horizontal	0					
Total	27 (+2)²	221 (+2)²	141 (+1)²	59 (+1)²	17	4
General follow-up audits	2	-	-	-	-	-

Conforme ilustrado no quadro, o trabalho realizado, consistiu numa análise da implementação das Recomendações resultantes de anteriores auditorias efetuadas por diversos serviços da Comissão Europeia .

No total, foram avaliadas 223 Medidas de recomendação (221 - FVO e 2 por outras entidades comunitárias), determinadas por 27 missões (FVO) e 2 (outras entidades comunitárias) .

Foi assim apreciado de forma positiva, o trabalho realizado pelas entidades nacionais, porquanto foram tomadas ações que permitiram resolver 142 medidas, e encerrar cerca de 60, ficando assim, 17 em progresso e 4 em fase de implementação, pois requerem ainda a tomada de ações determinantes.

Outras Missões de Auditoria

Relatório de Atividades 2016

- Auditoria - Animal Health - Bovine tuberculosis eradication - fev-março
- Auditoria - Marketing and use of plant protection products - junho
- Auditoria - Authorization of plant protection products - junho

6.3.3 Países Terceiros

Missões de habilitação

As missões de habilitação efetuadas por autoridades competentes de países terceiros, constituem auditorias de avaliação de estabelecimentos/autoridades competentes/países, por forma a analisar as evidências dos requisitos necessários com vista à exportação.

Durante o ano 2016, foram realizadas as seguintes:

- fevereiro 2016 -Estados Unidos (USFDA- Food and Drug Administration)
- 1 - 5 fevereiro de 2016 - Israel - Ovos de mesa
- 22 - 25 fevereiro - Israel - Carne de bovino
- abril - Arábia Saudita - Carne de bovino e pequenos ruminantes
- setembro - Cuba - Habilitação de estabelecimentos de carne, lácteos, pescado, pratos cozinhados e ovos de mesa
- 5 - 9 dezembro - Brasil (DIPOV) - Azeite

6.3.4 OIE

A Organisation Mondiale de la Santé Animale (OIE), no âmbito da sua Assembleia Geral e da verificação dos dados anuais remetidos pela DGAV respeitantes ao controlo das epizootias em vigilância, não determinou qualquer alteração aos estatutos sanitários anteriormente atribuídos a Portugal.

Relatório de Atividades 2016

6.3.5 - Auditoria do ISTA

O International Seed Testing Association – ISTA procedeu a uma auditoria no final do ciclo de acreditação aos serviços DSSV – (DVS) Divisão de Variedades e Sementes, tendo mantido a acreditação do seu laboratório.

Durante 2016, foram realizados 3 ensaios interlaboratoriais ou de competência organizados pela ISTA. O laboratório da DVS manteve a classificação global de 'A' para todos os ensaios em que já participou à exceção da análise "Determinação de Outras Sementes em Número" em que obteve classificação global 'B'

6.4 Reconhecimento por entidades externas

DGAV distinguida com o 'Prémio de Mérito Empresarial'

A Direção Geral de Alimentação e Veterinária foi agraciada pela Câmara de Comércio e Indústria Luso-Chinesa, no passado dia 16 de Novembro, com o "Prémio de Mérito Empresarial" durante a III Gala Portugal China. Esta distinção reflete o reconhecimento pelo trabalho desenvolvido pela instituição no apoio às atividades empresariais no setor agroalimentar, nomeadamente com a China.

Reconhecimento escrito

Em diversas ocasiões foi registado o apreço e reconhecimento escrito por diversas entidades dos serviços da Comissão Europeia, autoridades oficiais e agentes económicos, na cooperação, disponibilidade e qualidade do atendimento dos serviços prestados pela DGAV no âmbito da importação e exportação de animais vivos.

Cooperação externa TAIEX /Delegação técnica da Macedónia

Relatório de Atividades 2016

A DGAV, no âmbito das ações de cooperação externa, promovidas pela Comissão Europeia, através da Technical Assistance and Information Exchange instrument (TAIEX), foi selecionada para acolher uma equipa da Macedónia que esteve em formação e trocar experiências na implementação da legislação comunitária em matéria de suplementos alimentares.

Relatório de Atividades 2016

VII. Audição de dirigentes intermédios e dos demais trabalhadores

Durante o ano de 2016, a DGAV promoveu diversas reuniões com os dirigentes intermédios, para auscultação sobre inúmeros assuntos de importância essencial para o desempenho das atividades realizadas no cumprimento da Missão.

A monitorização do QUAR foi realizada, promovendo um inquérito de avaliação às atividades realizadas de janeiro a 31 de agosto, tendo sido efetuado um relatório sobre as ações a desenvolver para dar continuidade ao desenvolvimento do Plano de Atividades 2016.

A auscultação generalizada a todos os colaboradores ocorre na preparação das atividades técnicas respeitantes aos controlos e licenciamentos a efetuar de acordo com as necessidade e sazonalidade específicas, por forma a planear a sua realização, de acordo com a disponibilidade de meios e recursos existentes, e com a distribuição das ações a executar e no espaço físico e temporal em cada região,

A produção de documentos transversais a toda a organização, como sejam o Relatório de Atividades 2015, o Plano de Atividades 2017, o Relatório anual do Plano Nacional de Controlo Plurianual Integrado (PNCPI), a revisão do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção (março 2016), o Código de ética e de Conduta da DGAV (versão 01_2016), o Regulamento de Utilização e Gestão das Viaturas oficiais, bem como todos os Manuais técnicos e procedimentos de natureza técnica ou administrativa são elaborados tendo como suporte a audição de um ou mais serviços, nos seus diversos níveis , técnicos e dirigentes intermédios, seguindo os princípios de uma participação ativa e responsável .

Relatório de Atividades 2016

O Plano de Formação da DGAV é produzido após análise do Diagnóstico de Necessidades, realizado através de um inquérito aberto a todos os colaboradores.

Relatório de Atividades 2016

VIII. Monitorização do QUAR 2016

A DGAV procedeu à monitorização do QUAR 2016 no período decorrido entre janeiro a agosto, tendo sido apurados os respetivos resultados e propostas e implementadas medidas para o alcance das metas dos objetivos preconizados, conforme relatório, enviado em tempo, à tutela.

Relatório de Atividades 2016

IX. Apreciação por parte dos utilizadores

Inquérito de satisfação

Foi realizado um inquérito para análise do grau de satisfação direcionado para os requerentes de inscrições de Variedades no Catálogo Nacional de Variedades (CNV).

O inquérito aplicado, teve por base a plataforma www.survs.com, e obteve cerca 10% de respostas. Os resultados - 67% de respostas com a classificação *muito satisfeito* com o serviço prestado, dos quais cerca de 80% recomendariam os serviços da DGAV em conformidade com o âmbito do inquérito.

RCC - Rede comum do conhecimento divulga MEDVET

A RCC - Rede Comum do Conhecimento da Agencia de Modernização Administrativa divulgou como *informação de utilidade pública*, a base de dados de medicamentos, produtos e biocidas de uso veterinário (MEDVET) através da sua plataforma *on-line*.

Registos

Em diversos serviços, existem registos de apreciação por parte dos utilizadores, dando conta da qualidade da informação, bem como, do profissionalismo no atendimento e gentileza dos colaboradores aos esclarecimentos prestados por escrito ou telefonicamente.

Importa ainda referir que, nos casos em que os utilizadores referem algumas lacunas na informação disponibilizada através do Portal, os serviços diligenciam a introdução dos necessários esclarecimentos ou promovem a revisão dos conteúdos relevantes. Estas apreciações, permitem a implementação/atualização de medidas que revertem na melhoria da Comunicação da organização, através da informação disponibilizada via web,

Relatório de Atividades 2016

X. Causas de incumprimento de ações ou projetos não executados

O incumprimento da realização de algumas ações, designadamente no que se refere às atividades relacionadas com o controlo oficial, derivam de causas exógenas e/ou endógenas, que a seguir se identificam genericamente por:

- Falta de viaturas;
- Falta da disponibilização de verbas para a realização dos controlos analíticos em tempo útil;
- Falta de material de impressão (Toners);
- Dificuldades decorrentes de utilização de recursos informáticos e tecnológicos de capacidade limitada e não atualizados (DeskTops e PC portáteis (7-10 anos)
- Falta da renovação de equipamentos informáticos, servidores, computadores, cópia e digitalizadores;
- Falta de recursos informáticos e meios financeiros para desenvolver bases de gestão de dados (p. ex. para notificação/registo de suplementos alimentares);
- Diminuição de recursos humanos das áreas técnicas (p. ex. para realização de ações de supervisão da Certificação à exportação, não sendo possível cumprir o calendário de atividades planeadas pelos serviços ou para efetuar a supervisão das atividades de controlos aos postos intrafronteiriços (PIF) – por não ser possível substituir o técnico responsável pela ação, à data, ausente por motivos de saúde);
- Ocorrência de inúmeras solicitações externas num mesmo período, dificultando a realização das tarefas planeadas (p. ex. a realização de controlos de supervisão dos estabelecimentos de produtos, classificados com “ não conformidades”;

Relatório de Atividades 2016

- Greve do operador na data prevista para a realização de controlos ao Ponto de Entrada Veterinário (PEV) do aeroporto de Lisboa, o que constituiu um fator externo, que não permitiu a execução de uma de controlo na data planeada.

Relatório de Atividades 2016

XI. Medidas tomadas para um reforço positivo do funcionamento e do desempenho da DGAV

Na DGAV, os serviços têm vindo a implementar, na medida possível, a auscultação dos seus colaboradores, otimizando a informação a ponderar nos processos de decisão. Privilegia-se, desse modo, o trabalho em equipa; debatendo-se as matérias comuns de trabalho, e promovendo-se a participação crítica na elaboração das posições nacionais e internacionais a defender nos diversos *fora*.

A qualificação dos quadros da DGAV, através da atualização técnica e o desenvolvimento de novas competências promovidas nas ações de formação técnica e generalista aos colaboradores internos e externos, tem constituído um dos pilares da DGAV para reforço positivo do funcionamento da instituição, o que, apesar das dificuldades sentidas, sobretudo, de recursos e meios, tem tido um reflexo positivo nos resultados obtidos e no desempenho das atividades inerentes ao cumprimento da sua Missão .

Nos diversos serviços, foram ainda adotadas Medidas que visaram a otimização dos recursos ou a agilização de alguns processos, designadamente em situação crítica de emergência, como se exemplifica:

- DGAV realizou exercício de simulação de Febre Aftosa

No sentido de preparar/testar as ações associadas ao Plano de Contingência de Febre Aftosa, os serviços de proteção animal realizaram um exercício de simulação num cenário hipotético de ocorrência de um surto de Febre Aftosa na região de Lisboa e Vale do Tejo.

Este exercício de simulação visou o treino da cadeia de controlo e decisão dos serviços veterinários, a nível central e regional, bem como a coordenação com diversas entidades envolvidas neste Plano de

Relatório de Atividades 2016

simulação de emergência. Foi ainda possível evidenciar aspetos a considerar em futuros exercícios e apurar melhorias a implementar nos respetivos Planos de Emergência e Contingência sanitária.

- A divulgação do Plano de Contingência - *Xylella fastidiosa*, estabeleceu um conjunto de procedimentos com vista a garantir uma rápida e eficaz resposta em caso de deteção da *Xylella fastidiosa*, em Portugal - (DSSV)
- A Implementação do módulo através da plataforma CERTIGES para solicitação de etiquetas pelos operadores económicos, constitui uma melhoria na operacionalização do processo
- A atualização e revisão dos conteúdos do Portal e da *internet* respeitante às questões de circulação de animais de companhia, facilitou a informação disponível, diminuindo o nº de contactos telefónicos, permitiu uma agilização de outras atividades
 - Publicação de modelos de certificados para expedição de animais de companhia para EM/PT que aderiram ao uso do passaporte de animais de companhia da EU.
 - Produção de resumos sobre as condições para a circulação de animais de companhia para os outros EM da EU.
 - Divulgação do Plano e Procedimento para o controlo à circulação de animais de companhia – cães, gatos e furões e outros animais de companhia (com e sem carácter comercial) provenientes de outros EM da UE.
 - Elaboração do Normativo relativo aos critérios de risco relativamente à raiva.
- O desenvolvimento de uma matriz de controlo na importação de géneros alimentícios de origem não animal, visou a melhoria da monitorização dos produtos importados

Relatório de Atividades 2016

- A preparação de Memorando de Entendimento entre a Direção-Geral de Alimentação e Veterinária de Portugal e *Guangdong – Macao Traditional Chinese Medicine Technology Industrial Park Development, Co., Ltd*, veio promover, desenvolver e incrementar a cooperação na área da nutrição e bem-estar, em particular na área dos Suplementos Alimentares, provenientes da China
- A proposta de Regulamento Interno de Funcionamento da Bolsa de Peritos Externos da DGAV, reforçou a capacidade técnica na avaliação de produtos fitofarmacêuticos
- A revisão dos procedimentos para a fiscalização da utilização adequada de produtos fitofarmacêuticos no âmbito da aplicação da Lei nº 26/2013 de 11 de abril, melhorou as ferramentas disponíveis aos colaboradores, no âmbito da fiscalização prevista no Plano de Ação Nacional para o Uso Sustentável de produtos fitofarmacêuticos
- Produção do Manual de Procedimentos Internos de Avaliação de produtos Biocidas (Tipo 8) – Produtos de Proteção da Madeira, visando a adoção de procedimentos harmonizados e passíveis de monitorização relativos à documentação e às plataformas da ECHA de suporte aos processos autorização - (DSMDS)
- A publicação do “Manual de Proteção Integrada da Cultura da Oliveira”, visou fomentar as melhores práticas no contexto da observação dos princípios gerais de Proteção Integrada constantes do anexo da Diretiva (EU) nº128/2009 de 21 de outubro, do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa ao uso sustentável de pesticidas - (DSMDS)
- A conceção de uma base de dados em ACCESS, para a gestão dos dados relativos às inspeções do equipamento de pulverização dos Centros de Inspeção, designada r SIGECIP, foi disponibilizada no site da DGAV a todos os CIPP reconhecidos pela DGAV mediante uma palavra passe, melhorando significativamente os serviços disponíveis e a eficiência

Relatório de Atividades 2016

dos serviços prestados: na gestão do número de inspeções de equipamentos realizadas e na emissão dos Certificados de Inspeção dos equipamentos bem como , a pré-inscrição para inspeção por parte dos agricultores.

- A divulgação de documento de apoio aos titulares para processos de transferência de titular da autorização de introdução no mercado, melhorou o serviço disponibilizado
- A Publicação de Guia de apoio à Renovação Quinquenal de Medicamentos Veterinários reclassificados, constitui uma ferramenta de apoio aos interessados e aos colaboradores, tornando o serviço mais eficiente.

Relatório de Atividades 2016

XII. Medidas de Modernização e Simplificação Administrativa

SIMPLEX

O Programa SIMPLEX, tem por objetivo agilizar o funcionamento da Administração Pública facilitando o acesso/interação dos serviços aos cidadãos e demais entidades e, de forma indireta, promovendo as condições para um reforço da relação de confiança entre os cidadãos e o Estado e para o desenvolvimento de uma economia mais competitiva.

A DGAV envolveu os seus trabalhadores e dirigentes na discussão ativa que ocorreu durante a construção do SIMPLEX 2016-2018.

Foram apresentadas diversas sugestões que cumprissem o propósito visado: “Otimizar a resposta do Estado às necessidades dos cidadãos e tornar as empresas nacionais mais competitivas”, entre as quais se destacam as seguintes:

1) Partilha de informação no interior e exterior da DGAV - Plataformas Transversais

- Disponibilização de Formulários eletrónicos a partir do Portal da DGAV
- Implementação de fluxos de trabalho na plataforma de gestão documental
- Reestruturação do Portal - adequação dos respetivos conteúdos e disponibilização de novos serviços

2) Partilha de informação no interior e exterior da DGAV - Plataformas Especializadas

Relatório de Atividades 2016

- Integração de informação sobre: certificação de sementes, estudo de variedades; controlos dos materiais de propagação vegetativa e prospeções de organismos de quarentena vegetal;
- Disponibilização de resultados e relatórios no âmbito de matérias específicas;
- Disponibilização de informação sobre Produtos de Uso Veterinário, Biocidas de Uso Veterinário e Produtos Fitofarmacêuticos;
- Registos *on-line* respeitantes a ações realizadas no âmbito da Campanha Antirrábica oficial ;
- Produção de formulários para suporte ao Plano de Controlo de Estabelecimentos;
- Carregamento *on-line* das notificações obrigatórias dos Suplementos Alimentares

3) Simplificação da tramitação processual

- Implementação de procedimentos de simplificação nas alterações de rotulagem de medicamentos veterinários, aprovadas por um Estado Membro de Referência (sem alteração legislativa);
- Disponibilização de registos *on-line* respeitantes a estabelecimentos do setor da Alimentação Animal;
- Disponibilização de Registos *on-line* de movimentos de transporte de subprodutos

Das diversas medidas propostas foram selecionadas para o Programa SIMPLEX + as seguintes medidas:

Relatório de Atividades 2016

- Execução do projeto Operação DGAV XXI, cuja candidatura foi aprovada no âmbito do Sistema de Apoios à Modernização Administrativa ("SAMA")

O projeto tem como objetivo principal, a simplificação e otimização processual por via da desmaterialização e automatização de processos, a inovação dos sistemas de informação (SI), para além da implementação de soluções de otimização e racionalização dos seus sistemas, com uma missão orientada ao apoio não só interno mas também, para a criação de valor na prestação de serviços ao cidadão, agentes económicos e todos aqueles com que interage, no sentido de simplificar, e melhor capacitar a DGAV para o cumprimento das suas atividades, e nivelar as suas competências tecnológicas com as existentes noutras Direções e Ministérios, e com isso melhorar a prestação dos seus serviços a toda a comunidade.

- Plataforma Única de Inspeção e Fiscalização da Agricultura, Mar e Ambiente (iFAMA) constitui a medida nº 131, em que estão envolvidos diversos organismos dos Ministérios do Ambiente, Ministério do Mar e Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, coordenados pelo IGAMAOT

A DGAV participa na preparação de plataformas colaborativas de troca de documentação entre organismos oficiais.

- Registo de animais de uma só vez

Esta medida que envolve a DGAV e o IFAP, visa integrar e interligar bases de dados de identificação e registo de animais, eliminando duplicações de registos, reduzindo erros na identificação e movimentação animal, melhorando as operações de controlo sanitário, de rastreabilidade e de controlo da origem, e reduzindo custos no sector pecuário e evitando a duplicação de informação solicitada pela Administração Pública.

A conclusão da medida prevê-se para o 4º trimestre de 2017.

Relatório de Atividades 2016

Implementação de outras Medidas nos serviços da DGAV

Para além das propostas efetuadas, durante o ano 2016, foram implementadas as seguintes medidas nos serviços da DGAV, conforme se detalha :

DSSV

- Simplificação dos atos inerentes ao regime de registo e licenciamento dos operadores económicos nas áreas da fitossanidade e dos materiais de propagação vegetativa;
- Implementação do módulo para solicitação de etiquetas pelos operadores económicos através da plataforma CERTIGES e determinação das prioridades de melhoria evolutiva da mesma

DSNA

- Todas as comunicações de serviço, ofícios e respostas destinadas a outras unidades orgânicas, bem como aos operadores do setor, passaram a privilegiar a forma eletrónica;
- Criação na intranet de um espaço de partilha de documentos e conteúdos relativa a importação e exportação de produtos de origem não animal para uma mais fácil articulação e agilização dos controlos por parte de todos os intervenientes;
- Registo de operadores hortofrutícolas começou a ser efetuado a nível regional, privilegiando uma relação de proximidade entre os requerentes e a região, o que veio a melhorar a interação com os operadores, e, por outro lado, também foi diminuída a carga do processo administrativo e o consumo de papel;
- Foram criadas algumas funcionalidades que permitem a utilização do SIPACE, para os operadores do setor hortofrutícola efetuarem os avisos prévios de receção de produtos provenientes de trocas intracomunitárias

Relatório de Atividades 2016

e procederem às comunicações mensais e anuais obrigatórias para as suas atividades.

- Comunicações anuais de produção nacional de alimentos compostos e de pré-misturas de aditivos destinados à alimentação animal

A plataforma informática SIPACE (Sistema de Informação do Plano de Aprovação e Controlo dos Estabelecimentos) veio substituir a plataforma SICAA (Sistema Informático de Controlo da Alimentação Animal), pelo que os fabricantes de alimentos compostos e de pré-misturas efetuam diretamente o registo das comunicações anuais relativas ao fabrico nacional daqueles alimentos compostos.

DSPA

- Foi implementada uma ferramenta informática que permite o registo *online* pelos médicos veterinários municipais responsáveis pela campanha antirrábica, de informação técnica relativa à campanha de vacinação antirrábica, de identificação eletrónica, de controlo de outras zoonoses e de gestão de animais nos centros de recolha oficial com desmaterialização do uso do correspondente modelo em papel (780/DGAV)

DGAMV

- Elaboração de uma nova versão do Formulário Taxas de Comercialização, com opções de escolha, o que veio a permitir a consulta de informação, de acordo com os critérios de pesquisa para , designadamente, identificar as substâncias ativas de medicamentos veterinários mais vendidas para espécies produtoras de alimento .

DSMDS

- Através da utilização das ferramentas eletrónicas disponíveis, e da elaboração de um procedimento interno, foi possível desmaterializar

Relatório de Atividades 2016

diversa documentação administrativa respeitante à autorização de licenciamento de atividades de distribuição/venda, à aplicação terrestre de produtos fitofarmacêuticos e, ainda, ao reconhecimento de Centros de Inspeção periódica de Pulverizadores.

- Esta medida permitiu melhorar os prazos de resposta da DGAV, derivados de procedimentos administrativos internos, reduzindo em cerca de duas semanas os períodos da tramitação processual, bem como o papel e o respetivos arquivos.

DSECI

Atualização/reforço da Informação (sempre que se detetem lacunas nos pedidos de informações recebidos por escrito ou telefonicamente) no Portal relativa a:

- Animais de companhia sem carácter comercial (ACSCC);
- Requisitos para operadores envolvidos na atividade de exportação de produtos de origem animal para países terceiros;
- Condições de exportação para 46 destinos na página sobre “Géneros Alimentícios de Origem Animal, Subprodutos e Produtos Derivados não destinados à Alimentação Animal - Procedimentos gerais de exportação”;
- Produtos nas bagagens pessoais (PBP).
- Foi fomentada a utilização do Portal da DGAV para a adequação de conteúdos, designadamente foram promovidas consultas ao mercado com vista a averiguar interesse económico para os diferentes sectores e mercados; e foram disponibilizados pontos de situação relativos aos mercados em processo de habilitação e, aos mercados abertos, por país e por setor.

Relatório de Atividades 2016

XII Plano de Melhorias – princípios basilares

O Plano de Melhorias para o ano 2017 e seguintes deverá incluir:

- Desenvolvimento de um diálogo aberto e construtivo com os parceiros institucionais e Associações representativas dos diversos sectores com vista a promover a eficácia da aplicação da regulamentação referente às áreas de atuação da DGAV;
- Dinamização de discussões internas sobre os dossiers de trabalho;
- Continuidade da formação/reciclagem nas matérias das áreas de atuação da DGAV;
- Prosseguir com a elaboração de novos conteúdos e com a revisão/atualização dos existentes no Portal da DGAV, procurando divulgar as atividades realizadas e melhorar a qualidade da informação disponibilizada;
- Desenvolver metodologias de aplicação de inquéritos de satisfação quer para a avaliação dos conteúdos do Portal, como para as respostas dos nossos serviços;
- Criação de um sistema de informação com apoio personalizado, através de uma linha telefónica de valor acrescentado (*helpdesk*) relativo aos movimentos de animais de companhia da União Europeia;
- Obrigatoriedade do registo de animais no Sistema TRACES (Trade Control and Expert System) para a movimentação de animais intra-união, independentemente do fim a que se destinam.

Relatório de Atividades 2016

XIV. Avaliação final

14.1 Breve análise sobre a execução global do Plano de Atividades e seu reflexo na articulação com o Programa do Governo

Da análise efetuada, e considerando os efeitos diretos e indiretos objetivos operacionais sobre os objetivos estratégicos, que coincidem entre o QUAR e o Plano de Atividades 2016, infere-se que a concretização destes terá reflexo significativo, nas áreas temáticas das Grandes opções do Plano que decorrem do Programa do Governo, cuja relação foi estabelecida através da matriz demonstrativa que se anexa, ao presente documento.

14.2 Apreciação qualitativa e quantitativa dos resultados alcançados

Face ao exposto nos capítulos anteriores, e tendo sido atingidas todas as metas, considera-se positiva a execução realizada pela DGAV durante 2016.

Em termos quantitativos, a DGAV alcançou um valor de 103%

14.3 Menção proposta pelo dirigente máximo do serviço como resultado da autoavaliação, de acordo com o n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28.dez

Considerando os resultados alcançados em sede de QUAR 2016, a DGAV propõe que lhe seja atribuída a Classificação - **BOM**

Relatório de Atividades 2016

Anexo:

Template – QUAR 2016 Inclui análise quantitativa e gráfica dos resultados do QUAR 2016 da DGAV.

Matriz de relacionamento entre o Programa de Governo-GOP - Objetivos estratégicos e operacionais.

Balanço Social

Relatório de Atividades 2016

Ficha Técnica

Edição e Coordenação:

Direção Geral de Alimentação e Veterinária

Direção de Serviços de Estratégia, Comunicação e Internacionalização

Divisão de Planeamento e Estratégia

Para pesquisa de assuntos citados no presente Plano de Atividades, tais como o organigrama, Lei Orgânica, ou atualidades respeitantes ao Organismo, consulte o site:

WWW.DGAV.pt